



UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA – UFPB –CAMPUS I
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO

Construção e Análise do Inventário do Patrimônio Religioso
Paraibano: informação como representação social

SILVIA REGINA DA MOTA ROCHA

JOÃO PESSOA - PB

2011

SILVIA REGINA DA MOTA ROCHA

***Construção e Análise do Inventário do Patrimônio Religioso
Paraibano: informação como representação social***

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação - PPGCI da Universidade Federal da Paraíba, em cumprimento às exigências para obtenção do título Mestre.

ORIENTADOR: PROF. DR. CARLOS XAVIER DE AZEVEDO NETTO

JOÃO PESSOA - PB

2011

SILVIA REGINA DA MOTA ROCHA

***Construção e Análise do Inventário do Patrimônio Religioso
Paraibano: informação como representação social***

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação - PPGCI da Universidade Federal da Paraíba, em cumprimento às exigências para obtenção do título Mestre.

Dissertação aprovada em _____, _____, _____.

BANCA EXAMINADORA

**Prof. Carlos Xavier de Azevedo Netto, Dr. (UFPB)
ORIENTADOR**

**Prof^ª. Maria Bernadina de Oliveira Juvenal Freire, Dr^a. (UFPB)
EXAMINADOR**

**Prof. José Mauro Matheus Loureiro, Dr. (UFRJ/UNIRIO)
EXAMINADOR**

AGRADECIMENTOS

Ao meu orientador, Professor Carlos Xavier de Azevedo Netto e a Professora Bernadinha Freire, pela orientação e dedicação.

Ao Prof. José Mauro Matheus Loureiro pelas contribuições.

Aos meus pais Luiz Rocha Sobrinho e Margarida da Mota Rocha e as minhas irmãs Roberta da Mota Rocha e Eduarda da Mota Rocha por tudo.

Aos meus colegas de faculdade pelo companheirismo, em me ajudar no decorrer do curso.

E aos funcionários do PPGCI, pela gentileza e boa vontade, em me tratar durante esses anos de faculdade.

RESUMO

Investigamos os processos teórico-metodológicos para a construção e análise do inventário do patrimônio religioso paraibano colonial, em desenvolvimento no Programa de Pós-Graduação de Ciência da Informação da Universidade Federal da Paraíba – Campus I em nível de mestrado, na área de concentração *Sociedade, Informação e Conhecimento* e na linha de pesquisa *Memória, Organização, Acesso e Uso da Informação*, justificadas pela intenção de incorporar a preservação da memória, representação da informação e de conhecimento, usos e impactos da informação. A pesquisa justifica-se pela eminente necessidade de identificação, qualificação e comunicação do patrimônio cultural dada a sua relevância histórica e cultural e, contraditoriamente, as incipientes políticas e pesquisas sobre os inventários deste patrimônio. Algumas questões orientam nossa análise: Quais pressupostos, critérios, categorias, procedimentos de execução e análise deve conter uma metodologia científica de inventário de bens culturais móveis e integrados religiosos que articula adequadamente as áreas da CI e de patrimônio cultural? Quais instrumentos existentes para a identificação, classificação e análise qualitativa do patrimônio religioso? Como referencial teórico-metodológico nos apoiamos nas contribuições da Ciência da Informação, Terminologia, Semiótica e Estética uma vez que os processos de inventariação da cultura material em foco, arte cristã bem como a informação e sua representação constituem objetos científicos interdisciplinares. Defendemos que o inventário pode ser uma importante fonte de informação patrimonial, de acesso ao patrimônio cultural material e de preservação da memória. Numa pesquisa qualitativa produzimos um inventário enquanto instrumento de representação social e consideramos que o mesmo não deve se constituir em uma técnica nominativo-descritiva, mas em um instrumento de representação da informação, tendo como pressuposto o reconhecimento da informação patrimonial como objeto científico interdisciplinar que requer a construção de metodologia científica que articula Ciência da Informação e Patrimônio Cultural.

PALAVRAS-CHAVE: informação, memória, história, identidade, cultura material, patrimônio cultural, bens culturais móveis e integrados, inventário e representação da Informação.

ABSTRACT

Theoretical and methodological procedures investigation of religious colonial patrimony construction in Paraiba, developed by the Information Science Graduation Program from Federal University of Paraiba [Campus I], master's degree level, concentrated in the area of Society, Information and Knowledge well as Memory, Organization, Access and Information use research area, justified by the intention to incorporate the memory preservation, description and data information, information uses and impact. This essential research has required imminent recognition, description and cultural patrimony's communication concerning its cultural relevance, contradictorily, fledgling political and patrimony research. Several questions have sustained analysis: Which assumptions, criteria, categories, implementation procedures and analysis must be included in the movable cultural property and integrated religious scientific methodology patrimony adequately directed in the SI [Information Science] and cultural patrimony areas? Which have been the identification support, classification and religious qualitative analysis? The state of art has brought theoretical contributions related to the Information Science, Terminology, Semiotics and Aesthetics since the inventory processes of material culture in focus, Christian art well as information and its representation as interdisciplinary scientific objects. It has been concluded that the inventory as an important information assets source by the access to material and cultural patrimony well as memory preservation. Moreover, the patrimony has been identified as a social representation instrument by its non technical-descriptive utterance structure, indeed, as an information and knowledge representation instrument, by the information presupposes recognition with a interdisciplinary scientific purpose which has required scientific methodology construction linking Information Science and Cultural patrimony.

KEYWORDS: Information. Memory. History. Identity. Material culture. Cultural Patrimony. Integrated Cultural and Movable property. Inventory and representation of information.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1: Planta baixa de arquitetura religiosa	78
Figura 2: Parte interna de um monumento religioso no qual se encontram bens culturais móveis e integrados.....	81
Figura 3: Sant'ana.	81
Figura 4: Cancelo.	82
Figura 5: Púlpito.....	82
Figura 6: Baldaquim.	82
Figura 7: Frontispício da igreja do Rosário – Ouro Preto/MG no qual se encontram bens culturais integrados.....	83
Figura 8: Portada	83
Figura 9: Cruzeiro.	83
Figura 10: Tarja do arco Cruzeiro.	96
Figura 11: Fontes documentais – iconografia.....	97
Figura 12: As tipologias estilísticas das ordens referentes aos capitéis.....	98
Figura 13: Tipologias estilísticas de retábulos coloniais no Brasil	99

SUMÁRIO

APRESENTADA	8
1 INTRODUÇÃO.....	9
1.1 OBJETO E OBJETIVOS DA PESQUISA.....	15
1.2 OBJETIVO GERAL	16
1.3 OBJETIVOS ESPECÍFICOS	16
2 REFERENCIAIS TEÓRICOS DA PESQUISA	17
2.1 CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO E PATRIMÔNIO CULTURAL: UMA ARTICULAÇÃO NECESSÁRIA PARA A PRESERVAÇÃO DA MEMÓRIA	20
2.2 O INVENTÁRIO COMO ESTRATÉGIA INFORMACIONAL DE PRESERVAÇÃO DO PATRIMÔNIO CULTURAL	22
2.3 INFORMAÇÃO, MEMÓRIA E IDENTIDADE	25
2.4 MEMÓRIA, CULTURA MATERIAL E PATRIMÔNIO.....	35
2.5 TEORIA SEMIÓTICA.....	41
2.6 INVENTÁRIO: INSTRUMENTO DE REPRESENTAÇÃO DA INFORMAÇÃO	45
2.7 O INVENTÁRIO COMO REPRESENTAÇÃO INDEXAL NA PERSPECTIVA SEMIÓTICA	50
2.8 TERMINOLOGIA E REPRESENTAÇÃO	54
2.9 CONSIDERAÇÕES IMPORTANTES PARA O PREENCHIMENTO DOS CAMPOS INFORMAÇÃO SUPORTE E ESTÉTICA E INFORMAÇÃO SEMÂNTICA	62
2.9.1 Teoria da Formatividade e Conteudística	62
3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS.....	64
3.1 A PROPOSTA DE INVENTÁRIO DO PATRIMÔNIO RELIGIOSO PARAIBANO	68
3.1.1 A coleta e interpretação dos dados: o inventário como instrumento de representação da informação	69
3.1.2 Elaboração do inventário	71
3.1.3 Categorias Indexais para representação da informação	74
4 APLICAÇÃO DO INVENTÁRIO DO PATRIMÔNIO RELIGIOSO PARAÍBANO COLONIAL.....	101
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	109
REFERÊNCIAS INVENTÁRIO IPHAN	113

APRESENTAÇÃO

Nesta dissertação apresentaremos a investigação, em nível de mestrado, da Construção e Análise do Inventário do Patrimônio Religioso da Paraíba realizada no Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação - CI, do Centro de Ciências Sociais Aplicadas da Universidade Federal da Paraíba – UFPB –, Campus I. Inicialmente, problematizaremos e justificaremos a escolha do objeto de pesquisa considerando a importância e evolução histórica da preservação cultural, a nossa trajetória profissional de restauradora e gestora cultural e a contradição entre a relevância desse nosso patrimônio para a sociedade brasileira e, contraditoriamente, as incipientes políticas de inventariação. Em seguida apresentaremos o referencial teórico, o percurso metodológico, os resultados e as referências bibliográficas da pesquisa.

1 INTRODUÇÃO

O nosso interesse pela análise científica dos processos teórico-metodológicos de construção do inventário para representação da informação do patrimônio religioso paraibano, objeto científico desta pesquisa, se justifica pela importância do trabalho para:

- a) a Universidade: a pesquisa é fundamental para a identificação do patrimônio existente que, pelo levantamento prévio, é muito rico e, ainda assim, nunca foi objeto de um inventário integral, sobretudo, numa análise científica;
- b) a sociedade abrangente: esse conhecimento pode subsidiar intervenções e políticas públicas de preservação e de divulgação perante as populações locais e contribuir para o fomento do turismo no Estado; e
- c) a formação de quadros técnicos: a existência de capital humano qualificado é condição para a implantação de inventários, ferramenta imprescindível para a gestão patrimonial.

O referido objeto da presente pesquisa emerge, em um primeiro momento, da nossa compreensão acerca da função social da informação para a preservação da memória de um povo e sua relação com os diversos campos de conhecimento, nesse caso específico, com o patrimônio cultural, compreendido na perspectiva da cultura material.

Nessa direção, o nosso objeto de pesquisa fundamenta-se na evolução histórica da preservação, cuja intencionalidade desta parece ser uma característica que se perpetua no tempo, pois fatos da história demonstram que o homem sempre atuou sobre as obras feitas por seus antepassados com a finalidade de não permitir sua destruição total ou parcial¹.

No entanto, no Brasil somente no Século XX consolida-se a inserção das Ciências no campo da conservação/restauração de bens culturais, permitindo uma intervenção mais acurada, e possibilitando uma leitura mais criteriosa do objeto artístico e, consequentemente, reduzindo os riscos de procedimentos danosos ao patrimônio, bem como expandindo a produção científica na área de bens culturais móveis e integrados.

Neste sentido, uma colaboração importante é o estudo que a Semiótica e a História da

¹ A restauração como intervenção de alguém em uma obra de arte existe há muitos séculos. Os romanos “restauraram” esculturas gregas; na idade Média, as imagens religiosas eram adaptadas ao gosto da época e, segundo Gilberto Emile Mâle, “artistas célebres”, como Fra Angélico, retocavam as obras de seus antecessores (COELHO, 1996, p. 6).

Arte vêm desenvolvendo através das análises iconológica, formal/estilística e iconográfica desvendando possibilidades interpretativas dos conteúdos simbólicos expressos em diversas tipologias de bens culturais e revelando a singularidade do nosso patrimônio cultural, aspectos fundamentais para a recuperação do tecido figurativo, autenticação, proteção e fruição de acervos. Assim sendo, é irrefutável o fato de a preservação cultural demandar metodologias científicas e interdisciplinares.

Por outro lado, a despeito da mencionada contribuição de várias áreas de conhecimento e/ou disciplinas para a preservação de bens culturais, na Paraíba, as ações de qualificação de bens culturais móveis e integrados religiosos, através da realização de inventários, ainda revelam-se incipientes, sem contar com a ausência das contribuições que podem advir da CI, sobretudo por ser uma Ciência que abarca os estudos voltados para o tratamento e transferência da informação.

Essa perspectiva se justifica por considerarmos o inventário uma fonte inesgotável de informação, tanto como fonte quanto como meio, possibilitando agregar ao acervo patrimonial novos usos, significados, valores e obviamente, a informação como base para a compreensão dos processos histórico, social, econômico e cultural de um determinado tempo e espaço. Logo, torna-se imperativa a contribuição teórico-metodológica dessa ciência, cujo trabalho de inventário é especialmente relevante para uma visão do conjunto do patrimônio e para sua categorização e acesso pela sociedade, sem o que, dificilmente, é possível a tomada de decisões consistentes por parte de agentes sociais do Estado e da sociedade, visando estabelecer prioridades em ações de qualificação, restauração e socialização dos bens culturais.

Outro eixo que configura a emergência do nosso objeto de pesquisa se refere à nossa trajetória profissional enquanto restauradora e gestora cultural, atuando em outras áreas de conhecimento desde 1987. Neste sentido desenvolvemos diferentes trabalhos de conservação/restauração de bens culturais móveis, junto ao Acervo Artístico Pernambucano e outras ações preservacionistas na Gerência de Bens Culturais do Centro de Preservação dos Sítios Históricos de Olinda – CPSHO, cidade patrimônio da humanidade².

Na mesma direção, em 1994, no curso de especialização em conservação/restauração

² Naquela ocasião, coordenamos a implantação do inventário religioso do Mosteiro de São Bento de Olinda, cuja complexidade das ações e diversidade de opções metodológicas nos fizeram crer na possibilidade de ampliarmos conhecimentos e de aprofundarmos questões relacionadas à identificação da tecnologia de construção e do estado de conservação dos objetos a serem restaurados.

de bens culturais móveis do Centro de Conservação/Restauração de Bens Culturais Móveis /CECOR, da Universidade Federal de Minas Gerais/UFMG, emergiram questões referentes às análises de conteúdo de acervos artísticos, a exemplo de História da Arte, Semiótica, Iconografia e Iconologia³.

Recentemente, entre 2003 e 2008, na Coordenadoria de Patrimônio da Subsecretaria Estadual de Cultura e, posteriormente, na Direção Executiva do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico do Estado da Paraíba – IPHAEP - elaboramos e iniciamos a implantação de vários projetos de preservação cultural para a identificação, recuperação e transferência da informação para a socialização do patrimônio cultural material e imaterial da Paraíba⁴.

Essa experiência profissional nos suscitou importantes momentos de reflexão quanto à gestão patrimonial e aos inventários, foco dos projetos *Inventário Nacional de Bens Culturais Móveis e Integrados INBMI da Paraíba*, referente aos Monumentos Religiosos Paraibanos, elaborado e apresentado à Sub-Regional do IPHAN – Paraíba⁵; e *Elaboração e Implantação da Política Estadual de Preservação do Patrimônio Cultural Material e Imaterial da Paraíba*, pertinente à reestruturação do IPHAEP e interiorização de suas ações com foco na identificação, recuperação e socialização do acervo patrimonial do Estado. Um dos eixos fundamentais de atuação dos referidos projetos foi a execução dos inventários arquitetônico e arqueológico e dos bens móveis e integrados religiosos.

O início da sistematização do estudo e proteção dos bens culturais móveis e integrados que compõem o acervo religioso no Estado, através do desenvolvimento de inventário preliminar e, posteriormente, do tombamento deste pelo Conselho de Proteção dos Bens Históricos e Culturais –CONPEC/IPHAEP foram alguns dos resultados obtidos⁶.

³ Ao longo do curso, aprofundamos o interesse pela análise do patrimônio religioso, sobretudo, pela interlocução mais direta com a Professora Myrian Andrade de Ribeiro Oliveira que participou da implantação de inventários de acervos religiosos do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional –IPHAN, em Minas Gerais e no Rio de Janeiro.

⁴No IPHAEP ampliamos o nosso conceito de patrimônio inserindo outras categorias parimoniais, a exemplo dos bens culturais móveis e integrados (acervos arquivísticos, religiosos, artísticos e audiovisuais), bem como outros bens culturais referentes ao patrimônio imaterial (sabores, saberes e celebrações) resultando no reconhecimento de protagonistas da cultura popular como mestres das artes pela Lei de Registro dos Mestres das Artes – REMA, pelos Conselhos de Proteção dos Bens Históricos e Culturais- CONPEC do Instituto e do Estadual de Cultura, os Mestres Eduardo Silvestre da Marujada de Areia, registrada pela missão de Mário de Andrade, Manuel da Barca de Bayeu, Abel do Reizado de Zabelê, Teca do Coco de Cabedelo, Mané de Bia e Baixinho do Pandeiro de Campina Grande.

⁵ Projeto elaborado com a colaboração da restauradora Maria Piedade Farias e da arquiteta Adsseny Silva.

⁶ Em relação ao inventário preliminar do IPHAEP, dada à urgência da necessidade de proteção dos acervos, sobretudo do período colonial, foi necessário considerar como prioritárias as informações referentes à identificação visual, tecnologia de construção e estado de conservação.

Em Julho de 2007, na direção do IPHAEP mantivemos fortes relações institucionais com o Núcleo de Informação Histórica Regional (NDIHR) e com o Departamento de Ciência da Informação em várias ações preservacionistas. Naquele momento, encontrava-se em pleno desenvolvimento o inventário do IPHAEP, o que nos possibilitou uma interlocução com o campo científico da CI e suas contribuições para a nossa formação e atuação profissional. Diante disso, vislumbramos esta pesquisa de mestrado.

Diante disso pudemos entender que a informação, objeto de estudo da CI, é inerente a todos os campos do conhecimento, respeitadas as suas especificidades. Verifica-se na CI, tanto enquanto ciência pura como aplicada, forte relação entre memória e informação, a qual conferiu suporte teórico-metodológico para a construção e análise desta proposta de inventário do patrimônio religioso paraibano, através de análise científica dos processos de inventariação.

Neste sentido, vale mencionar a importância da informação na medida em que é a matéria-prima da memória individual e coletiva, que é elemento fundamental para a construção de identidades e ao articular representações sociais essenciais cuja preservação é fundamental para o crítico exercício da cidadania, por parte de um sujeito conhecedor de si e da coletividade. Desta forma consideramos que “A informação enquanto fenômeno social permite, influencia e promove a interação dos atores sociais” (AZEVEDO NETTO, 2001, p.39).

A nossa inserção, como pesquisadora, no campo da CI, nos permite construir diálogos entre memória, informação e patrimônio articulado pelo campo científico desta ciência:

Ciência da informação é aquela disciplina que investiga as propriedades e o comportamento da informação, as forças que governam o fluxo da informação e os meios de processamento para acesso e uso otimizados. Ela diz respeito àquele corpo de conhecimento ligado à origem, coleta, armazenagem, recuperação, interpretação, transmissão, transformação, e utilização da informação. Possui um comportamento de ciência pura, que investiga o interior do assunto sem considerar suas aplicações, é um componente de ciência aplicada, que desenvolve serviços e produtos. (BORKO, 1968; PINHEIRO; LOUREIRO, 1995, p.02).

Outro aspecto relevante de intersecção entre patrimônio cultural e CI é a responsabilidade social entre esta e a preservação cultural, por tratarem de questões de interesse coletivo, ou seja, de garantir o acesso ao patrimônio cultural e à informação pelas atuais e futuras gerações, ambos fundamentais para a preservação da memória social. Desta

forma, mencionamos um dos objetivos da CI que é contribuir para a inclusão social através da informação, já que: “Informação é tudo o que for capaz de alterar a estrutura do indivíduo” (BELKIN, 1980). Neste contexto, Azevedo Netto (2001) esclarece que o foco do conceito acima refere-se à alteração das estruturas cognitivas humanas, as quais irão interferir nas demais estruturas humanas, a saber: a afetiva, a intelectual, a cultural entre outras.

Azevedo Netto (2001) aponta ainda outra face significativa da informação como artefato cultural, no sentido de ser um produto de confecção humana, na medida em que ela é uma ferramenta, produzida e/ou percebida pelo homem, como um dos elementos essenciais para a construção do conhecimento:

A informação relaciona-se, assim, com o conhecimento do receptor, já que é nesta instância que se dá a *mathêsis*, de acordo com Foucault (1992), como a essência da representação das coisas do mundo, de significado da informação (AZEVEDO NETTO, 2001, p. 40).

Outro paradigma que redirecionou os caminhos da Ciência da Informação e que é fundamental para a nossa pesquisa é o paradigma social, uma vez que esta pesquisa busca produzir e analisar fontes documentais e apontar estratégias de transferência da informação sobre o patrimônio cultural material otimizando o acesso da população em geral aos bens culturais em foco e contribuindo para a garantia do direito institucional à memória.

Capurro (2006) relata a contribuição do paradigma social para a Ciência da Informação:

O objeto da ciência da informação é o estudo das relações entre os discursos, áreas de conhecimento e documentos em relação às possíveis perspectivas ou pontos de acesso de distintas comunidades de usuário (HJORLAND, 2003; CAPURRO, 2006, p.9).

O autor menciona que uma consequência prática desse paradigma é “o abandono da busca de uma linguagem ideal para representar o conhecimento. Menciona ainda que, uma base de dados ou de textos completos tem caráter eminentemente polissêmico, ou como poderíamos chamar também, polifônico” (CAPURRO, 2006, p.9).

Portanto, os argumentos acima mencionados para caracterização dos paradigmas social e cognitivo da Ciência da Informação intensificam a importância de viabilizar o acesso da sociedade aos bens culturais patrimoniais, aspecto que justifica a presente pesquisa.

Outro fator que justifica essa pesquisa é a eminente necessidade de identificação, registro, quantificação, qualificação e comunicação do patrimônio cultural religioso paraibano devido à sua relevância histórica, artística e cultural e, contraditoriamente, as incipientes políticas e pesquisas sobre os processos de inventariação deste patrimônio. No inventário preliminar do IPHAEP, constatamos que o acervo religioso paraibano encontra-se ameaçado, na medida em que o não conhecimento e registro devidos comprometem a sua integridade material e contribuem para sua deterioração, perda, roubo e extravio. Em decorrência, colabora para a fragilização de memória, o desconhecimento da história, a falta de referência identitária e a conseqüente destruição da memória social.

Cada geração a à luz do seu presente histórico examina o legado cultural que lhe confere identidade grupal, social e/ou individual. Isto se dá na interpenetração entre memória e história que é a memória criticada e historializada, para o qual os vestígios precisam ser inteligíveis, na medida em que:

cultura material, lugares de acumulação e da construção de sínteses que nos permitem entrever, por um lado, os contextos sócio-históricos e ideológicos da formação de seus acervos e, por outro, os modos pelos quais a natureza e a cultura (ou o dado e o construído, o objetivo e o projetivo, esses simétricos opostos que ainda nos amarram no mundo ocidental), foram e são representados (LOUREIRO, LOUREIRO, SILVA, 2007, p. 3).

Os autores apresentam ainda um conceito procedente de James Deetz segundo a qual “cultura material” é “aquele segmento do mundo físico que é intencionalmente moldado por ele de acordo com um plano culturalmente ditado” James Deetz (apud MENSCH, 1992, p. 3).

Portanto, verifica-se a função social da cultura material, referendada como patrimônio cultural uma vez que são vestígios e traços significativos para a (re)construção da memória e da identidade, representações simbólicas e portadores de informação social.

Já que a cultura material é portadora de informações sociais e interpretações discursivas resultantes das interações sociais e promotoras de novas representações e relações sócio-culturais, justifica-se a sua efetiva preservação, sobretudo por ser um instrumento para a compreensão das estruturas sociais em um determinado tempo e espaço. Isto só é possível porque o objeto, no caso, a cultura material, documenta as práticas sociais e humanas, além de expressar a dimensão estética da humanidade.

Para preservarmos, efetivamente, o expressivo e singular patrimônio religioso da Paraíba, é necessário que se implantem políticas de preservação que possibilitem a construção de mecanismos estratégicos para registro, comunicação e educação patrimonial, de maneira a permitir a vinculação e (re)significação deste patrimônio com a sociedade, enquanto referência histórica, artística e cultural. Neste sentido, é urgente a construção e implantação de inventários, através de metodologias interdisciplinares que integrem às áreas da CI e patrimônio cultural, de maneira a subsidiar o conhecimento, a proteção e a difusão dos acervos.

Diante do exposto, ressalta-se que os conhecimentos produzidos nesta investigação, a exemplo da construção do inventário e sua respectiva aplicação em estudos de caso, poderão ser incorporados por cadastros e bancos de dados dos Institutos Federal e Estadual de Patrimônio, IPHAN e IPHAEP, subsidiando políticas de preservação e de restauração. Ademais, contribuem para o fomento da pesquisa científica na área da preservação cultural, instrumentalizando programas de educação patrimonial e valorizando o acervo patrimonial religioso paraibano, artefato cultural do nosso povo.

1.1 OBJETO E OBJETIVOS DA PESQUISA

Diante dos aspectos mencionados, o nosso objeto de pesquisa é a construção e análise dos processos teórico-metodológicos de inventariação do patrimônio religioso paraibano colonial articulando as áreas da CI e de patrimônio cultural. A pesquisa foi desenvolvida no Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação - CI, da Universidade Federal da Paraíba – UFPB –, Campus I, em nível de mestrado, na área de concentração *Informação, Conhecimento e Sociedade*, na linha de pesquisa *Memória, Organização, Acesso e Uso da Informação*, justificadas pela nossa intenção de incorporar a preservação da memória, a representação da informação e de conhecimento, os usos e impactos da informação.

Os objetivos da pesquisa foram os seguintes:

1.2 OBJETIVO GERAL

Construir e analisar os processos teórico-metodológicos de inventariação do patrimônio religioso paraibano colonial, justificadas pela nossa intenção de contribuir para preservação da memória, através da representação da informação especializada.

1.3 OBJETIVOS ESPECÍFICOS

1. Analisar, na literatura disponível e relevante, metodologias de inventários de bens culturais móveis e integrados religiosos identificando critérios, categorias e procedimentos para registro, classificação e cadastro desses bens;
2. Elaborar e desenvolver uma metodologia científica de inventariação contemplando critérios, categorias e procedimentos de registro, classificação e cadastramento desses bens, resgatando informações materiais e conteudísticas do Acervo de Bens Culturais Móveis e Integrados;
3. Analisar ganhos e dificuldades implicados nos processos de intervenção teórico-metodológicos de inventariação, através da aplicação por amostragem no acervo paraibano religioso colonial; e
4. Fornecer subsídios para a socialização dos conhecimentos gerados a partir do inventário para a produção de recursos de comunicação, transferência e recuperação da informação através de produto informacional constituído de material gráfico, fotográfico, documental e audiovisual, por sua vez, fundamentais para a construção de programas de educação patrimonial e difusão cultural.

A elaboração e aplicação de metodologia adequada para coleta, registro, armazenamento, e recuperação da informação constituem os alicerces para a efetiva preservação de bens culturais e da memória social.

2 REFERENCIAIS TEÓRICOS DA PESQUISA

Consideramos fundamental abordar brevemente algumas mudanças ou descontinuidades em relação ao conhecimento na Sociedade Ocidental, de maneira a contextualizar o surgimento dos referenciais teóricos, bem como os conceitos de representação e linguagem, fundamentais para a construção e análise do inventário proposto nesta pesquisa, sobretudo por se tratar de um instrumento de representação da informação e do conhecimento.

Goméz (1993, p. 2) aborda a questão do lócus do conhecimento na sociedade ocidental referindo-se a três momentos importantes: no primeiro, a excelência do conhecer não passa pelo representar – o solo do conhecimento é ontológico; a vizinhança do homem com o mundo – o solo do conhecimento é a ordem do ser; no segundo, conhecer é representar e o mundo só é enquanto representado – o solo do conhecimento é a consciência; e o terceiro, analisado sob o foco da semiótica, considera que o representado como produto do conhecimento é autônomo, independente do sujeito e do objeto do conhecimento – nele, o solo do conhecimento é a linguagem. A linguagem é um sistema de significados ou matéria sinalética.

Outro ponto abordado é relativo ao momento ontológico, quando a autora descreve os conceitos e teorias de saber, representação, conhecimento e suas respectivas relações sob a ótica de Platão, Aristóteles, entre outros. Para Platão há uma relação interior, ontológica e não representacional da realidade das coisas. O lócus de apresentação do real é o intelecto que intui; logo o saber é de domínio da intuição, visibilidade e visão do ser. A dignidade e excelência do saber não vêm da competência lógica ou das faculdades de representar, mas da passiva abertura do ser.

A autora afirma que, na filosofia grega, a estrutura sempre ontológica – da ordem do ser enquanto no horizonte da filosofia moderna, o todo que sustenta a relação predicativa é de natureza gnosiológica: da ordem da consciência, e não da ordem do ser. O momento gnosiológico é outro ponto de análise, de crítica ao pensamento tomista e reforçado pela metafísica enquanto ciência das ciências e em ruptura com a teologia.

Nesse contexto, as formas de participação e comunhão com o real ocorrem a partir do homem: ele é condição e limite para tudo o que existe. A unidade orgânica do homem, como

o mundo, a intuição, a presença das coisas, as coisas, são gradativamente substituídos pela unidade da consciência, representação e pela construção experimental e documentária da prova. A partir desse momento, conhecer é representar; o mundo como totalidade de experiência é representado pela consciência, que é agora o lugar da representação. Essa representação ocorre pelo signo, que é seu principal instrumento (GOMÉZ, 1993, p.3).

A referida autora, citando Locke, afirma que o signo - como aquilo que, ao substituir algo que se representa, é também o lugar manifesto de sua ausência – invade como uma cunha o espaço da relação entre o real e o pensamento. Ao inserir o signo em sua função cognitiva, Locke inovava com a abordagem semântica, a diferença da abordagem lógico-gramatical da Idade Média. É no homem e por seu intermédio, enquanto instrumento de cognoscibilidade e comunicabilidade que é construído um novo plano de relação com as coisas e as idéias, pela linguagem.

Não mais pela metafísica do real, mas é a linguagem quem propõe as figuras agregadoras das essências nominais. O processo se dá em dois momentos: primeiro os valores sensoriais apontam o estado das coisas no mundo e em seguida as ocorrências pontuais de significantes, sonoras ou gráficas (tokens) articuladas pela palavra-forma (type).

Portanto, para Locke, o sujeito nominalista é aquele que organiza sua experiência com o homem – contrato. O signo operacionaliza uma dupla síntese associativa: de um lado, o intelecto social e de outro lado, construía um mundo. (GOMÉZ, 1993, p.3).

Outra contribuição importante a ser mencionada no contexto dessa pesquisa a qual pretende também analisar a representação do artefato no contexto religioso, como parte importante do nosso patrimônio cultural material, é o idealismo de Kant.

Goméz (1993, p. 3) menciona que: “Antes de qualquer experiência particular, aqui e agora, o sujeito organiza toda experiência do mundo enquanto fenômeno, ou seja, enquanto se coloca no domínio da representação”.

Segundo a autora, Kant considera a representação como construção e o conhecimento como ação e afirma que ele reformula a subjetividade, passando da consciência individual para um sujeito de formas universais que são válidas para toda a humanidade. Para Kant o conhecimento tem dupla relação: com o objeto enquanto representação e com o sujeito sob a forma de consciência. A representação é uma atividade em que são retomadas e sintetizadas

as multiplicidades do que se apresenta, e o conhecimento é uma síntese de representações. (GOMÉZ, 1993, p. 3).

Neste aspecto, vale ressaltar também Foucault (2000), que afirma que houve uma descontinuidade na episteme da cultura ocidental. Na idade clássica (meados do XVII), a compreensão da ordem é pautada pelas Teorias: da Representação, das Linguagens, e das Ordens Naturais. No que concerne à idade moderna (início do XIX), a compreensão de ordem na perspectiva da nova positividade é norteadada pela historicidade, através da qual haverá uma coerência própria das coisas. As formas de ordem passam a ser implicadas pela continuidade do tempo e a linguagem torna-se figura da história.

Ele afirma que a mudança do locus do conhecimento provocou alterações substanciais no modo de ser das coisas e na ordem das coisas conforme citação a seguir:

O que se oferece à análise da arqueologia é todo o saber clássico, ou melhor; esse limiar que nos separa do pensamento clássico e constitui nossa modernidade. Nesse limiar apareceu a figura do saber que se chama homem e que abriu um espaço próprio às ciências humanas. (FOUCAULT, 2000, p. 21).

Assim sendo, o homem torna-se mais do que nunca objeto científico, marcando um novo e significativo momento da história da ciência e impulsionando o surgimento de novas ciências fruto do pensamento moderno, a exemplo das Ciências da Linguagem, dentre outras.

Corroborando com as idéias mencionadas acima, nesta pesquisa consideramos que as representações e os conhecimentos existem enquanto construção humana a partir do intelecto, da experiência e da linguagem, cuja informação é instrumento mediador. Consideramos ainda que a informação, enquanto representação da realidade humana, se dá essencialmente pelas linguagens verbal e não-verbal.

Nessa direção, a proposta de inventário do patrimônio religioso paraibano construída nesta pesquisa convoca a contribuição de várias áreas de conhecimento, pertencendo a um campo interdisciplinar, neste caso, tendo como referencial teórico contribuições da Ciência da Informação e da Semiótica, sobre as quais passaremos a dissertar⁷.

⁷ Outras contribuições foram incorporadas ao longo do desenvolvimento da pesquisa, a exemplo da Teorias da Linguagem (Representação) e da Estética (Formatividade).

2.1 CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO E PATRIMONIO CULTURAL: UMA ARTICULAÇÃO NECESSÁRIA PARA A PRESERVAÇÃO DA MEMÓRIA

A Ciência da Informação é a disciplina que possibilita fundamentar e instrumentalizar os estudos da comunicação científica, por possuir os instrumentos para reflexão das formas de representação do conhecimento visando à transferência da informação (AZEVEDO NETTO, 2001, p. 32).

Neste sentido, Azevedo Netto (2001) ressalta sinteticamente três principais fases de evolução histórica da Ciência da Informação no que se refere a sua prática, mencionadas por Hjørland e Albrechtsen (1995). A primeira é caracterizada como uma engenharia dos processos eletro-eletrônicos de troca de sinais, baseada na Teoria Matemática da Comunicação de Shannon e Weaver (1975); a segunda é influenciada pela Sociologia da Ciência, com o desenvolvimentos de pesquisas com foco no uso da bibliometria e cienciometria, e é representada sobretudo pelos trabalhos de Solla Price (1976); e a terceira fase é quando ocorre maior aproximação com as teorias e métodos das ciências sociais com o surgimento dos estudos de usuários não mais considerados agentes passivos, mas como reprocessadores da informação (AZEVEDO NETTO, 2001, p. 34).

Segundo o autor, a partir desta última fase, ganham força os estudos de transferência da informação em diversas instâncias tecnológicas e/ou sociais, e passa-se a reconhecer o papel do usuário como um componente atuante e de interferência nos processos informacionais. Neste sentido, ele aponta para a inserção de novos focos articulados de interesse da CI a exemplo da representação, organização, articulação, busca e recuperação da informação agora intimamente associados ao componente significativo da informação: a qualidade e uso da informação (AZEVEDO NETTO, 2001, p. 36).

Com base nas reflexões mencionadas acima, consideramos que a investigação do patrimônio cultural em articulação com o campo científico da Ciência da Informação envolve a articulação dos pressupostos informacionais, cujos estudos em Ciência da Informação devem considerar a sua história, os trajetos epistemológicos, as relações inter, multi, pluri e transdisciplinares, a sua natureza social, as suas relações com as tecnologias da informação e comunicação, considerando o atual papel da informação na sociedade contemporânea. Como referência à pesquisa na Ciência da Informação lembramos:

A pesquisa é uma prática sócio cultural de um sujeito que interage com a informação, ligando-a ao contexto em que se situa e mobilizando seu potencial cognitivo para organizar essa informação, selecionar, interpretar e ressignificar, num processo de produção de sentidos, que leva em conta a interlocução com outros saberes, na perspectiva de uma construção conjunta do conhecimento. Em sentido restrito, a informação que interessa à Ciência da Informação, movimenta-se num território multifacetado, tanto podendo ser informação numa determinada área quanto sob determinada abordagem (PINHEIRO, 2005 apud AQUINO, 2009, p.6).

Neste contexto a informação é vista como fenômeno e a comunicação como processo tendo como pressuposto a sua importância estratégica na Sociedade Contemporânea. Os fundamentos teóricos da pesquisa, no atual contexto, devem considerar os novos processos de produção, as novas exigências para a Ciência da Informação e as novas relações estabelecidas por atores sociais que produzem a ciência e a cultura no seu campo particular (PINHEIRO, 2005 apud AQUINO, 2009, p.9).

Goméz, (2004, p. 1) também aborda essa questão mencionando que a construção da ciência é um processo aberto, dinâmico assim como o a informação, seus regimes, e sua comunicação os quais como produtos do meio sofrem constantes modificações fazendo surgir novos focos de análise e suas respectivas metodologias e abordagens.

Na concepção da autora, o desafio e diferencial da pesquisa em Ciência da Informação encontram-se no fato do seu objeto se relacionar intrinsecamente com todos os outros modos de produção de saberes, gerando novas possibilidades interdiscursivas bem como, pela natureza estratificada e poli-epistemológica dos fenômenos ou processo de informação. Neste sentido devido à vinculação da Ciência da Informação com as ciências sociais, os seus programas de pesquisa, seus respectivos paradigmas e conteúdos teóricos e empíricos são afetados pela configuração social dos regimes de informação.

É nessa perspectiva que desenvolvemos a presente pesquisa em Ciência da Informação, face aos novos desafios da sociedade atual, conhecimento e aprendizado, compreendendo essa sociedade como aquela que, apresenta como característica não só a homogeneidade das formas sociais e seus processos técnicos, mas também a capacidade de processar todos os tipos de informação e transformá-las em conhecimento, a fim de atender à diversidade cultural e institucional, em que o ator individual ou coletivo possa reconhecer, aprender e construir, significados com base nos atributos culturais (CASTELLS, 1999).

2.2 O INVENTÁRIO COMO ESTRATÉGIA INFORMACIONAL DE PRESERVAÇÃO DO PATRIMÔNIO CULTURAL

Desta forma, visto que a cultura material é depositária de informações sociais e interpretações discursivas resultantes das interações sociais e promotoras de novas representações e relações sócio-culturais, justifica-se a sua efetiva preservação, sobretudo por ser um instrumento para compreensão das estruturas sociais em um determinado tempo e espaço. Isto só é possível porque o objeto, no caso, a cultura material, documenta as práticas sociais e humanas.

Outro aspecto a ser mencionado refere-se à identificação, proteção, gestão e socialização do patrimônio cultural por parte dos órgãos de proteção. Eles se utilizam da produção de fontes documentais diversas, como recursos documentais, administrativos e jurídicos, muitas vezes no formato de inventários, para municiar os tombamentos ou registros, de bens culturais materiais e imateriais como patrimônio cultural por serem portadores de referência para a identidade e a memória de um ou mais grupos sociais. Desta forma, podem ser produzidos registros descritivos, imagéticos, sonoros, dentre outros, cujas metodologias envolvem a representação da informação e, portanto, devem ser objeto de investigação científica, sobretudo por sua função social na (re)construção da identidade e memória sociais.

Esta é uma forma institucional corrente em vários institutos de preservação, inclusive no Instituto de Preservação do Patrimônio Histórico e Artístico do Estado da Paraíba - IPHAEP, onde ocorre uma legitimação dos bens culturais e simbólicos produzidos e consumidos pela sociedade, passo inicial para a preservação da memória social.

Portanto, considerando que a cultura material, conceituada por Loureiro, Loureiro e Silva, 2007, é portadora da informação e a eminente necessidade de investigação científica de processos de inventariação através da representação da informação, torna-se imprescindível fazer algumas reflexões sobre o conceito de informação na presente pesquisa.

Inicialmente, afirmamos que a informação é um fenômeno tipicamente humano, dinâmico, no qual a forma se mantém, mas o significado se altera no tempo e no espaço, ou seja, a conceituamos numa abordagem social. A informação está ligada à organização, conservação e transmissão dessa organização. A informação é percebida pela estrutura de

conhecimento do indivíduo, é objeto de simbolização e reflete o seu contexto social e cultural, de geração e usabilidade.

É neste sentido que apresentamos o conceito de informação como representação:

como conjunto estruturado de representações mentais codificadas (símbolos significantes) socialmente contextualizados e possíveis de serem registrados num qualquer suporte material (papel, filme, banda magnética, disco compacto, etc.) e, portanto, comunicadas de forma assíncrona e multidirecionada (SILVA; RIBEIRO, 2002, p. 37).

Temos ainda a concepção de informação como processo proposta por Gómez, (2000) na qual informação significa fenômeno, processo ou construção que apresenta diversos estratos de realização formados pelos seguintes componentes: a linguagem com seus níveis sintáticos, semânticos e pragmáticos e suas plurais formas de expressão; os sistemas sociais de inscrição de significados; as infra-estruturas das redes de comunicação remota e os sujeitos e organizações que geram e usam informações em suas práticas e interações comunicativas. Complementa ainda relatando que:

a informação, como objeto cultural, se constitui na articulação de vários estratos e contextos de ação, a qual denomina de fatum, uma ação de informação que ocorre em três dimensões: semântico discursiva; meta-informacional e infra-estrutural. Em função do caráter poli-epistemológico da informação a autora coloca como um dos grandes desafios da pesquisa em CI desenvolver programas e estratégias de pesquisa que efetivem a articulação dos modos de conhecimento específicos de cada estrato. (GOMÉZ, 2000, p. 4).

Outro aspecto importante a ser mencionado é a relação entre informação, conhecimento e aprendizagem. Entendemos conhecimento na abordagem construtivista de Piaget, que teve como objetivo de suas pesquisas solucionar ou explicar como se dava o conhecimento do meio no qual vivemos. Para ele, o meio significa natureza, objetos, idéias, valores, enfim, a história e a cultura construídas pelo homem (meio físico e social).

Neste contexto citamos Rocha (1992) para afirmar que conhecimento é:

(...) organizar, estruturar e explicar a partir do vivido (do experimentado) (...) Conhecer não é somente viver; é algo que se dá a partir da vivência para que este objeto seja imerso em um sistema de relações (RAMOZZI – CHIAROTTINO, 1988, p.3 apud ROCHA, 1992, p.30).

Desta forma, a informação é conhecimento potencial, só existe se estiver sendo transmitida, por se tratar de uma cadeia cujo binômio, informação como fenômeno e comunicação como processo tem no ser humano total e interactivo a sua fonte e o seu fim. (SILVA, 2006, p. 79).

Neste contexto, a informação refere-se às necessidades informacionais de todos os grupos sociais. Ao consideramos o homem como um ser simbólico, podemos afirmar que a informação é representação através da observação individual, carregada de uma estrutura ideológica e reconhecida pelos valores e pelo repertório de conhecimento já adquirido pelo indivíduo. Quando articulado com a cultura material produzida constituem construções culturais, portanto representações sociais.

O processamento, socialização e (re)significação da cultura material pode ocorrer potencialmente, entre outras formas, através da representação da informação voltadas para a sistematização de inventários refletindo o caráter multidimensional de conceitos, noções e teorias que têm na cultura material seu foco e análise. Essa elaboração interpretativa efetuada no universo informacional agrega aos bens culturais novas disposições, propriedades e atributos, todos inseridos em sistemas de representação pretendidos como aptos a organizar narrativas e conjuntos discursivos.

Portanto, a relação entre Patrimônio Cultural e Ciência da Informação constitui condição imprescindível e eficiente estratégia de acesso aos bens culturais materiais. Trata-se de um espaço informacional dotado de valores estruturantes capazes de enfrentar a relatividade analítica que cerca a cultura material conferindo papel crucial na preservação e construção da memória social, das identidades, e dos processos patrimoniais.

Neste contexto, mencionamos ainda a importância do inventário enquanto representação social, em processo de construção e análise e que tem buscado uma visão de diversidade cultural, que permeia todo este processo.

Por isso, temos ressaltado que para preservarmos, efetivamente, o expressivo e singular patrimônio religioso da Paraíba é urgente a construção e implantação de inventários, através de metodologias interdisciplinares, por exemplo, que integrem as áreas da CI e patrimônio cultural, de maneira a subsidiar o conhecimento, a proteção e a difusão dos acervos

A investigação dos processos implicados na inventariação do patrimônio religioso

paraibano colonial, enriquecida com os conhecimentos oriundos da CI, junto ao Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação –PPGCI da Universidade Federal da Paraíba – UFPB, constitui ação estratégica no processo de transferência da informação e gestão do patrimônio cultural material, imprescindível para a integridade física e simbólica dos bens culturais, bem como para subsidiar intervenções e políticas públicas de preservação, a curto, médio e longo prazos.

2.3 INFORMAÇÃO, MEMÓRIA E IDENTIDADE

Nesta parte do trabalho, trazemos algumas referências acerca das questões epistemológicas que envolvem a investigação da memória, organização, acesso e uso da informação, como base teórica para a concepção e desenvolvimento desta pesquisa.

Buscamos refletir sobre memória, história, identidade e imaginário; sobre a temporalidade dos seus conceitos; sobre suas especificidades e relação com o processo de patrimonialização da cultura material; sobre a problemática das políticas públicas de preservação da memória e seu papel social na atual conjuntura do País; com vistas a compreender a importância da memória para a organização, acesso e uso da informação.

Desta forma, inicialmente ressaltamos algumas reflexões importantes sobre a relação entre história e memória, bem como as suas consonâncias enquanto representações sociais apresentadas por Chartier, (2009), segundo o qual é fundamental identificar os lugares sociais sucessivos nos quais se produziu um discurso histórico. Ele afirma que:

A cidade, desde a Grécia até as cidades do Renascimento Italiano, o mosteiro e a glória de Deus, a corte e o serviço do príncipe na era dos absolutismos, as redes eruditas e as academias de sábios, as universidades a partir do século XIX. Cada um desses lugares impõe à história não apenas objetos próprios, mas também modalidades do trabalho intelectual, nas formas de escritura, técnicas de prova e de persuasão (CHARTIER, 1993; 2009, p.18).

Chartier ressalta que os primeiros trabalhos da história eram realizados pelos historiógrafos oficiais e tinham a forma de relatos dinásticos que narravam a história dos reis e da nação. (MARIN, 1981, p. 95; CHARTIER, 2009, p. 18). Para o autor a segunda história,

a dos eruditos, se faz por fragmentos, se apóia em investigações eruditas (documentos, arqueológicas, numismáticas, filológicas) e se aproximam dos usos e costumes humanos, estabelecendo até hoje, a coexistência ou concorrência entre as histórias gerais: nacionais ou universais. Ele ressalta que a “instituição histórica” em cada momento se organiza segundo hierarquias e convenções que traçam fronteiras entre os objetos históricos legítimos e os que não o são, os quais são censurados e excluídos.

No que se refere às relações no passado entre história e memória, Chartier recorre à obra de Paul Ricœur, *A memória, a história, o esquecimento* (2000) para proceder suas diferenciações. O autor relata que a primeira diferença diz respeito à distinção entre o testemunho e o documento, segundo o qual ao testemunho, cujo crédito se baseia na confiança outorgada à testemunha, opõe-se a natureza indiciária do documento. A segunda diferença opõe o imediatismo da reminiscência à construção da explanação histórica, seja pelas regularidades e pelas causalidades (desconhecidas pelos atores), seja pelas suas explicações como estratégias explícitas.

Chartier, (2009) ressalta que para por à prova as modalidades da compreensão histórica, Ricœur considerou a noção de representação no que se refere à dupla condição ambígua na operação histórica: designa uma classe de objetos em particular, e a representação como objeto e como operação que caracterizou o trabalho dos historiadores, a partir da micro-história conceituada por Revel, 1996. No corpo do texto, o nome do autor não tem caixa alta, só na citação entre parênteses.

A terceira diferença entre história e memória refere-se à oposição entre reconhecimento do passado e representação do passado. A imediata fidelidade da memória opõe-se à intenção de verdade da história, baseada no processamento dos documentos, que são os vestígios do passado e nos modelos de inteligibilidade que constroem sua interpretação. Neste contexto o autor cita: “A forma literária, em cada uma de suas modalidades (estruturas narrativas, figuras retóricas, imagens e metáforas), opõe uma resistência ao que ele designa como a ‘pulsão referencial do relato histórico’” (RICCEUR, 2000, p. 306 apud CHARTIER, 2009, p.23).

Como forma de enfrentar esta problemática, Ricœur estabelece três fases do trabalho historiográfico: o estabelecimento da prova documental; a construção da explicação e a colocação em forma literária.

Portanto, Chartier afirma que na concepção de Ricœur, a memória é considerada a matriz da história, na medida em que é a guardiã da problemática da relação representativa do presente com o passado (RICCEUR, 2000, p. 106 apud CHARTIER, 2009, p. 23).

Neste contexto, Chartier faz uma aprofundada reflexão sobre a epistemologia da verdade que rege a operação historiográfica e a crença na fidelidade da memória, ressaltando que: “O saber histórico pode contribuir para dissipar as ilusões ou os desconhecimentos que durante longo tempo desorientaram as memórias coletivas” (CHARTIER, 2009, p.25).

Ressalta que a memória é conduzida pelas exigências existenciais das comunidades para as quais a presença do passado no presente é um elemento essencial da construção de seu ser coletivo, enquanto a história se inscreve na ordem de um saber universalmente aceitável, “científico”, no sentido de Michel de Certeau⁸.

Neste sentido, Chartier (2009) afirma que o “real-concreto” é o fiador da verdade da história, deve ser introduzido no discurso para certificá-lo como conhecimento autêntico, afirmando que Certeau considera ser esse o papel das citações, referências, dos documentos, que convocam o passado na escritura do historiador, demonstrando também sua autoridade.

O autor ressalta ainda, a relação da história como exercício de conhecimento e a ficção, a exemplo da literatura ou mito, e afirma que o mundo contemporâneo inspira uma reescrita do passado que deforma. Menciona a importância da “operação historiográfica” se utilizar de critérios de validade, e afirma que a função da história hoje é de submeter as construções interpretativas a critérios com o objetivo de validação ou negação.

Chartier (2009) faz reflexões importantes sobre o papel social da história cuja questão central pode ser sintetizada na reflexão sobre quais as condições que permitem sustentar o discurso histórico como representação e explicação adequada da realidade.

Ribeiro, (2000) procede a reflexão da diferença entre memória e história ao fazer uma análise comparativa entre as formulações apresentadas pelo historiador francês Pierre Nora e pelo sociólogo Maurice Halbwachs, no livro *A memória coletiva* (publicado originalmente em 1949). Afirma que, nos últimos anos, a memória tem estado no centro dos debates acadêmicos no Brasil e, ao analisar o contexto de defesa da memória, Pierre Nora identifica a

⁸ Chartier segue fazendo uma interessante relação entre ficção e história afirmando que a perspectiva do novo historicismo pode ajudar a compreender como algumas obras literárias tiveram o poder de moldar os escritos dos historiadores, as representações coletivas do passado, tendo, sobretudo, o fascinante poder do teatro e do romance.

mundialização como fator determinante no desejo da memória de nossa época, bem como de sua problemática fundamental.

Neste contexto, o autor menciona que Nora estabelece o conceito de aceleração da história afirmando que o passado vai cedendo seu lugar para a idéia do eterno presente, razão pela qual assegurar os traços e vestígios é a maneira de se opor ao efeito devastador e desintegrador da rapidez contemporânea.

Neste sentido, conforme sinaliza Nora, assegurar os traços e vestígios da cultura material através da concepção e implantação do inventário, constitui pressuposto fundamental da presente pesquisa para (re)construção de memória e identidades.

O autor ressalta que as palavras “memória” e “história” evocam o mesmo tempo, o passado, mas que apesar da matéria-prima comum, a compreensão é oposta e até mesmo inconfundível. Ele menciona que a memória coletiva ou social não pode se confundir com a história, a qual começa justamente onde a memória acaba, o que ocorre quando a mesma não tem mais como suporte um grupo.

Para Halbwachs (1990):

A memória é sempre vivida, física ou afetivamente, e que quando o grupo desaparece, a única forma de salvar as lembranças, que para os grupos existentes são exteriores é fixá-las por inscrito em uma narrativa seguida uma vez que as palavras e os pensamentos morrem, mas os escritos permanecem (p. 80-81).

Ribeiro (2000) faz uma análise sobre o tema afirmando que Halbwachs considera que a memória não faz corte ou ruptura entre o passado e o presente porque retém do passado somente aquilo que ainda está vivo ou capaz de viver na consciência do grupo que a mantém, não ultrapassando os limites deste grupo.

O autor comenta que a condição para que a memória exista é o sentimento de continuidade presente naquele que se lembra. Ao não realizar a ruptura temporal, a memória transforma-se num celeiro inesgotável de possibilidades de lembranças, que são as representações – vivências do passado construídas pelos grupos sociais e renovadas no espaço das vidas.

No que tange à história, Ribeiro (2000) ressalta que, para Halbwachs, a mesma é escrita e impessoal, é viva e, portanto, o lugar da permanência e nela o desaparecimento das criações grupais é somente uma aparência.

Diferenciando memória de história afirma que a história não é memória pelo fato de haver descontinuidade entre quem a lê e os grupos, testemunhas ou atores dos fatos ali narrados. Há, portanto, uma relação entre a exterioridade ou distanciamento da história em relação aos grupos e a divisão do tempo histórico em fatos pontuais.

Outro ponto abordado pelo artigo refere-se à reflexão desenvolvida nos anos de 1980, também para distinção entre memória e história, quando Ribeiro, (2000) retoma a discussão mas agora na perspectiva de Pierre Nora.

Para Ribeiro (2000) Nora construiu uma nova noção para trabalhar as fronteiras entre memória e história através do conceito de “lugares de memória” questão permeada pelo conceito de “aceleração histórica”, com seus respectivos desdobramentos, transformações e decorrências:

Aceleração da história. Para além da metáfora, é preciso ter a noção de que a expressão significa: uma oscilação cada vez mais rápida de um passado definitivamente morto, a percepção global de qualquer coisa como desaparecida – uma ruptura de equilíbrio... (NORA, 1993, p.07 apud RIBEIRO, 2000, p.03).

Neste sentido, Ribeiro localiza um ponto de convergência entre Halbwachs, (1990) e Nora (1993) no que se refere à distinção entre história como objeto e, história como-acontecimento, “história vivida e operação intelectual que a torna inteligível”.

Ribeiro (2000) cita o conceito de memória de Nora como: “Um processo vivido, conduzido por grupos vivos, em permanente evolução e suscetível a todas as manipulações, e aberta à dialética da lembrança e do esquecimento” (NORA, 1993, p. 09 apud RIBEIRO, 2000, p.03).

Pierre Nora distingue dois tipos de memória: uma memória “tradicional”, que é “imediate”, e uma memória que sofre transformações ao passar à “história”. À medida que desaparece a memória tradicional, nós nos sentimos obrigados a acumular religiosamente vestígios, testemunhos, documentos, imagens, discursos, sinais visíveis do que foi (NORA, 1993, p. 15).

No que concerne à história, Nora afirma que em contrapartida, ela é registro, distanciamento, problematização, crítica, reflexão. A história como operação intelectual dessacraliza a memória que povoa as lembranças dos grupos sociais e afirma que:

A história é reconstrução sempre problemática e incompleta do que não existe mais. A memória é um fenômeno sempre atual, um elo vivido no eterno presente; a história uma representação do passado. Porque é afetiva e mágica, a memória não se acomoda a detalhes que a confortam; ela se alimenta de lembranças vagas, telescópicas, globais ou flutuantes, particulares ou simbólicas, sensível a todas as interferências, cenas, censuras, ou projeções. A história, porque operação intelectual e laicizante demanda análise e discurso crítico. A memória instala a lembrança no sagrado, a história liberta, e a torna sempre prosaica... (NORA, 1993, p.09 apud RIBEIRO, 2000, p.03).

Ribeiro (2000) ainda se refere ao conceito de “lugares de memória” de Nora, segundo o qual são vivências que ultrapassam de um momento histórico em que vivemos na fronteira do que éramos, num quadro rural-local e o que somos, num quadro metropolitano-universal, colocando a questão da identidade e a ameaça da sua perda.

O autor prossegue sua análise crítica afirmando que Nora considera identidade como uma situação de existência coletiva evidenciada em diversos momentos históricos e que se expressa por um sentimento de referência e identificação grupal:

Os “lugares de memória” expressam o anseio de retorno a ritos que definem os grupos, a vontade de busca do grupo que se auto-reconhece e se auto-diferencia, o movimento de resgate de sinais de appartenance grupal. Diz o autor que “os lugares de memória nascem e vivem do sentimento que não há memória espontânea, que é preciso criar arquivos, que é preciso manter aniversários, organizar celebrações, pronunciar elogios fúnebres, notariar atas, porque operações não naturais... (NORA, 1993, p.13 apud RIBEIRO, 2000, p.04).

Segundo Ribeiro (2000) esta é a grande questão do texto de Nora, o momento no qual os homens vivem esta tensão entre intimidade da tradição vivida e o abandono provocado pelos grupos desfeitos, dos quais a história, desritualizada, se empenha em guardar e preservar as marcas, na busca de transição de uma história totêmica para uma história crítica.

Estabelecidas algumas intersecções e diferenças fundamentais entre a história e a memória, passaremos a dissertar sobre outro eixo norteador da presente pesquisa que é o papel social da memória e sua interrelação com a formação de identidades individual e social ou coletiva, bem como a relação desses conceitos com o imaginário.

Outro aspecto a ser abordado como reflexão teórica concerne à memória e sua relação com a formação da identidade. Reportamo-nos à Catrosa (2001) quando afirma que há um consenso acerca do papel da anamnese na construção de identidades pessoais e sociais. Segundo o autor, a função da anamnese é estabelecer “o diálogo entre o presente e o passado, no sentido de construir um acto cordial e comunitário, um re-cordare; o que leva a que a memória deva ser dita na linguagem pública, colectiva e instituinte do rito”... (CATROSA, 2001, p. 25)

Ele cita o estudo recente de Joel Candau, 1998 que estabelece três níveis na memória: *a proto-memória* que resulta de boa parte do habitus e da socialização; *a memória* propriamente dita que enfatiza a recordação e o reconhecimento; e *a metame-memória* conceito que define as representações que o indivíduo faz do que viveu.

A proto-memória se refere a algo passivo, enquanto a memória e a metame-memória referem-se à noção de *anamnesis*, ao significarem a procura ativa das recordações e a forma como cada indivíduo se vincula ao passado e como constrói a sua identidade e se distingue dos outros.

Ele ressalta ainda que a metame-memória acentua as características inerentes à memória coletiva e histórica e suas respectivas reproduções, mas que no processo todas se interligam e que estão sujeita a uma sobre-determinação social.

No que concerne à memória como construção seletiva do passado, o autor afirma que há um consenso de que a memória é sempre seletiva, é retenção afetiva e “quente do passado” feita no cerne da tensão tridimensional do tempo, passado, presente e futuro.

No que concerne à função social da memória, Catrosa (2001) afirma que somente ocorrerá através das liturgias próprias centradas nos reavivamentos que só os traços-vestígios do que não existe são capazes de provocar. Neste sentido o seu conteúdo é inseparável das expectativas em relação ao futuro como também dos seus campos de objetivação a exemplo da linguagem, imagens, relíquias, lugares, escrita, monumentos, e dos ritos que o reproduzem e transmitem.

Desta forma, o autor ressalta que a função social da memória nunca se desenvolverá no interior dos sujeitos, sem suportes materiais, sociais e simbólicos de memórias, a exemplo dos bens materiais e imateriais.

Na relação entre memória e documento afirma que não há representação memorial sem traços, cujo conceito atualizado segue: “Traço é qualquer vestígio humano voluntário ou involuntário” (CATROSA, 1996, p. 24).

Catrosa (2001) afirma que a origem da palavra memória parece solicitar o traço e o mito, havendo certa relação de significado com monumento que é “um traço do passado” (CATROSA, 1996).

Neste sentido observa-se diálogo entre a anamnese, o traço e o monumento no acto de recordar, medida em que, a mediação social do traço surge como condição necessária para que a recordação não degenere uma exclusiva imaginação e para que, sendo apelo para a *re-presentificação*, seja também enunciação ordenadora do caos e que confere sentido à vida de indivíduos e grupos. Menciona que o monumento também é símbolo, que espera ser recordado.

Catrosa (2001) segue fazendo reflexões no contexto dos ritos de recordações, quando ressalta o pensamento de Bourdieu para afirmar que somente os indivíduos podem recordar e os ritos anamnésicos e particularmente os comemorativos, têm efeitos holísticos e desempenham funções instituintes de sociabilidades.

Neste contexto, o autor afirma que essas “liturgias de recordação” têm como função criar coerência e perpetuar o sentimento de pertença e de continuidade, num protesto segundo ele, de fundo metafísico, contra a finitude da vida, consistindo assim num ideal de sobrevivência na memória dos vivos.

Podemos então inferir que há uma intensa relação dialética da memória e esquecimento, como também, existe uma dimensão seletiva em todo ato anamnésico, como esclarece Catrosa (2001): “Através deste, novos traços podem despertar lembranças esquecidas do evocador, e novas alterações situacionais do evocador podendo levá-lo à “reescrever” o que nunca esqueceu”... (p. 32).

Desta forma, podemos considerar a memória como uma atividade de (re)construção presente na formação da identidade e do imaginário, em um processo contínuo de representação social. Tanto a memória quanto o imaginário são conceitos que se interpenetram, apesar de suas especificidades, ambos interligados na intersubjetividade.

Neste sentido, lembramos Toribio (2006) quando afirma que as práticas culturais desenvolvidas pela sociedade refletem a intensidade das permanências culturais, cuja persistência dos traços culturais são mantidos pela memória e imaginário. O imaginário pode ser entendido como:

A maneira como as pessoas percebem seu grupo, sua sociedade, seu modo de ver o mundo, são fatores que influenciam ações, atitudes e posicionamentos sóciopolítico-culturais. Sendo que as representações desse imaginário servem para justificar ou lutar pela alteração de um determinado projeto, seja ele político, social ou cultural. Nestas condições, a memória representada deve ser compreendida como o modo pelo qual o indivíduo ou um agrupamento social relata – seja por meio de entrevistas, testemunhos, discursos proferidos ou mesmo obras literárias e artes plásticas – sua maneira de ver a sua “realidade”; sempre remetendo este indivíduo (conscientemente ou não) às lutas para legitimação de idéias, pela (re)definição de sua ‘identidade’, ou ainda, a processos de identificação (MAFFESOLI, 1996, p.301 apud MORAES; SILVEIRA; 2009, p. 2427).

A relação entre permanências culturais e representações simbólicas é um processo dinâmico do qual resultam e se reproduzem traços, vestígios materiais e imateriais, ou seja, a cultura material, a exemplo dos edifícios, coleções, acervos entre outros, os quais constituem indicativos ou referenciais para (re)construção da memória social cuja mobilização se faz no presente.

Outro ponto a ser abordado como reflexão conceitual é a temporalidade do conceito de identidade formulada por Hall (2000) sobre a identidade na Pós-Modernidade, segundo o qual há três concepções de identidade: o sujeito do Iluminismo (individualismo), centrado, unificado, dotado de capacidades de razão, consciência e ação; o sujeito Sociológico (interação), formado na relação com pessoas, através da interação do eu com a sociedade que forma também a identidade dos grupos sociais; e o sujeito da Pós-Modernidade (globalização), que assume identidades diferentes em diferentes momentos, as quais podem ser contraditórias em decorrência do “eu corrente”, ou seja, em constante mudança.

No que se refere à construção das identidades nacionais, Hall afirma que as “culturas nacionais” são: “compostas não apenas de instituições culturais, mas também de símbolos e representações. [...] é um discurso – um modo de construir sentidos que influencia e organiza tanto nossas ações quanto a concepção que temos de nós mesmos” (HALL, 2005, p. 50).

Certamente a conceituação de Hall sinaliza para a existência de um constante campo de disputa por vários segmentos sociais na construção da memória e da identidade como representação social.

No que concerne aos problemas atuais da identidade gerados pela globalização, segundo Hall a identidade está sendo deslocada por complexos processos e forças de mudanças sintetizadas sob o termo da globalização, cujas principais consequências para as identidades culturais são:

- A identidade está se desintegrando devido à homogeneidade cultural;
- Identidades nacionais e locais estão sendo reforçadas pela resistência à globalização; e
- As Identidades Nacionais estão em declínio e novas identidades híbridas estão tomando lugar.

É na perspectiva da identidade do sujeito pós-moderno que enfrentamos, na atualidade, os complexos problemas relacionados à memória e identidade face ao processo de desterritorialização das fronteiras culturais promovido pela globalização e pela já mencionada aceleração da história e seu efeito devastador e desintegrador da rapidez contemporânea sinalizados por Pierre Nora como vimos.

2.4 MEMÓRIA, CULTURA MATERIAL E PATRIMÔNIO

No que se refere à cultura material no contexto religioso, os objetos têm a propriedade de demonstrar “prestígio e posição social”, e esta é a razão da sobrevivência de grande parte das peças de coleções:

Objetos, especialmente aqueles provenientes das esferas religiosas ou cerimoniais ou feitos de materiais altamente valorizados como metais preciosos, âmbar ou marfim, simbolizam de forma única estados mentais e relações sociais entre homens e homens, e entre homens e seus deuses (PEIRCE, 1999, p. 131 apud LOUREIRO; LOUREIRO; SILVA, 2009, p. 94).

A cultura material é signo veículo que suscita representações (idéia em movimento) e recurso anamnésico, portanto simbólico e, referências e/ou indicadores de reconstituição e construção da memória social. Nesse caso, os artefatos e os próprios sujeitos são criações culturais e históricas que: “Uma vez instituídas, dão coesão e unidade interna à “instituição” total da sociedade” (MARTELETO, 1995, p. 90).

Portanto, constatamos a forte relação existente entre cultura material, documento, informação, memória e identidade razão pela qual consideramos a significativa necessidade de preservação dos traços e vestígios do passado, na medida em que são portadores de informações sociais relevantes, e potenciais instrumentos de (re)construção de identidades e preservação da memória social.

Outro aspecto a ser abordado nesta investigação se refere à relação entre a cultura material, o seu processo de patrimonialização e as políticas de preservação da memória, considerando a importância do inventário enquanto fonte de informação patrimonial.

Nesta parte do capítulo, faremos algumas reflexões sobre a informação enquanto representação social na construção, implantação e análise do inventário enquanto instrumento importante no processo de patrimonialização da cultura material, no caso, o patrimônio religioso e católico paraibano do período colonial. Abordaremos também alguns aspectos sobre o papel social do inventário enquanto instrumento de acesso e gestão das políticas públicas de preservação da memória.

No que se refere ao surgimento da conservação patrimonial como “disciplina científica” na época moderna no Ocidente, Silva (2006), faz uma reflexão sobre o campo técnico das ciências documentais e localiza nelas uma tradição de estudo e valorização de objetos portadores do potencial intelectual e artístico da humanidade⁹. É neste contexto que Silva (2006) cita Hernandez (2002) para identificar a visão oitocentista de Patrimônio Cultural de valorização individual e coletiva de acervos culturais identificando um novo regime de conservação: a conservação patrimonial. O autor denomina esta concepção de Paradigma Sincrético, criado no século XVIII e constitui uma visão custodial ou estática, patrimonial, historicista, empírico-patrimonialista, tecnicista, forjada pelo trabalho historiográfico e pela valorização afetiva, estética e econômica do que é antigo e raro.

⁹ Ele faz referência à obra de Denys Couche, *Os Modos de Vida e de Pensamento* (COUCHE, 2003, p. 24-25) que afirma que desde o século XVIII até a atualidade, a cultura material que ele considera um tipo heterogêneo de mentefactos (plasmados em artefactos) é abrangida semanticamente pela noção de cultura.

(SILVA, 2006, p.19)¹⁰.

É neste contexto que se ensaia, na época, uma “política cultural” documentalista, colecionista que inicia o processo de institucionalização da cultura material na esfera pública, como menciona o autor:

conservar, guardar ou custodiar tornaram-se simultaneamente, princípio e fim de um modo de ver o mundo mediatizado por fragmentos ou vestígios de um passado (re) descoberto (mais exatamente, recriado) em espaços próprios e singulares como as Bibliotecas, as Arquivos e os Museus, desligados do contexto degenerado e degenerescente do Antigo Regime. (SILVA, 2006, p.19).

Segundo Silva (2006), até o século XVIII, as raridades bibliográficas e manuscritas, assim como, as preciosidades foram reunidas pelos renascentistas e, depois, por antiquários e sábios exóticos, ligados ao espírito colecionista e às descobertas arqueológicas de monumentos e de artefactos de remotas civilizações, que ele conceitua “berçários míticos” do Ocidente. Constituíram um acervo heterogêneo e disperso vinculado às esferas coletiva e individual.

Neste sentido, podemos inferir que a mencionada concepção e ação de patrimonialização da cultura material têm foco no objeto e não no processo, e é fruto do poder legitimador do Estado, constituindo-se autoritária e arbitrária, cujo conceito de patrimônio nasce em sintonia com a construção dos estados europeus através da identidade do poder.

Segundo o autor, após a Revolução Francesa, essas manifestações materiais de cultura e do patrimônio nacional tornaram-se vinculadas ao domínio público, em uma concepção de duas vias: a erudita e a popular ou etnográfica-, o que, segundo ele, gerou dicotomias insustentáveis.

Contudo, no período compreendido entre o século XIX até o início do século XX a concepção de patrimônio nacional esteve vinculada aos termos de histórico/artístico, e reconhecendo como referência patrimonial apenas a cultura material das elites, e principalmente os “monumentos” edificadas.

Influenciado por esta concepção, no Brasil, a primeira tentativa de proteção ao

¹⁰ Marc Guillaume caracteriza o referido conceito de conservação patrimonial afirmando que nesta concepção os objetos de sutura se diluem até perderem a sua especificidade, atesta a rejeição de modo simbólico de presença do passado no presente.

Patrimônio por parte do Estado ocorreu em 1937, através de uma lei que reorganizou o Ministério da Educação, na ocasião, chefiado por Gustavo Capanema. O decreto 25 definiu oficialmente o patrimônio histórico e artístico nacional como:

O conjunto de Bens Culturais Móveis e Imóveis existentes no País e cuja conservação seja de interesse público quer por sua vinculação a fatos memoráveis da história do Brasil, quer por seu excepcional valor arqueológico, etnográfico, bibliográfico ou artístico (LEMOS, 1982, p.110).

Posteriormente em 1988, ocorreu a institucionalização do direito à memória e ao patrimônio cultural na inserção do tema na Constituição Federal do Brasil.

A partir das transformações provocadas na sociedade ocidental com o advento da Segunda Guerra mundial, evento que alterou as relações internacionais, surge uma nova concepção de patrimônio, mais ligada ao contexto de universalização, surgindo a ideia de patrimônio da humanidade. Com isso, delineia-se a compreensão da existência de um patrimônio cultural, composto pelas mais variadas expressões da representação humana, quer seja material (tangível), quer seja imaterial (intangível), compreendendo a cultura em seu contexto de multiplicidade.

A mesma concepção é apontada por Chagas (2005) quando a noção de patrimônio humanitário resultou no conceito de patrimônio genético, na busca da representatividade da humanidade, isto é, no reconhecimento de referências culturais em relação ao seu benefício para toda a humanidade. Um patrimônio que compreende não apenas a produção da cultura mas, o seu papel social enquanto testemunho para preservação das referências culturais de uma sociedade, ou seja, resguardar a memória social que é fundamental para construção de identidades.

Outro autor que traz reflexões pertinentes sobre o tema é Jardim (1995) ressaltando que, a partir do século XIX, no interior do projeto de Estado Nacional, ocorre o delineamento de concepções de memória e invenções de tradições para uma nação que reserve um passado comum aos seus integrantes. A noção de patrimônio histórico/cultural insere-se neste processo, conduzido pelo Estado, de criação de um patrimônio comum e uma identidade própria.

Desta Forma, o autor revela que a construção desse patrimônio pressupõe valores, norteadores de políticas públicas, sobre os quais são atribuídos qualitativos a determinados registros documentais, conforme citação a seguir:

tais valores são historicamente “produzidos”, postos em circulação, consumidos, reciclados e descartados”, referidos a dimensões cognitivas, formais, afetivas, pragmáticas. Como tal, o patrimônio “é político por natureza” (MENEZES 1992, p. 189 apud JARDIM, 1995, p. 3).

Portanto, diante da complexidade e multiplicidades de aspectos que envolvem este conceito operar com a noção de patrimônio histórico/cultural requer cuidados conforme nos alerta Gonçalves (1988, p.273 apud JARDIM, 1995, p. 3):

Enquanto expressões da nação, os patrimônios culturais podem ser pensados como construções ficcionais sem nenhum fundamento necessário na história, na natureza, na sociedade ou em qualquer outra realidade com que confortavelmente justifiquemos nossas crenças nacionalistas. A nação assim, pode ser discutida menos como uma questão de fato do que uma questão ficcional... podemos evitar a armadilha de trazermos para nosso discurso de cientistas sociais categorias próprias às ideologias nacionais.

No que se refere à relação entre cultura material e seu processo de patrimonialização, ressaltamos que, uma vez legitimada pelo poder público enquanto bens de referência histórica, artística e/ou cultural para uma determinada sociedade, a cultura material adquire caráter de monumento transformando-se, ou seja, sendo referendada, ou (re)significada enquanto patrimônio. O referido reconhecimento ou legitimação da cultura material como objetos ou bens patrimoniais pelo Estado ocorre nos órgãos oficiais de preservação do patrimônio através dos tombamentos ou registros, instrumentalizadores dos processos administrativos, os quais são levados aos conselhos para deliberação¹¹.

Esse processo de reconhecimento da cultura material como patrimônio cultural tem como pressuposto o fato de os referidos bens culturais serem portadores de referência para a identidade e a memória de um ou mais grupos sociais, isto é, entendendo que a cultura é a depositária da informação social. Portanto, ocorre a legitimação dos bens culturais e simbólicos produzidos e consumidos pela sociedade constituindo um passo inicial para a preservação da memória social.

¹¹ No órgão de preservação estadual da Paraíba, o IPHAEP, o processo de patrimonialização da cultura material ocorre desta maneira.

No caso brasileiro, Jardim (1995) cita Arantes (1989, p. 25) para afirmar que têm carecido discussões sobre o patrimônio no sentido político mais amplo. Segundo o autor, a maior parte dos bens preservados expressam o nicho luso-brasileiro, agrário e escravista da nossa cultura, pouco acessível a uma população que tenderia à indiferença a este patrimônio” de um país distante e alheio”. O autor revela ainda, que Santos (1988, p. 250) questiona as concepções de patrimônio cultural dominantes no Brasil e suas vinculações ao elogio de poder em diversos níveis, levando à “permanente valorização de um padrão de cultura, que orientado pelo iluminismo, mantém-nos distantes de uma apreensão plural e democrática da realidade social que nos envolve” (JARDIM, 1995, p. 3).

Reconhecendo a importância das idéias acima mencionadas, consideramos fundamental apresentarmos o pressuposto desta pesquisa de construção e análise do inventário do patrimônio religioso paraibano que é a representação dos conteúdos e informações patrimoniais para a democratização do acesso à cultura e à memória, e pela valorização da informação enquanto fenômeno humano e social. Buscamos valorizar a cultura e a história local bem como, a relação de pertencimento da comunidade, incorporando um segmento de cultura material pouco assistida neste campo, que é a referente aos bens culturais móveis e integrados.

Prezamos ainda pela inserção dos diversos segmentos sociais no processo de patrimonialização da cultura material de maneira a fomentar e valorizar as discussões com a sociedade, (re)significando o nosso patrimônio cultural e, sobretudo, considerando a sua diversidade como parte fundamental preservação da memória e (re)construção de identidades. Desta forma, consideramos que o inventário enquanto representação social da informação, pode ser implantado através de um processo de construção da informação incorporando a comunidade, no desenvolvimento de intervenções para quantificação e qualificação dos bens móveis e integrados religiosos paraibanos.

No que se refere à tipologia dos bens móveis e integrados, mencionamos que essa categorização procede do Inventário Nacional de Bens Móveis e Integrados caixa alta? – INBMI, segundo o qual em julho de 1992 foi escrito um texto pela museologia e consultora do PHAN, Lygia Martins Costa, afirmando que até 1980 os bens que compunham o patrimônio cultural eram divididos em duas grandes categorias: bens imóveis, o acervo arquitetônico, urbanístico e natural protegido, por sua natureza irremovível; e bens móveis objetos de variados pesos e dimensões que podiam ser transferidos de local. Após esse

período os bens que não pertenciam às mencionadas categorias foram denominados de bens integrados, surgindo assim uma classe específica de objetos vinculados à superfície construída interna ou externa.

O Patrimônio Cultural pode se manifestar em diversas tipologias a exemplo dos bens de natureza material ou tangível, e imaterial ou intangível. Os bens culturais materiais ou tangíveis apresentam grande diversidade tipológica e podem ser classificados em bens culturais: históricos, artísticos, científicos, simbólicos. Porém, neste caso, estamos investigando a tipologia dos bens culturais artísticos e históricos referente à tipologia dos bens móveis e integrados categorizados como: *bens culturais móveis* (desenhos, gravuras, pinturas, esculturas, mobiliários, objetos litúrgicos, indumentárias, etc.), *bens culturais imóveis* (igrejas, conventos, engenhos, casarios), *bens culturais integrados* (altares, tribunas, púlpitos, sanefas, forros, gradis, balaustres)¹².

Desta forma, para a construção e análise do inventário do patrimônio religioso paraibano enquanto instrumento de representação da cultura material, produzida no período colonial, torna-se pertinente refletir a relação entre memória, patrimônio cultural e informação na perspectiva de que:

Quando se trata da memória social, esta é o produto de uma negociação social, uma construção da realidade, às vezes, ‘ficcional’, que também se relaciona às questões política, econômica, entre outras, obedecendo a regras e negociações complexas, seguindo as normas pelas quais as mais diferentes instituições sociais estruturam suas narrativas, orais ou escritas, sobre seu passado. O produto das relações entre grupos sociais se materializa e se coletiviza como símbolo relativo às identidades, além de se estabelecer como cenário da vida pública, tornando-se passível de ser transmitido às próximas gerações. É o patrimônio ou bem cultural, em sentido amplo. Por isso, de certa forma, o patrimônio social encontra-se em construção e ampliação constantes, mesmo que uma parte importante dele (como documentos, bens materiais e imateriais e outros suportes da memória) torne-se alvo de apropriações específicas. É possível perceber que existe uma ampliação do conceito de patrimônio a novos objetos e realidades (“patrimônio natural”, “patrimônio intangível”, entre outros), sendo que, em todos os casos, isso se dá de maneira simbólica: coleções, museificação, arquivamento individual ou público de bens, tombamento de bens materiais e imateriais (MORAES; SILVEIRA; 2009, p. 2427).

Neste contexto, refletindo sobre a relação existente entre documento, memória e informação verifica-se a significativa necessidade de preservação do patrimônio cultural quer

¹² Essa categorização procede do IPHAN, bem como a categorização dos bens culturais imateriais ou intangíveis que são as festas, folguedos, danças, tecnologias rurais, culinárias, outras manifestações culturais.

pela vinculação afetiva dos mencionados bens culturais simbólicos com grupos sociais, quer por serem portadores de informações sociais e capazes de alterar a estrutura sócio-cognitiva dos indivíduos sendo, portanto, elementos relevantes para permanente (re)construção da memória e de identidades, e no caso desta pesquisa, considerando o inventário como instrumento de representação e tratamento da informação patrimonial e otimizando o seu conhecimento.

No que se tange à importância do tema da pesquisa, ou seja, a preservação do patrimônio religioso, no Brasil, lembramos que a Igreja Católica representa um espaço de significação e (re)significação cultural que norteia, em vários tempos históricos, desde o período da colonização até os dias atuais, o processo de formação da nossa identidade cultural.

2.5 TEORIA SEMIÓTICA

A nossa perspectiva de análise está fundamentada adicionalmente pela teoria semiótica de Charles Pierce aplicada na perspectiva da relação entre informação, cultura material e representação da informação.

Como mencionado anteriormente, é no contexto do pensamento moderno que surgem as teorias da linguagem conforme afirma Santaella (2008). O século XX viu nascer e tem testemunhado o crescimento de duas ciências da linguagem. Uma delas é a Lingüística, ciência da linguagem verbal. A outra é a Semiótica, ciência de toda e qualquer linguagem.

A autora ressalta que houve a proliferação histórica crescente das linguagens e códigos, dos meios de reprodução e difusão de informações e mensagens, proliferação esta que se iniciou a partir da Revolução Industrial fazendo emergir uma "consciência semiótica" nos Estados Unidos e outra na União Soviética e a terceira na Europa Ocidental.

Ressalta que o nome Semiótica vem da raiz grega *semeion*, que quer dizer signo. Portanto, Semiótica é a ciência dos signos. Afirmar que a diferença entre língua e linguagem relaciona-se às linguagens verbais e não-verbais. Ela ressalta que tão natural e evidente, tão profundamente integrado ao nosso próprio ser é o uso da *língua* que falamos, e da qual fazemos uso para escrever — língua nativa, materna ou pátria, como costuma ser chamada —,

que tendemos a nos esquecer de que esta não é a única e exclusiva forma de nos comunicar uns com os outros.

Nesta abordagem, o nosso estar-no-mundo, como indivíduos sociais que somos, é mediado por:

Uma rede intrincada e plural de linguagem, isto é, que nos comunicamos também através da leitura e/ou produção de formas, volumes, massas, interações de forças, movimentos; que somos também leitores e/ou produtores de dimensões e direções de linhas, traços, cores... Enfim, também nos comunicamos e nos orientamos através de imagens, gráficos, sinais, setas, números, luzes... Através de objetos, sons musicais, gestos, expressões, cheiro e tato, através do olhar, do sentir e do apalpar (SANTAELLA, 2008, p. 2).

Portanto, somos uma espécie animal complexa que possui capacidade simbólica e constrói-linguagens plurais. A semiótica considera que é no homem e pelo homem que se opera o processo de alteração dos *sinais* (qualquer estímulo emitido pelos objetos do mundo) em *signos* ou *linguagens* (produtos da consciência).

Nessa abordagem podemos inferir que o signo nos toca, então o percebemos, e numa relação cíclica construímos sentido, categorizamos, classificamos, o que resulta na representação simbólica e na produção de conhecimento. Neste sentido, podemos afirmar que a Semiótica estuda a construção e interação entre os signos, o homem e suas respectivas configurações e interações sociais.

No que se refere à conceituação de signo, temos: "Signo é qualquer coisa que conduz alguma outra coisa (seu interpretante) a referir-se a um objeto ao qual ela mesma se refere (seu objeto), de modo idêntico, transformando-o em interpretante" (PEIRCE, 2008, p.74 apud SANTAELLA, 2008, p.12).

Santaella (2008) esclarece afirmando que signo é uma coisa que representa uma outra coisa: seu objeto. Ele só pode funcionar como signo se carregar esse poder de representar, substituir uma outra coisa diferente dele. Ora, o signo não é o objeto. Ele apenas está no lugar do objeto, é seu substitutivo. Portanto, ele só pode representar esse objeto de um certo modo e numa certa capacidade.

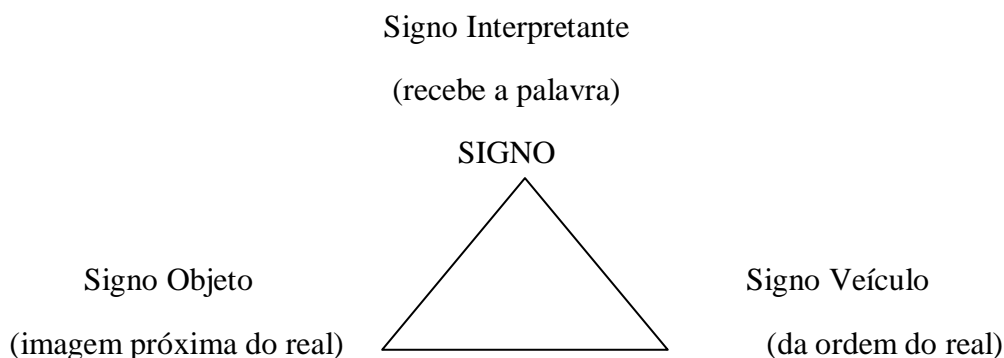
No campo científico da Semiótica e na concepção peirciana de representação:

Signo ou *representamen* é aquilo que, sob certo aspecto ou modo, representa algo para alguém. Dirige-se a alguém, isto é, cria, no espírito dessa pessoa, um signo equivalente, ou talvez um signo mais desenvolvido. Ao signo assim criado denomino interpretante do primeiro signo. O signo representa alguma coisa, seu objeto. Representa esse objeto não em todos os seus aspectos, mas com referência a um tipo de idéia que eu, por vezes, denominei fundamento do *representamen*. (PEIRCE, CP 2, p.228).

Neste contexto, o signo apresenta-se inserido em um processo dinâmico cujo protagonista é o ser humano e, no que se refere à representação, ele não diz respeito apenas a “estar no lugar de qualquer coisa”, mas, sobretudo estabelece relações signícas entre as referidas coisas.

Outro aspecto importante refere-se às possibilidades de configuração do signo em: ícone, índice e símbolo havendo dois níveis de significação: **denotativo** é literal ou motivado e **conotativo**, mito e sistemas referentes. Ressalta ainda que este último corresponde aos níveis mais altos, mais arbitrários, dependentes de convenções culturais.

Pierce construiu um modelo semiótico tripartite constituído de: objeto; signo ou *representâmen*; e Interpretante. Esta construção perpassa o seguinte esquema:



Neste sentido, há duas dimensões fundamentais ao signo: a ideal que se refere ao conhecimento que é subjetivo e, portanto intransferível; e a material. Na qual a informação é materializada no acervo e também em seus respectivos registros textual e imagético, os quais tem que ser percebidos pelos sentidos humanos. Podemos inferir que essa relação entre signo e informação está presente na cultura material que documenta as práticas sociais e humanas

em um determinado tempo e espaço. Desta maneira, a atribuição de significados aos signos e às informações, bem como a sua produção permeiam a interação social.

A informação requer o reconhecimento e a atribuição de sentido pelo receptor humano, cuja consecutiva construção do conhecimento se efetua a partir dos signos e das representações de mundo detentoras de informação, valores e sentimentos efetivados pelo processo de comunicação.

Nesta pesquisa desenvolvemos uma proposta de inventário que busca analisar e representar a informação especializada numa abordagem semântica, ou seja, o gestor especializado poderá representar o conteúdo material e simbólico do patrimônio religioso colonial paraibano em categorias indexais de diversas áreas de conhecimento a exemplo de: Ciência da Informação, Biblioteconomia, Arquivologia, História da arte, Educação Artística, e Teologia.

Sugerimos que a representação das categorias indexais de informação semântica relativos à iconografia e iconologia e estilística tenham o suporte teórico da semiótica a partir da articulação da semiótica com a Teoria Conteudística de Panofsky (1986) e da Estética (formatividade) de Wolfflin (1989).

A presente proposta de inventário para representação da informação especializada do patrimônio religioso colonial requer o conhecimento do contexto histórico e cultural de produção da arte cristã no ocidente e, mais especificamente, da arte cristã colonial brasileira.

Nesta abordagem semântica da informação, os bens culturais móveis e integrados religiosos coloniais, ou seja, os signos objetos serão analisados e representados através da ficha de inventário. Esta proposta busca a identificação e representação de alguns signos interpretantes, isto é, os significados apropriados culturalmente como símbolos, através da arte cristã religiosa luso-brasileira produzida contexto da contra-reforma.

Na perspectiva da semiótica podemos inferir que, a cultura material no contexto religioso, ou seja, os objetos a serem inventariados constituem signos veículos potenciais de produção de signos interpretantes através da (re)significação relacionadas às práticas religiosas, nesse caso, católicas, a partir da ótica de quem os reconhece, ou melhor, daqueles que por eles são tocados. Neste contexto de investigação, construímos uma metodologia para representação da informação patrimonial especializada na qual o gestor/técnico, é o indexador e o inventário é uma fonte documental sobre o patrimônio cultural material, a partir do qual

poderão ser otimizados novos usos para viabilização do seu acesso e socialização. Desta forma, ressaltamos Azevedo Netto que afirma:

É justamente no receptor que a faceta semiótica da informação se faz presente, uma vez que só é reconhecida a possibilidade de alteração de estrutura, quando os signos que são percebidos entram em contato com os signos do receptor, em um processo de Semiose Ilimitada (definido por Eco, 1980, p. 60), que é quando se dá a ação de um signo sobre outro na construção da significação ou do sentido (2001, p. 41).

Portanto, nesta pesquisa, constata-se a complexidade da configuração e da polissemia no processo de representação da informação para a qualificação dos bens patrimoniais e, sobretudo, do artefato no contexto religioso. Por seu caráter cultural, subjetivo, cognitivo e temporal, o processo de representação da informação material e conteudística dos acervos estão suscetíveis à atribuição de significados e discursos diversos, razão pela qual torna-se pertinente refletir sobre algumas questões conceituais que envolvem sua representação, enquanto instrumento de organização de informação, tendo em vista, a potencial contribuição desse recurso informacional para a socialização do acervo patrimonial em questão.

2.6 INVENTÁRIO: INSTRUMENTO DE REPRESENTAÇÃO DA INFORMAÇÃO

As práticas de coleta, seleção, classificação, documentação, representação da informação através de inventários são recorrentes nos processos de patrimonialização da cultura material, carecendo de investigação científica.

No contexto dessa pesquisa, o inventário configura-se como um instrumento de representação para qualificação do acervo religioso produzida no período colonial na Paraíba, em uma articulação das áreas: Ciência da Informação e Patrimônio Cultural, por ser a CI a ciência que investiga o tratamento da informação, neste caso, através da representação da informação patrimonial especializada para (re) significação deste patrimônio cultural material.

A CI tem desenvolvido pesquisas sobre a representação e recuperação da informação que apontam para a polissemia dos conceitos de informação e o multidirecionamento de sua representação, como apontam Silva e Ribeiro, (2002) uma vez que está presente em diversos campos científicos como também, por serem inerentes a uma determinada temporalidade e

espacialidade (SILVA; RIBEIRO, 2002, p.29). Neste sentido, a informação necessita de conservação, atualização e reconhecimento por parte do usuário.

Além disso, nos deparamos com uma problemática clássica sobre a natureza do significado e os limites da interpretação uma vez que os processos de classificação, interpretação e atribuição de significados são construções culturais, subjetivas, temporais e parciais.

Outro aspecto que merece ser abordado é o recorte temporal da pesquisa, isto é, o período colonial. Como aponta Azevedo Netto (2001) nos deparamos com um problema de fragmentação da cadeia informacional do nosso objeto de estudo, no que se refere ao marco cultural que o produziu, o qual está perdido no tempo pela própria dinâmica cultural que modifica e fragmenta a cadeia informacional, chegando a perder significados originais. Porém, uma série de informações a respeito de seu contexto de produção, confecção, estética entre outras tipologias podem ser recuperadas (AZEVEDO NETTO, 2001, p. 42-43).

Nesta pesquisa em Ciência da Informação, construímos uma proposta para representação e recuperação da informação através do inventário e, investigamos as necessidades de tratamento, representação e organização da informação patrimonial especializada, tendo como pressuposto reconhecer como condicionante a recuperação, na medida em que todo registro aumenta a perenidade da informação.

Neste sentido, considerando que o inventário otimiza a recuperação da informação, nos reportamos à Saracevic (1996), segundo o qual o conceito de recuperação da informação(RI) foi criado por Calvin Mooers em 1951, definida como: "Engloba os aspectos intelectuais da descrição da informação e suas especificidades para a busca, além de quaisquer sistemas, técnicas ou máquinas empregados para o desempenho da operação" (SARACEVIC, 1996, p. 44).

No que se refere à relação da informação com o seu processo de representação Fugeri, (2006), considera relevante o conceito de informação como coisa, preconizado por Buckland (1991), na medida em que, o objetivo principal da representação da informação é permitir a sua recuperação. Comenta o conceito afirmando que Buckland considera a informação como "algo usado atribuído a objetos, a exemplo de dados, documentos, ou seja, a função informativa dos documentos".

Concordamos com o autor, na medida em que a informação pode contribuir para a ação preservacionista, isto é, a representação e recuperação da informação patrimonial através do inventário, com vistas à gestão de risco e à otimização do acesso ao patrimônio cultural material.

A presente investigação em ciência da informação sobre o inventário para representação dos bens patrimoniais, definirá uma amostragem para aplicação da ficha de inventário, tendo como veículo de representação e transmissão da informação, as linguagens textual e não-textual.

Outra questão importante de ser retomada é a relação entre informação e representação como construções culturais, fruto da capacidade simbólica, habilidades tipicamente humanas. Nesta discussão utilizamos o conceito de representação a partir da visão semiótica de Charles Peirce, que a concebe como estruturada em forma simbólica sob interpretação do sujeito. Então, podemos afirmar que a representação da informação relaciona-se aos processos cognitivos do sujeito e, é estruturada por suas representações de mundo.

Esta afirmação reconhece o aspecto cultural que envolve o processo de representação e transferência da informação, fundamentalmente determinado por questões de cunho cognitivo e socioculturais, neste caso, tendo o gestor especializado como indexador.

A Ciência da Informação tem investigado a natureza e os problemas da representação a exemplo de Fugeri (2006) que aponta alguns problemas relativos à representação da informação, decorrentes da segmentação do conhecimento que tem ligação direta também com a Ciência da computação. O autor afirma que, na CI, para se organizar o conteúdo de documentos, torna-se necessário agrupá-los de alguma forma, seja através de recortes, classificações ou segmentações, através de termos associados que permitam comunicar e compartilhar novas idéias.

Fugeri (2006) menciona que, em função do uso de analogias, e da segmentação do conhecimento, a representação da informação de conteúdo pode tornar-se algo impreciso, e esclarece. “uma mesma quantidade de documentos pode ser organizada e representada de maneiras diferentes, dependendo da experiência de quem realiza tal procedimento” (FUGERI, 2006, p. 40).

O citado autor lembra McGarry (1999, p.17) que considera um outro veículo de comunicação e transmissão da informação: “a linguagem é o veículo da comunicação

humana”. Afirma que apesar de utilizarmos os referidos veículos de comunicação é difícil representar a informação de forma adequada¹³. (FUGERI, 2006, p. 27-28).

Então, se há tantos problemas na representação da informação podemos nos questionar porque é importante representá-la? Para responder esta indagação cita: “a informação deve ser ordenada, estruturada ou contida de alguma forma, senão permanecerá amorfa e inutilizável” (MCGARRY, 1999, p. 11 *apud* FUGERI, 2006, p. 26). Portanto, é necessário que a informação receba um tratamento para ser compreensível aos seres humanos, ou seja, ela deve ser representada de alguma forma para que tenha sentido.

Neste contexto, a função da representação na perspectiva de Fugeri (2006) é criar uma estrutura eficiente com fins de recuperação de informações, mesmo considerando que a transferência da informação pela representação é algo impreciso.

No entanto, apesar dos problemas da representação da informação apresentados pelos autores, eles afirmam que cada área científica ou cada comunidade de trabalho necessita de um sistema de representação, de forma a delimitar, interpretar e recuperar seu conhecimento. Neste contexto, Fugeri (2006) acrescenta: “As representações são instrumentos que identificam o grupo ou meio que as produziu e que as consome” (FUGERI, 2006, p. 37).

Neste sentido, ressaltamos a contribuição da análise especializada como forma de potencializar o registro da informação sobre os bens patrimoniais como estratégia de acesso.

No caso desta pesquisa, por se tratar de informação patrimonial especializada, o acesso é inicialmente dirigido ao gestor especializado, a partir do qual poderão ser otimizados novos usos e fomentada a comunicação científica para a viabilização do acesso da sociedade em geral.

Outro ponto abordado por Fugeri (2006) é relativo ao aspecto semântico inerente à informação, quando o autor considera a importância de atribuição de sentido pelo receptor no conceito a seguir: “informação é um conhecimento inscrito (registrado) em forma escrita (impressa ou digital), oral ou audiovisual, em um suporte”, e que “comporta um elemento de sentido” (COADIC, 1996, p. 4 *apud* FUGERI, 2006, p. 25). E complementa com a citação a seguir incorporando a idéia de informação como coisa:

¹³Fugeri, (2006) cita Cordeiro (1996) que apresenta alguns autores que consideram a representação da informação como simulacro: “A idéia de simulacro pode ser trabalhada em nível de analogia.

A própria representação da informação pode ser considerada como coisa, uma vez que ela procura substituir aquilo que representa, algo que mantém informações sobre um domínio qualquer e de forma semântica (FUGERI, 2006, p. 26).

No que concerne às formas de representação, com a evolução do conhecimento foram desenvolvidas diversas formas de representação. Fugeri (2006) afirma que, desde a época da “árvore de Porfírio” e, mais a frente, A “árvore baniana” de Ranganathan foram criadas e, de certa maneira, consolidadas diversas formas de representação. O autor menciona que em pesquisa realizada Davis e Walter (2003) identificaram mais de quinze formas diferentes de representação e, muitas vezes, apresentam características comuns. Relata que a segmentação do conhecimento tem ligação direta com as Ciências da informação e da computação. O autor cita Lara (2002) que ressalta a importância da analogia como método a ser considerado no processo de construção de representações, argumentando que constitui muitas vezes uma eficiente estratégia para transmissão da informação.

No que se refere ao inventário como uma tipologia de representação da informação, Galindo (2005, p. 6) comenta sobre os princípios da classificação e inventário dos bens de patrimônio histórico, e conceitua inventário como a técnica nominativo-descritiva de classes e grupos de registros arquivísticos, ressaltando suas contribuições para a criação dos corpos identitários de unidades de memória. O autor relata que as políticas de registro proporcionam a redescoberta e valorização dos acervos enquanto bens do patrimônio cultural arquivístico, exigindo dos administradores a responsabilidade social da guarda e preservação e difusão, e resgatando a sua função histórica e social.

Considerando a função social do inventário enquanto instrumento de representação da informação, mencionamos a importância de se aprimorar a representação e transmissão da informação e, conseqüentemente, a sua recuperação. Portanto, a representação da informação patrimonial através de inventários é fundamental para preservação do patrimônio cultural material, uma vez que não se preserva o que não se conhece.

Como forma de reduzir os problemas inerentes ao processo de representação e transferência da informação, decorrentes das questões de cunho cognitivo e socioculturais,

desenvolvemos nesta pesquisa, um sistema de conceitos e utilizamos os preceitos da terminologia revisada para conferir maior rigor científico ao inventário proposto¹⁴.

É nesta perspectiva que construímos uma proposta de inventário constituído por diversas tipologias de informações especializadas, utilizando uma abordagem semântica para representação do patrimônio religioso paraibano, enquanto instrumento de representação da informação patrimonial referente aos bens culturais móveis e integrados.

2.7 O INVENTÁRIO COMO REPRESENTAÇÃO INDEXAL NA PERSPECTIVA SEMIÓTICA

Conforme Pinto (2008) a aparição do termo indexação de textos verbais e não-verbais remete às ciências documentais conforme citação a seguir:

Isto é, as primeiras tentativas foram colocadas em prática por bibliotecários, arquivistas e historiadores, a partir do fim da Primeira Guerra (1914-1919), com o objetivo de facilitar o acesso às coleções de fotografias que pertenciam às Universidades e aos museus (TURNER, 1994). Antes destas experiências e ainda nos dias atuais, as imagens foram e continuam praticamente ignoradas no tratamento da informação documentária, mesmo que elas fizessem ou façam parte do texto verbal, para ilustrar ou para esclarecer os assuntos neles tratados (PINTO, 2008, p. 23-24)¹⁵.

Segundo a autora a representação indexal de textos verbais ou não verbais adquiriu ao longo da história uma forte dimensão pragmática sendo, muitas vezes considerada uma atividade simples. Entretanto consiste em uma complexa operação cognitiva:

Trata-se de um fazer constituído por um conjunto de ações concernentes ao tratamento da informação contida nestes documentos, atribuindo-lhes etiquetas que possam representar o seu conteúdo, permitindo, não somente o acesso durante uma busca de informação em bases de dados, mas, também que o sujeito possa se deslocar sobre o documento mesmo, em sua natureza concreta, visando à recuperação posterior de seu conteúdo (PINTO, 2008, p. 21).

A autora relata que, a representação indexal requer a leitura dos documentos seguindo-se a sua estrutura lógica ou física ou, ainda, segmentando-os em várias partes ou passagens

14 No item metodologia dissertaremos sobre o referido sistema como procedimento metodológico para sua construção.

15A autora relata que a indexação de imagens visuais acontece de modo similar.

com o objetivo de identificar os conceitos que representam os assuntos ou temas neles tratados. Ela ressalta que na realidade é uma atividade complexa, apesar de muitas vezes ser considerada simples e afirma:

Esta atividade pode ser efetivada fazendo-se uso da linguagem natural ou controlada com o objetivo de traduzir os conteúdos dos documentos em “etiquetas” ou “index” indexais capazes de criarem no interpretante, enquanto signo, sentidos sobre os objetos do mundo para uma localização posterior de informação (PINTO, 2002; 2008, p. 21).

Pinto (2008, p. 22) afirma que, de fato, a representação indexal consiste no tratamento cognitivo da informação, uma vez que o ser humano, pela própria natureza, está sempre construindo pistas para encontrar informações, “indexes”, referentes àquilo que se percebe do conteúdo dos documentos. De acordo com a autora, os “indexes” são signos que vão, portanto, “estar no lugar” dos objetos que compõem os conteúdos dos referidos documentos, tanto para os indexadores quanto para o usuário de informações, independentemente de espaço e tempo. Concordamos com a autora quando afirma que o objetivo da representação indexal é construir “index” (etiquetas) indicando o conjunto de assuntos ou temas que foram tratados em um documento (verbal ou não verbal), os quais podem auxiliar àqueles que demandam informações nas bases de dados de sistemas de informação, ou mesmo, na fonte primária.

Segundo Pinto (2008) como qualquer outro signo, os chamados “indexes” têm sempre o objetivo de facilitar a comunicação entre o sujeito e seu meio ambiente, mesmo que nem sempre estes dispositivos sejam eficazes, uma vez que é o interpretante (idéia) construído na mente do sujeito receptor, o responsável pela atribuição (ou não) do sentido relativo ao signo indexal. Com outras palavras, mesmo que o “index” corresponda a um signo de primeiridade, seu significado necessariamente não será unívoco, pois o interpretante enquanto idéia trabalha na perspectiva do mundo real e simbólico.

Para o desenvolvimento desta pesquisa nos interessa muito a relação entre representação indexal e signos. A autora faz uma análise e afirma que na atividade de representação indexal, são selecionados signos representados por termos, palavras-chave, descritores ou conceitos com a intenção de substituir certos objetos aos quais não temos acesso, a não ser pelos discursos apresentados nos documentos mesmo.

Neste sentido, na construção da representação indexal de um único documento, pelo menos três atores entram em cena: o autor do documento, o indexador (humano ou não-humano) e o usuário, sendo que cada um destes tem percepção diferente sobre o conteúdo do documento. Por isso, a coincidência na definição das pistas de representação do conteúdo tratado, provavelmente não ocorrerá, mesmo que seja ingenuamente desejável. Ora, se um único ator não constrói uma única representação ao ler um mesmo documento em momentos distintos de sua vida, imagine-se três sujeitos. (PINTO, 2008, p. 22).

Portanto, verifica-se a aplicabilidade da teoria semiótica à nossa pesquisa na medida em que o acervo religioso colonial paraibano a ser representado, assim como outras tipologias de acervo, são bens culturais portadores dos mais diversos signos, configurações e possibilidades de fruição estética. O processo semiótico ocorrerá no momento da análise e representação indexal da informação pelo gestor especialista/indexador, a ser construída através do registro imagético e do texto verbal para registro individual do referido acervo artístico, bem como, na relação a ser estabelecida pelo usuário com as fontes de informação produzida.

Neste contexto, o inventário enquanto fonte documental produzido através da organização da informação é representação porque “está no lugar de...” como preceitua a concepção semiótica peirciana de signo. Neste sentido a autora menciona que:

O resultado é uma espécie de discurso e se constituem em documentos secundários a partir de pistas referentes ao conteúdo do documento primário que foi indexado. Eles são, portanto, *representamen* dos elementos que fazem parte do conteúdo do documento, enquanto objeto representado (PINTO, 2008, p. 22).

Com base nos argumentos acima mencionados, afirmamos que este inventário enquanto fonte de informação patrimonial foi concebido para ser constituído de vários tipos de *representamen*, *verbais*, *imagéticos*, *sonoros*, *dentre outros* que, por sua vez, possibilitarão a criação de outros *interpretantes*, os quais também suscitarão o nascimento de outros signos e, assim, sucessivamente. Em qualquer caso, o sentido somente pode ser dado pelo interpretante, que evoca outras representações para significar os objetos, nesse caso, patrimoniais.

Desta forma, Pinto (2008) esclarece que o “signo” ou “pista” nos remeterá a um interpretante (idéia) do objeto inventariado produzida pelo *representamen*, constatando então,

a recorrência da complexidade do processo, sobretudo, por se tratar de uma representação da informação patrimonial.

A autora relata que o índice é um signo que possui uma relação causal com seu objeto, não pela semelhança ou analogia, mas principalmente, porque ele tem uma relação física material, com a coisa ou objeto que ele designa, afetando-o diretamente. Nesta perspectiva Pinto (2008) define o índice a seguir:

[...] se refere ao objeto que ele denota devido ao fato de ser realmente afetado pelo referido objeto [...] os índices podem ser distintos de outros signos ou de representações por três características: primeiro, eles não possuem alguma semelhança significativa com seus objetos; segundo, eles se referem a indivíduos, unidades singulares, coleções singulares de unidades, ou contínuos singulares; terceiro eles dirigem a atenção a seus objetos compulsão cega. [...]. “Eles estão em conexão dinâmica com o objeto individual por um lado e com o senso ou a memória da pessoa para a qual ele serve de signo, por outra parte (PEIRCE, CP2 p.147, 248, 305; PINTO, 2008, p. 20-21).

Portanto, no processo de representação indexal com a utilização das linguagens textual e imagética serão produzidas (re)significações, tanto durante a sua construção, ou seja, na ótica do indexador, quanto na posterior produção de outras fontes documentais para socialização do patrimônio religioso paraibano colonial.

Pinto (2008) faz uma análise da atividade de indexação na perspectiva semiótica afirmando que:

Na “semiosis ilimitada”, os signos proporcionam o nascimento de outros signos que são mais evoluídos. Os indexadores humanos estabelecem os “indexes” a partir da compreensão dos assuntos ou temas tratados nos documentos. Tal compreensão tanto pode ser influenciada pela sua bagagem cultural, como também pelo conhecimento que eles possuem sobre os tais assuntos ou temas. Os usuários utilizam esses “indexes”, ou os seus “atalhos” enquanto representações que eles têm sobre as coisas ou sobre os objetos do mundo, visando o acesso às informações concernentes àquilo de que necessitam (PINTO, 2008, p. 22).

Nesta pesquisa, para aplicação por amostragem da metodologia do inventário do patrimônio religioso paraibano, serão utilizadas as linguagens textual e imagética, através da produção de registros descritivos e imagéticos. Desta forma, as imagens produzidas nesta pesquisa são documentos de grande valor, caracterizando-se como testemunhos no processo

de gestão patrimonial, contribuindo para qualificação e para a garantia da integridade material dos acervos.

Consideramos imprescindível a presença do recurso imagético neste inventário, concebido como fonte de informação patrimonial, por sua função social e condição de testemunho.

Portanto, em consonância com os argumentos apresentados consideramos este inventário uma fonte de informação multimidiático, por se constituir de textos verbais e não-verbais, tendo em vista à eficiência da gestão patrimonial, bem como concebido em sintonia com a cultura visual da contemporaneidade.

2.8 TERMINOLOGIA E REPRESENTAÇÃO

A construção e aplicação por amostragem do presente inventário busca desenvolver uma análise qualitativa dos instrumentos e métodos da pesquisa, para o qual torna-se necessário fazer algumas reflexões conceituais sobre a linguagem a ser utilizada na conceituação do inventário e na representação da informação.

Por esta razão, nos reportamos à Teoria da Representação, no caso à terminologia revisada e à teoria do conceito, conforme considerações a seguir.

Inicialmente, consideramos importante refletir sobre os objetos científicos da terminologia, seu processo de revisão e em seguida fazermos algumas considerações sobre linguagem de especialidade e suas relações com a presente pesquisa.

Inicialmente, nos reportamos à Krieger, M. G.; Krieger A. M., (2001), cuja obra traz questões interessantes sobre a terminologia e seus objetos. Afirmam que a terminologia não é um fenômeno recente, mas que desde que a linguagem se manifesta, existem as línguas de especialidade¹⁶.

Entretanto, apesar de ser uma prática antiga, as autoras mencionam que a história da terminologia é muito recente, datando mais especificamente, da segunda metade do século

¹⁶ Krieger, (2001) afirma também que sua origem remonta à terminologia dos filósofos gregos, à língua de negócios dos comerciantes cretas, aos vocábulos especializados da arte militar, etc. (KRIEGER, 2001, p. 34).

XX, período no qual ocorre o fenômeno de proliferação da produção científica e tecnológica gerando grande variedade dos termos técnicos ou científicos. As autoras afirmam que sua história foi contada sob o olhar do manejo e controle social dos vocabulários especializados ou como objeto de teorias e descrições lingüísticas.

Relatam que as bases clássicas da terminologia enquanto disciplina foram estabelecidas por Eugenio Wuster nos anos 60, as quais deram origem a Teoria Geral da Terminologia (TGT) de cunho normativo da chamada Escola de Viena e, que naquele contexto desconsideravam o funcionamento da linguagem.

Krieger, M. G. e Krieger A. M. (2001) mencionam que, nos anos 90, houve um incremento das investigações terminológicas de base lingüístico-comunicacional que provocou a revisão dos estudos terminológicos fundamentada numa concepção lingüística sobre a natureza e funcionamento dos termos. Neste sentido, mencionam a relevância da contribuição da pesquisadora Maria Teresa Cabré e seus colaboradores da Universidade de Pompeu Fabra em Barcelona – Espanha na estruturação da Teoria Comunicativa da Terminologia (TCT).

Outro aspecto abordado pelas autoras refere-se ao ponto de conflito entre a terminologia tradicional e a atual revisão, que é o fato de o léxico especializado não ter sido integrado ao quadro dos objetos das pesquisas sobre os sistemas lingüísticos. (CABRÉ et al, 1998; 2001, p.34). Ressaltam ainda a importância da TGT na identidade da área, mas que a atual revisão significa um avanço teórico e aplicado da terminologia.

Krieger (2000) em outro artigo menciona a contribuição de Wuster afirmando que ele estabeleceu os princípios iniciais que permitiram o desenvolvimento dos estudos teóricos e aplicados a área, a ponto de a TGT ser reconhecida como “um passo importante no esclarecimento da essência das linguagens de especialidade” (p. 211). Sintetiza a crise entre os princípios da TGT e a atual revisão, em duas concepções antagônicas sobre constituição e a natureza das terminologias: a primeira considera que os termos técnico-científicos não são elementos naturais das linguagens naturais, caracterizando-se como unidades de conhecimento; e a segunda concepção defende que as terminologias são unidades lexicais e, como tal, componentes naturais dos sistemas lingüísticos.

A autora ressalta que a TGT não ampliou seu poder explicativo dos léxicos terminológicos, consolidando-se com foco em metodologias para produção terminográfica, na

perspectiva da linguagem controlada. Cita a posição de Maria Cabré em relação à teoria Wusteriana:

Estabelece um objeto de análise e umas funções de unívocas normalizadoras próprias dos âmbitos científicos-técnicos, reduz a atividade terminológica á recolha de conceitos e termos para normalização (fixações de noções e denominações normatizadas) dos termos, circunscreve os âmbitos especializados á ciência e á técnica e limita seus objetivos para assegurar a univocidade da comunicação profissional, fundamentalmente no plano internacional (CABRÉ, 1998, p. 2 apud KRIEGER, 2000, p. 211).

Em síntese, a autora menciona que os limites da TGT expressam o apagamento dos aspectos comunicativos e pragmáticos próprios ao léxico das linguagens especializadas, significando um forte reducionismo diante do funcionamento da linguagem, principal crítica da atual revisão pela qual passa a terminologia. Nesta discussão sobre a constituição e a natureza das terminologias, concordamos com a segunda concepção apontada por Krieger (2000), confuso, rever redação segundo a qual revisionismo da terminologia é influenciado pela alteração de paradigmas científicos, culturais e tecnológicos do mundo contemporâneo, mais especificamente, o alargamento do conceito de ciência e o desenvolvimento das áreas humanas de conhecimento, que provocaram, juntamente com o desenvolvimento tecnológico, o surgimento de variadas terminologias acarretando importantes repercussões nas tipologias das unidades lexicais terminológicas que passam a assumir novas configurações morfossintáticas.

Outro aspeto abordado pela autora que nos interessa no processo de construção deste inventário, refere-se aos estudos sobre os léxicos temáticos, de fundamento lingüístico. Krieger (2000) afirma que Alain Rey nos anos 80 ressaltava que “na origem das reflexões sobre o nome e a denominação, base da terminologia, encontra-se toda a reflexão sobre a linguagem e o sentido” (REY, 1979, p. 3 apud KRIEGER, 2000, p. 212).

Krieger (2000), menciona que o pensamento inovador de Alain Rey está no fato de compreender a produção terminológica como ponto de vista descritivo e ao considerar que tratar da terminologia técnico-científica implica em tratar de uma questão de linguagem e não de um constructo ideal e homogêneo a serviço de especialistas e isento de polissemia e de ambigüidades conceituais.

Entretanto afirma que, somente nos anos 90, se intensificam os estudos fundamentados na complexidade que envolve o funcionamento das terminologias, como qualquer outra

unidade da língua natural. Neste contexto, a autora relata que houve intensa colaboração de pesquisadores da lingüística, filosofia, inteligência artificial e da tradutológica, com destaque para as preocupações sociolingüísticas, o que possibilitou o avanço da terminologia na perspectiva de estudos descritivos.

Outro ponto que merece reflexão na presente pesquisa é a relação entre a terminologia revisada e linguagem de especialidade, apontado por Krieger, M. da G. (2000), como um dos fatores importantes que contribuíram para o forte movimento de reavaliação dos princípios da terminologia clássica. A autora afirma que:

Poder-se-ia mesmo dizer que a história particular de uma ciência se resume na de seus termos específicos. Uma ciência só começa a existir ou consegue se impor na medida em que faz existir e em que impõe seus conceitos, através de sua denominação (KRIEGER, 2000, p. 209).

Nesse aspecto, corroboramos com Krieger (2000) quando ressalta que na revisão da terminologia está uma reversão das orientações, baseadas na teoria lingüístico-comunicacional da terminologia, para elaboração dos instrumentos de referência a exemplo dos dicionários e glossários, bem como de outros instrumentos terminográficos.

A autora afirma que a teoria terminológica deve buscar metodologias interdisciplinares de investigação das questões cognitivas e lingüísticas que envolvem a produção e o funcionamento sistemático dos produtos terminográficos, a exemplo dos dicionários técnico-científicos, glossários e banco de dados terminológicos entre outros instrumentos de referência.

Krieger (2000) revela ainda que neste contexto de revisão a Lingüística Textual e a Análise do Discurso, em conjunto com o desenvolvimento da Pragmática e da Semiótica narrativa, abrem caminhos para o desenvolvimento de metodologias em busca da melhor compreensão da natureza e funcionamento das linguagens especializadas em toda a sua abrangência pragmática.

Este novo percurso significa reconhecer o dinamismo e a complexidade dos fatos da linguagem, de maneira que a passagem do domínio, ou seja, dos esquemas conceituais das ciências e das técnicas para o texto e o discurso consiste num dos mais importantes desafios dos estudos terminológicos.

Nessa direção, caminhamos para a valorização de uma terminologia que busca a ótica lingüística que entende o funcionamento das terminologias no contexto de sua naturalidade aos sistemas lingüísticos e as formas pragmáticas de sua materialização nos textos especializados e, sobretudo, para investigação da profunda diversidade terminológica do mundo atual.

Neste contexto, apresentamos alguns caminhos apontados pela atual revisão da terminologia na perspectiva de Krieger, M. G.; Krieger A. M. (2001) que questionam a organização terminológica da TGT, afirmando que há inoperância dos instrumentos bilíngües de referência que não expressam a realidade dos usos terminológicos baseados no espírito normatizador com vistas ao controle de vocabulários.

Na presente pesquisa, buscamos nos orientar pela atual revisão da terminologia clássica da qual resulta a Teoria Comunicativa da Terminologia (TCT), a qual tem contribuído substancialmente para as reflexões socioterminológicas, originalmente desenvolvidas na França por Gaudin, uma vez que os termos não expressam a realidade dos usos terminológicos no espírito normalizador clássico:

De fato, importantes aspectos do comportamento dos termos explicam-se somente á luz dos fenômenos da textualidade e da discursividade e, nesse sentido, dentro de um processo pragmático da comunicação (KRIEGER, 2001, p.36).

Krieger M. G.; Krieger A. M. (2001) Relatam que os novos princípios das pesquisas terminológicas buscam apreensão da constituição e do funcionamento das terminologias na perspectiva dos fenômenos da linguagem oferecida pelas teorias do texto e do discurso. Neste contexto, é considerada a inter-relação dos léxicos terminológicos com contextos comunicativos em que se materializam. Desta forma, são utilizados elementos da Linguística Textual, da Semiótica Narrativa greimasiana com vistas ao enfoque dos discursos e de componentes pragmáticos da comunicação especializada com o objetivo de identificar a feição e o funcionamento das linguagens especializadas.

Neste sentido, incorporando as análises das formas de produção de significação, constitutivas e particulares, às diferentes manifestações do homem cuja metodologia busca reconhecer o estatuto terminológico de uma unidade lexical sempre em relação a um determinado campo de conhecimento.

Portanto, segundo Krieger M. G.; Krieger A. M. (2001) inicia-se uma nova fase da história da terminologia como campo de investigação numa abordagem integradora dos componentes de textualidade e discursividade considerando-se a complexidade da linguagem e seus respectivos contextos discursivos nos quais os termos e suas diversas configurações se manifestam, razão pela qual as autoras sinalizam para o reconhecimento da Terminologia como uma das Ciências da Linguagem.

Levantadas algumas questões sobre o processo de revisão da Terminologia que norteiam a presente pesquisa, consideramos pertinente abordar a relação entre linguagem de especialidade e o inventário.

Reportamo-nos à perspectiva da tríplice face da terminologia de autoria de Becker, A. M. (1998) para refletir sobre a terminologia como disciplina com bases teóricas e objeto de estudo definidos; como conjunto de termos de uma área específica; e como conjunto de princípios teóricos e metodológicos que regem a constituição de inventários terminológicos e a elaboração de obras terminográficas. Nesta pesquisa nos interessa particularmente os dois últimos por considerarmos que o inventário pode se configurar como obra terminográfica.

Becker (1998 apud MACIEL, 2001, p. 39) inicia afirmando que a Terminologia analisa o termo, unidade lexical, e é profissionalmente marcada. A autora afirma que o termo constitui objeto de estudo da terminologia, característica da linguagem de especialidade e componente essencial do dicionário técnico-científico.

Relata que conforme Wuster, o precursor dos estudos modernos terminológicos, trata-se de uma área inter e trans disciplinar que investiga conceitos e suas representações por termos, símbolos e outros signos lingüísticos (MACIEL, 2001, p.39). Wuster menciona ainda que este diálogo ocorre numa zona fronteira entre a Linguística, a Lógica, a Ontologia, a CI e as Ciências Exatas e Biológicas.

Becker A. M. (1998) considera que a Terminologia investiga inicialmente os conceitos fundamentais na esfera cognitiva das áreas científicas, profissionais, técnicas e artesanais com vistas à análise da comunicação dos conceitos através da língua. Neste contexto, afirma que uma das facetas da área são os procedimentos teóricos e metodológicos de coleta, classificação, criação e normalização dos termos. Esta etapa é relativa ao gerenciamento das unidades significantes das linguagens de especialidade, em consonância com a produção e difusão de dicionários, glossários, vocabulários e bancos terminológicos, os quais contém o

conjunto dos termos de uma área especializada denominada terminologia específica do domínio, neste nosso caso, na construção de uma terminologia de representação da cultura material religiosa através do inventário.

Desta forma, apresentamos o conceito de termo:

É um item tematicamente marcado e se constitui na unidade lexical da linguagem de especialidade, assim como a palavra é a unidade da língua geral ou comum. Termo e palavra compõem a competência do falante ideal, competência geral, quando comum a todos e/ou competência específica, quando própria de determinado grupo de falantes (MACIEL, 2001, p.41).

O conjunto de termos de uma área especializada representa:

O conhecimento dessa área, e ao mesmo tempo denomina seus conceitos, sendo, portanto, uma maneira de conhecer e de denominar. Ao mesmo tempo também os termos permitem a transferência do conhecimento da especialidade, são, portanto unidades de comunicação e expressão” (CABRÉ, 1996b, p.5-7 apud MACIEL, 2001, 41).

A autora comenta que, para Maciel, os termos começam a existir quando se unem indissolúvelmente a conceitos determinados que compõem um conjunto conceitual de determinada área específica. Somente neste sistema, as unidades lexicais se constituem em unidades terminológicas e passam a existir enquanto uma terminologia.

Neste sentido, na construção e análise do inventário do patrimônio religioso paraibano verifica-se a eminente relação entre termo e linguagem de especialidade, na qual os termos, ou seja, as palavras técnicas, os elementos fundamentais dos textos técnicos ou científicos revelam a linguagem de especialidade.

Concordamos com Becker (1998) quando afirma que esta linguagem significa o repertório lingüístico usado pelos especialistas de áreas, científicas, artesanais e ocupacionais. Ela resulta do uso da língua em situação de comunicação especializada e partilha das características do sistema lingüístico denominado língua geral¹⁷.

No que se refere à comunicação no mundo globalizado, Krieger (1998) ressalta que tem crescido o interesse pela utilização adequada das terminologias em decorrência da sua contribuição aos processos comunicativos conforme citação a seguir: “Isso porque, como se

¹⁷ A autora relata que os padrões morfológico, fonológico, sintático e semântico são os mesmos na língua especializada e normal.

sabe, as comunicações profissionais articulam-se ao modo de linguagens especializadas, as quais compreendem em larga medida, seus termos técnicos” (KRIEGER, 1998, 2001, p.34). Afirma que a área tem se consolidado como campo de conhecimento diversificado, como também, com o manejo político, a normatização, a tradução, a terminografia e a descrição.

Nesta nova abordagem, a autora afirma que cabe ressaltar as idéias em favor de uma socioterminologia, elaborada por Gaudim, a partir da crítica normalizadora com vistas ao manejo internacional da terminologia conforme cita Krieger:

Sobre esse ponto, tentaremos mostrar como, no mesmo movimento que conduziu a lingüística estrutural à sociolingüística, uma socioterminologia pode levar em conta o real do funcionamento da linguagem e restituir toda sua dimensão social às práticas languageiras concernidas (GAUDIM, 1993, p. 16 apud KRIEGER, 2000, p. 216).

Desta forma, Gaudim propõe que no processo de produção terminográfica a inoperância e o artificialismo do ideal normalizador sejam suplantados pelo exame do contexto de produção dos léxicos especializados, como também, sejam consideradas as variações que existem nos distintos usos do léxico científico e técnico.

Finalmente ressaltamos que Krieger (2000), menciona Benveniste em epígrafe, para relatar que a história da terminologia está associada à consciência dos cientistas sobre o papel das nomenclaturas científicas, na fixação e na articulação do saber científico e técnico. (KRIEGER, 2000, p. 210).

Neste contexto, ressaltamos a importância e contribuição da linguagem de especialidade no presente inventário nas palavras da autora: “Para los especialistas, La terminologia es el reflejo formal de la organización conceptual de uma especialidad, y um médio inevitable de expresión y de comunicación profesional” (CABRÉ, 1993, p. 37 apud KRIEGER, 2000, p. 210).

Portanto, a conceituação e estruturação inerentes ao processo de construção deste inventário constitui um passo inicial para construção de uma linguagem de especialidade referente aos bens culturais móveis e integrados. Sua posterior implantação possibilitará a elaboração de produtos terminográficos sobre o acervo patrimonial em estudo.

2.9 CONSIDERAÇÕES IMPORTANTES PARA O PREENCHIMENTO DOS CAMPOS INFORMAÇÃO SUPORTE E ARTÍSTICA E INFORMAÇÃO SEMÂNTICA

2.9.1 Teoria da Formatividade e Conteudística

Estabelecidos os aspectos conceituais relevantes das teorias da CI e da Semiótica que norteiam esta pesquisa, torna-se necessário agora abordar alguns aspectos das Teorias da Estética (Formatividade) e Conteudística, os quais em conjunto permitirão qualificar o artefato no contexto religioso, ou seja, os bens culturais móveis e integrados religiosos de alguns municípios paraibanos produzidos no período colonial.

A necessidade de utilização conjunta dos mencionados aportes teóricos torna-se pertinente na medida em que se verifica a necessidade de metodologia interdisciplinar para investigar a cultura material em foco.

Para desenvolvermos as análises formal-estilísticas de parte da cultura material em foco, utilizaremos a História da Arte e a Teoria da Formatividade de Henrich Wölfflin (1989) e suas categorias wolfflinianas relativas à materialidade e sua respectiva organização/estruturação, cuja percepção se dá pela sensorialidade e inteligibilidade através do método da visualidade pura.

As análises de conteúdo serão desenvolvidas na abordagem da Teoria Conteudística de Erwin Panofsky (1986) que consiste no método de análise dos significados da obra de arte vinculados ao seu contexto histórico-cultural de produção, cujas etapas são as seguintes: **primários ou naturais**, correspondendo ao nível pré-iconográfico; **secundários ou convencionais**, correspondendo à iconografia (identificação das imagens, histórias e alegorias); e **intrínseco**, correspondendo à análise iconológica, correspondendo ao significado simbólico dos atributos na perspectiva histórica;

Desta forma, as análises mencionadas acima referem-se à **informação, suporte e artística** estruturadas nas categorias indexais de descrição, características técnicas, características estilísticas, e **informação semântica** concernentes às características iconográficas e iconológicas, municiadas pela história e pela cultura.

Portanto, vale lembrar que a interpretação pode ser vista como designações flutuantes, uma vez que: “Por mais que se diga o que se vê, o que se vê não se esgota no que se diz” (FOUCAULT, 2000, p. 12).

3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Utilizando-se das contribuições da CI, esta pesquisa desenvolveu uma proposta de construção e aplicação, por amostragem, do inventário do patrimônio religioso da Paraíba, para a representação da informação patrimonial referente à tipologia dos bens culturais materiais móveis e integrados.

Consideramos como pressuposto desta pesquisa a preservação do patrimônio cultural material quer pela vinculação dos bens culturais simbólicos com grupos sociais, por serem portadores de informações sendo, portanto, relevantes para a permanente (re)construção da memória e de identidades, e neste caso específico, a investigação científica de metodologias de inventário como instrumento de representação, tratamento da informação especializada com vistas ao democrático acesso aos patrimônio cultural material e preservação da memória social.

Nesta perspectiva, investigamos, a representação e o tratamento da informação patrimonial no contexto religioso colonial paraibano buscando construir um método de representação da informação especializada através do inventário, articulando, a partir da contribuições da CI, vários campos de conhecimento a exemplo da História da Arte, Educação Artística, Conservação e Restauração, e Teologia. Construímos uma proposta de inventário constituída por vários campos de informação especializada, cuja implantação precede a constituição de uma equipe interdisciplinar de especialistas dos diversos campos científicos envolvidos.

Desenvolvemos uma pesquisa de natureza qualitativa a qual:

Responde a questões muito particulares preocupando-se em trabalhar com o significado de motivos, valores, atitudes, crenças correspondentes a um espaço profundo das relações, dos processos e dos fenômenos que não podem ser reduzidos à operacionalização de variáveis (MINAYO, 1998, p. 21).

Sabemos que:

Na investigação qualitativa a fonte directa de dados é o ambiente natural, constituindo o investigador o instrumento principal [...] Contudo, mesmo quando se utiliza o equipamento, os dados são recolhidos em situação e

complementados pela informação que se obtém através do contacto direto (BOGDAN, BIKLEN, 1994, p. 47).

Em pesquisas científicas, lançamos mão de um conjunto de materiais de onde são extraídos os dados e informações para pesquisa conforme menciona Salustiano: “(...) a noção de corpus indica a preocupação com a sistematização de dados a partir de critérios qualitativos e não estatísticos” (SALUSTIANO, 2006, p. 27).

Portanto, desenvolvemos uma proposta de construção e análise do inventário do patrimônio religioso, enquanto instrumento de representação da informação referente aos bens culturais móveis e integrados religiosos paraibanos, produzidos no período colonial.

Compreendamos agora porque privilegiamos a investigação do patrimônio religioso. Furtado (1984) em sua reflexão sobre a cultura brasileira menciona a importância da Igreja Católica enquanto uma das matrizes culturais fundamentais na formação brasileira. Neste sentido, é possível dizer que aquela matriz católica dos três primeiros séculos de colonização permanece fundamental para a compreensão da nossa memória e do nosso presente. Segundo Furtado, as obras arquitetônicas e as esculturas de cunho católico compreendem o núcleo mais importante do patrimônio material brasileiro no período colonial.

A importância do patrimônio religioso para a formação da nossa identidade cultural é um fato, uma vez que a Igreja Católica representa um espaço de significação e (re)significação cultural que norteia, em vários tempos históricos, desde o período da colonização até os dias atuais, os processos de formação e (re)construção da nossa identidade cultural.

Desta forma, pelo seu valor de significação cultural, a Igreja Católica têm buscado, ao longo dos tempos, a afirmação de poder e legitimação social através do patrocínio de primorosas obras de arte religiosas, a partir da opulência da arquitetura, da diversidade expressiva e iconográfica das pinturas de algumas delas e da excelência técnica da imaginária, os quais constituem expressiva cultura material pouco estudada e parte referencial do nosso patrimônio cultural, sendo imperativa a sua investigação e preservação.

Portanto, podemos inferir que, desde a colonização até os dias atuais, a permanência cultural da prática religiosa é sustentada pela cultura material e imaterial, cuja preservação

dos traços e vestígios constitui elemento significativo do nosso patrimônio cultural, fundamental para (re)construção da memória e identidade no presente histórico

Neste sentido, lembramos Loureiro, Loureiro e Silva (2007) para relatar que é por meio da cultura material que transmitimos noções e teorias consolidadas acerca dos vários grupos sociais, tempos e lugares. São os objetos, venham eles do reino natural ou dos quadros da cultura, que ancoram os modelos considerados aptos a serem divulgados na esfera pública. A complexa heterogeneidade do “real” é fragmentada e resumida de acordo com as várias interpretações oriundas dos diversos campos do saber, a fim de garantir a apropriação de significados e sentidos por parte do usuário.

Entretanto, apesar da relevância da história e do acervo patrimonial RELIGIOSO? da Paraíba, as ações de registro e conhecimento desse acervo por parte da gestão pública têm sido muito incipientes. Pontuamos ações de registro dos bens culturais móveis e integrados religiosos realizados pelos institutos de preservação estadual e federal, sobretudo na área correspondente a mesorregião da Zona da Mata, onde se localiza cerca de 60% do acervo patrimonial religioso paraibano.

No que se refere à Superintendência do IPHAN na Paraíba, recentemente implantada no Estado, inexistem no seu quadro local especialistas em bens culturais móveis e integrados. As recentes atenções têm sido mais focadas na sua estruturação para a gestão das primeiras cidades paraibanas tombadas nacionalmente, Areia e João Pessoa, bem como para o mapeamento das manifestações artístico-culturais do patrimônio imaterial e do acervo arqueológico nos Estados sob sua jurisdição, Paraíba e Rio Grande do Norte.

No que tange às ações de inventário desenvolvidas pelo IPHAEP, ao longo dos seus 31 anos de vida, as ações de registro foram, predominantemente, relacionadas ao acervo arquitetônico, urbanístico e ambiental, tendo sido publicado um total de 129 decretos de tombamentos relativos a 160 bens culturais e 12 centros antigos delimitados pelo Instituto. Somente através do inventário preliminar já mencionado, deu-se início a sistematização dos instrumentos necessários para o registro e a proteção dos bens culturais móveis e integrados referentes às cidades de São João do Cariri, Bananeiras, Souza, Pombal e Princesa Izabel, as quais têm seus centros antigos delimitados por decretos estaduais de tombamento.

Nesse inventário preliminar, desenvolvemos as ações iniciais de registro imagético e de cadastramento técnico parcial do acervo religioso, dada a urgência da necessidade de

proteção uma vez que, nos arrolamentos realizados durante a nossa gestão, lamentavelmente, constatamos que restam, basicamente, as imagens padroeiras como exemplares remanescentes do período colonial, com tecnologia de construção tradicional, em madeira policromada e dourada, as quais permitiriam um estudo específico da produção desta tipologia na Paraíba.

Neste sentido, nos reportamos a Freire para ressaltar o caráter histórico e documental do conhecimento produzido na presente pesquisa:

Desde os primórdios da evolução da humanidade a informação enquanto comunicação sempre esteve presente através da técnica e da linguagem, seja na feitura de objetos, instrumentos, utensílios, roupas etc. seja na transmissão do conhecimento sobre esse “fazer”. Neste sentido ressaltamos que a técnica, como linguagem, é criada em uma determinada cultura de acordo com suas necessidades econômicas e sociais, determinantes contextuais também para a sua evolução (FREIRE, 1996, p. 03).

Por fim, torna-se eminente a necessidade e importância de investigação dos processos implicados na inventariação do patrimônio religioso paraibano colonial, enriquecida com os conhecimentos oriundos da CI. A carência de equipes interdisciplinares e especialmente qualificadas para a implementação de projetos de inventariação na Paraíba é uma razão adicional pela qual buscamos a melhor qualificação junto a este programa de Pós-Graduação.

Privilegiamos as seguintes tipologias do acervo patrimonial religioso paraibano: *bens culturais móveis* – pinturas, esculturas, gravuras, objetos litúrgicos (prataria e ouriversaria), indumentária (alfaias e paramentos); e *bens culturais integrados* – mobiliário (altares, sanefas, tribunas, púlpitos, repositórios, cancelos, oratórios, gradis, grades, arcazes, baldaquinos), pias batismais, lavabos, forros, revestimentos (azulejaria e cantaria).

A coleta e análise crítica dos dados foram pautadas na relação entre informação, memória, identidade e representação tendo como intervenção a representação do conhecimento e recuperação da informação.

A metodologia desse inventário apresenta caráter multimidiático pela utilização das linguagens verbal e não-verbal para representação da informação, gestão patrimonial e otimização do seu acesso.

Os procedimentos teórico-metodológicos adotados para a análise do instrumento desenvolvido, tiveram como referência inicial outros inventários implantados por órgãos patrimoniais ou similares, para identificação de critérios, categorias e procedimentos para

registro, classificação e cadastro desses bens, ou seja, o inventário. Neste caso foram analisadas as metodologias aplicadas pelo IPHAN, IPHAEP, bem como, e os instrumentos de registro de fundos documentais museológicos do Ministério da Cultura de Espanha como etapa inicial para a produção do nosso inventário.

Também foi efetuada a aproximação com o campo desde 2003 quando foram realizadas visitas às cidades de Bananeiras, São João do Cariri, Princesa Izabel, Pombal, Aparecida e Souza durante o desenvolvimento do inventário do IPHAEP, quando identificamos a eminente necessidade de desenvolvimento de uma metodologia científica para o referido inventário de bens móveis e integrados religiosos referentes ao período colonial e localizamos parte do acervo em foco. Em 2009/2010 procedemos o recorte do universo da pesquisa e a definição da amostragem - cidade de Barra de Santana - para aplicação da proposta de inventário.

3.1 A PROPOSTA DE INVENTÁRIO DO PATRIMÔNIO RELIGIOSO PARAIBANO

Nesta pesquisa desenvolvemos uma metodologia para o inventário do Patrimônio Religioso Paraibano a partir do avanço conceitual, que nega o conceito de inventário como técnica nominativo-descritiva e considera o inventário como: uma fonte de informação patrimonial para tratamento da informação histórica, estética, religiosa, técnica, cultural etc. e gestão dos bens culturais móveis e integrados. Nesta perspectiva construímos uma metodologia que possibilita o tratamento, transferência e recuperação da informação material e simbólica do artefato religioso. A presente proposta também permitiu colaborar para a construção de uma linguagem de especialidade, ou seja, de uma terminologia referente á bens culturais móveis e integrados.

Na presente pesquisa, foram desenvolvidas a conceituação e normatização para representação da informação e do conhecimento e análise dos dados para quantificação e qualificação dos bens móveis e integrados religiosos paraibanos. O desenvolvimento da referida proposta foi pautada na conceituação e normatização das ações de seleção, categorização, classificação e representação da informação especializada através do cadastro individual do acervo, dentre as quais citamos:

- Registro imagético individual dos bens culturais móveis e integrados religiosos selecionados;
- Análise tecnológica, formal-estilística e conteudística para qualificação dos bens culturais móveis e integrados religiosos;
- Classificação, catalogação e cadastramento técnico dos bens culturais móveis e integrados religiosos através da representação da informação e do conhecimento; e
- Digitalização textual e gráfica das Fichas individuais de Inventário.

3.1.1 A coleta e interpretação dos dados: o inventário como instrumento de representação da informação

A coleta dos dados e sua respectiva análise teve como objetivo principal a construção dos procedimentos teórico-metodológicos do inventário para quantificar e qualificar o patrimônio religioso paraibano colonial.

Como temos visto, para a elaboração desta proposta de inventário para o tratamento e representação da informação patrimonial especializada buscamos as contribuições da Ciência da Informação e da Terminologia que investiga os princípios para determinação de conceitos e suas relações.

Conforme Campos (1995), uma forma de melhorar a representação e transferência da informação é a criação de um sistema de conceitos fundamentais para sua classificação e representação.

A autora inicialmente considera que a classificação estabelece relações entre itens de informação não podendo mais ser vista em seu sentido restrito de estruturas hierárquicas. Comenta que a criação de um sistema de conceitos é cada vez mais necessária, cujo objetivo é o aprimoramento da representação da informação e, conseqüentemente, da recuperação de informações, bem como, dinamizar o processo de transferência da informação.

No que concerne ao processo de representação, vejamos a citação de Alvarenga apresentada por Fugeri:

O processo de representação possui etapas de percepção, identificação, interpretação, reflexão e codificação, etapas que são envolvidas no ato de se

conhecer um novo ser ou coisa, ou aprofundar-se no conhecimento de um ser ou uma coisa já conhecida, utilizando-se dos sentidos, da emoção, da razão e da linguagem (2006, p. 41).

Nesta pesquisa, temos como um dos pressupostos o fato de que se representa a informação e se organiza a informação para permitir a sua recuperação e, neste caso, para qualificar, gerir e viabilizar o democrático acesso da sociedade ao patrimônio cultural material.

No que concerne ao inventário como instrumento de organização da informação, consideramos também as orientações de Campos; Souza; Machado (2009, p. 1), em uma perspectiva interdisciplinar entre a ciência da informação e da terminologia para elaboração de uma metodologia com vistas ao desenvolvimento de um modelo conceitual voltado para sistemas de organização de unidades de informação.

Neste aspecto, concordamos com as autoras em considerar que um ponto de grande relevância é a complexidade da representação, razão pela qual ressaltamos que a construção de uma metodologia de inventário necessita de uma modelização apta a permitir a representação de unidades de informação. Segundo as autoras, a referida modelagem, ao contrário da modelagem de dados, necessita de um formalismo mais estruturado, com critérios que contribuam na determinação do domínio de conhecimento que se deseja modelar, dos elementos e relações existentes entre os conceitos, e que apresente um método para organização do domínio como um todo.

Desta forma, a modelagem conceitual foi um dos procedimentos teórico-metodológicos fundamentais na construção deste inventário. Foram, definidos e categorizados os campos ou categorias indexais para representação das informações, materiais e conteudísticas, referentes ao acervo patrimonial, os quais foram dispostos e organizados resultando na ficha individual, que em conjunto constituirá o inventário.

Sob este ponto de vista, o modelo conceitual pode ser compreendido como um instrumento de comunicação por apresentar formalismo próprio e como espaço de deslocamento e relação de conceitos de uma determinada temática (CAMPOS; SOUZA; MACHADO, 2009, p.4), neste caso, referente à cultura material no contexto religioso e colonial paraibano.

A construção do nosso modelo conceitual considerou ainda um conjunto de tipologias de informação especializada referentes a diversas áreas de conhecimento, cuja conceituação, categorização e formatação resultaram na construção da ficha de identificação individual do acervo religioso para cadastramento técnico, através da representação da informação.

O modelo conceitual e seus respectivos instrumentos construídos na presente pesquisa foram estruturados considerando-se as demandas de políticas de registro por parte de institutos de preservação, objetivando municiar a gestão e comunicação dos acervos de bens culturais móveis e integrados em diversos “lugares de memória” (NORA, 1993, p.13 apud RIBEIRO, 2000, p.04), a exemplo de um museu, centro cultural, entre outros. A seguir podemos observar a conceituação e configuração do modelo conceitual desta metodologia de inventário.

3.1.2 Elaboração do inventário:

Campos, Souza e Machado (2009) afirmam que a interdisciplinaridade é necessária para a investigação das questões representacionais, e relatam que as teorias e metodologias da Ciência da Informação, da Terminologia e da Ciência da Computação que analisam a representação de conhecimento têm discutido os princípios referentes ao contexto de conhecimento, a natureza dos conceitos e as relações entre os conceitos e os sistemas de conceitos. Afirmam que estudos desse tipo podem contribuir significativamente na identificação de requisitos para metodologias de construção de modelos conceituais, como é o caso deste inventário.

Nesta abordagem, os autores fazem reflexões interessantes sobre o processo de representar, o método de raciocínio. Afirmam:

Toda organização de conhecimento é realizada em função de princípios e regras em que esta organização comporta operações de ligação (conjunção, inclusão, implicação) e de separação (diferenciação, oposição, seleção, exclusão). O processo é circular, passando da separação à ligação e, além disso, da análise à síntese. Ou seja, o conhecimento comporta, ao mesmo tempo, separação e ligação, análise e síntese (MORIN, 2000, p.24; apud CAMPOS; SOUZA; MACHADO, 2009, p.5).

Corroborando com os autores, podemos afirmar que o ***Inventário*** é um instrumento de representação indexal e constitui um importante ferramenta de registro e de análise dos bens patrimoniais. Neste sentido, a representação indexal pode ser vista como uma atividade de síntese que representa o conteúdo de um determinado objeto.

No que concerne ao modelo conceitual do ***Inventário***, o primeiro eixo de sua conceituação refere-se à forma na qual está estruturada suas duas categorias macro: que possibilitarão categorizações geral e específica do objeto em inventariação, respectivamente, configuradas da seguinte forma:

- Como categorias macro temos: categorização geral; e categorização específica;
- Como categorias subseqüentes ou complementares temos: informação contextual; informação suporte e artística; informação semântica; e informação histórica e documental.

O segundo eixo de conceituação refere-se aos desdobramentos das categorias subseqüentes ou complementares configurados em diversas tipologias ou campos para registro de informação especializada de diversas áreas de conhecimento: Ciência da Informação, Biblioteconomia, História, Estética, Restauração e Conservação e Teologia.

Portanto, os campos ou categorias indexais para registro de informação especializada que compõem a ficha de inventário não apresentam relação hierarquizada, mas de complementariedade, com vistas à qualificação dos bens culturais móveis e integrados religiosos. A seguir podemos observar uma síntese do modelo conceitual construído.

CATEGORIZAÇÃO GERAL

1) INFORMAÇÃO CONTEXTUAL: LOCALIZAÇÃO, IDENTIFICAÇÃO E PROTEÇÃO

1.1 - Informações de Localização: Número, número de inventário anterior, UF/Município/Localidade, Endereço, Monumento, Local no prédio, Proprietário/Endereço, Responsável Imediato/Endereço.

1.2 - Informações de identificação/tipologia: acervo, categoria patrimonial, classe/gênero, sub-classe/espécie, título/designação, coleção, modo de aquisição/data, origem, procedência, época/data, autoria, assinatura/inscrição/ legenda/marca.

Nesta tipologia de informação encontram-se ainda os itens de descrição, suporte/técnica e dimensões, os quais referem-se à informação de materialidade mas, na perspectiva de categorização geral.

1.3 - Informações de segurança: Proteção Legal e Tipologia do Tombamento, Condições de Segurança, Instalações Físicas e Estado de conservação.

CATEGORIZAÇÃO ESPECÍFICA

2) INFORMAÇÃO SUPORTE E ARTÍSTICA:

2.1 Informações de suporte – relativa à materialidade (descrição, material/técnica, dimensões, características técnicas, tecnologia de construção).

2.2 - Informação Estética (formal-estilística): relativa à materialidade e sua respectiva organização/estruturação da materialidade, ou seja, às características formais e estilísticas. Para preenchimento deste campo de informação sugerimos a utilização de (WOLFFLIN, 1989) - método de análise da visualidade pura, pela percepção e inteligibilidade).

3) INFORMAÇÃO SEMÂNTICA

3.1 - Informação Semântica (iconografia e iconologia): relativa ao conteúdo, atributo, significado baseado no estudo do contexto histórico e cultural de sua produção, ou seja, às questões representacionais referentes ao simbólico. Orientamos, para preenchimento deste campo de informação, a utilização do método de análise dos significados da obra de arte de Panofsky, 1986, conforme etapas a seguir:

3.1 - primários ou naturais, correspondendo ao nível pré-iconográfico, a exemplo da descrição visual do objeto;

3.2 - secundários ou convencionais, correspondendo às características iconográficas (identificação das imagens, histórias e alegorias); e

3.3 - intrínseco, correspondendo às características iconológicas, correspondendo ao significado simbólico dos atributos na perspectiva histórica).

4) INFORMAÇÃO HISTÓRICA E DOCUMENTAL

Estas informações se referem aos dados históricos e referências documentais relativos ao objeto em processo de informação.

A categorização específica apresenta ainda itens de identificação técnico-administrativa (**informação contextual: identificação e localização**) referentes ao preenchimento, revisão, e coordenação técnica de execução do inventário, bem como o item observação para informações complementares.

3.1.3 Categorias Indexais para representação da informação

Como forma de sistematizar e qualificar a representação da informação na presente proposta de inventário enquanto instrumento de preservação memorial apresentaremos agora as categorias indexais do instrumento desenvolvido nesta pesquisa.

INVENTÁRIO (FRENTE)

UFPB Universidade Federal da Paraíba		INVENTÁRIO DE BENS MÓVEIS E INTEGRADOS			
CATEGORIZAÇÃO GERAL					
1 LOCALIZAÇÃO			3 PROTEÇÃO		
NÚMERO	N. DE INVENTÁRIO ANTERIOR/ANO		PROTEÇÃO LEGAL:		
UF/MUNICÍPIO	LOCALIDADE		<input type="checkbox"/> - Federal <input type="checkbox"/> - Estadual <input type="checkbox"/> - Municipal <input type="checkbox"/> - Nenhuma		
ENDEREÇO:			<input type="checkbox"/> - Tomb. Individual <input type="checkbox"/> - Tomb. Conjunto		
MONUMENTO:			CONDIÇÕES DE SEGURANÇA:		
INSERÇÃO ESPACIAL:					
PROPRIETÁRIO/ TITULARIDADE /ENDEREÇO:					
RESPONSÁVEL IMEDIATO/ENDEREÇO					
2 IDENTIFICAÇÃO			4 MATERIALIDADE: DESCRIÇÃO	INSTALAÇÕES FÍSICAS:	
ACERVO:					
CATEGORIA PATRIMONIAL: <input type="checkbox"/> -BEM MÓVEL <input type="checkbox"/> -BEM INTEGRADO <input type="checkbox"/> - interno <input type="checkbox"/> externo					
CLASSE / GENERO: <input type="checkbox"/> - CONSTRUÇÃO <input type="checkbox"/> - ARTES VISUAIS <input type="checkbox"/> - INTERIORES <input type="checkbox"/> - OBJETOS CERIMONIAIS <input type="checkbox"/> - OBJETOS PESSOAIS		ESTADO DE CONSERVAÇÃO:			
SUBCLASSE/ESPÉCIE: <input type="checkbox"/> FRAGMENTO DE CONSTRUÇÃO _____ <input type="checkbox"/> EQUIPAMENTO HIDRÁULICO _____ <input type="checkbox"/> DESENHO _____ <input type="checkbox"/> ESCULTURA _____ <input type="checkbox"/> PINTURA _____ <input type="checkbox"/> ESTAMPA _____ <input type="checkbox"/> ACESSÓRIO DE ESCULTURA _____ <input type="checkbox"/> ACESSÓRIO DE INTERIORES _____ <input type="checkbox"/> OBJETOS DE ILUMINAÇÃO _____ <input type="checkbox"/> PEÇA DE MOBILIÁRIO _____ <input type="checkbox"/> INSÍGNIAS _____ <input type="checkbox"/> OBJETOS DE CULTO _____ <input type="checkbox"/> OBJETO FUNERÁRIO _____ <input type="checkbox"/> OBJETO DE DEVOÇÃO PESSOAL _____ <input type="checkbox"/> PEÇA DE INDUMENTÁRIA _____					
NOME/DESIGNAÇÃO:				SUPORTE/TÉCNICA:	
TÍTULO/TEMA:				DIMENSÕES:	
COLEÇÃO:	MODO DE AQUISIÇÃO/ DATA:			ALTURA: COMPRIMENTO: DIÂMETRO: CIRCUNFERÊNCIA:	LARGURA: PROFUNDIDADE: PESO (G):
ORIGEM:	PERCURSO:			DOCUMENTAÇÃO FOTOGRÁFICA	
ÉPOCA/DATA:	AUTORIA:			Foto: Arquivo/Formato: Operador: Data:	
ASSINATURA/INSCRIÇÃO/LEGENDA/MARCA					

1) INFORMAÇÃO CONTEXTUAL: LOCALIZAÇÃO, IDENTIFICAÇÃO E PROTEÇÃO

Refere-se às informações do contexto físico, espacial e institucional no qual está inserido o objeto em processo de inventariação.

CAMPO 1 - LOCALIZAÇÃO

1 LOCALIZAÇÃO	
NÚMERO	N. DE INVENTÁRIO ANTERIOR/ANO
UF/MUNICÍPIO	LOCALIDADE
ENDEREÇO:	
MONUMENTO:	
LOCAL NO PRÉDIO:	
PROPRIETÁRIO/TITULARIDADE/ENDEREÇO:	
RESPONSÁVEL IMEDIATO/ENDEREÇO	

1 – Localização: Número, número de inventário anterior, UF/Município/Localidade, Endereço, Monumento, Local no prédio, Proprietário/Endereço, Responsável Imediato/Endereço.

Instruções para preenchimento:

Número de Inventário – Número de catalogação da ficha de inventário que será registrado também no objeto. O número é iniciado pelo ano do inventário, ou seja, quatro dígitos, mais cinco dígitos a serem dispostos em ordem sequencial crescente (de 1 a 9999) referente ao número da obra no acervo. No caso de conjuntos, será acrescido um único dígito alfabético (A, B, C, etc.). A seguir um exemplo de um par de castiçais: 2010 (ano de inventário) 0001A (castiçal A); 2010(ano de inventário)0001B((castiçal B)¹⁸.

¹⁸ Como a presente proposta de inventário refere-se ao patrimônio paraibano, consideramos desnecessário inserir a sigla da unidade da federação.

Número de Inventário Anterior ou Números Anteriores – Números que o objeto tenha recebido em catalogações anteriores no museu ou em outras instituições, ou coleções. Devem ser registrados, seguidos de informações entre parênteses (SANTOS, 2000, p.77).

EX: 422 (numeração antiga no Museu de Arte Sacra)

UF/Município – Unidade da Federação/nome do município/nome da localidade ou distrito

Endereço – Nome da Rua ou Avenida, Número, Bairro e demais informações de localização

Monumento – Nome do prédio que abriga o objeto em processo de inventariação.

Ex: Igreja Matriz de Nossa Senhora dos Remédios

Inserção Espacial – Descrever com a máxima precisão, tomando-se por base a posição do observador. A seguir apresentamos algumas plantas baixas como referência para utilização da terminologia dos espaços físicos no contexto religioso católico:

NA ARQUITETURA RELIGIOSA

Principais posições nos templos:

B - Batistério

N - Nave (única)

T - Capelas do transepto

AC – Arco-Cruzeiro

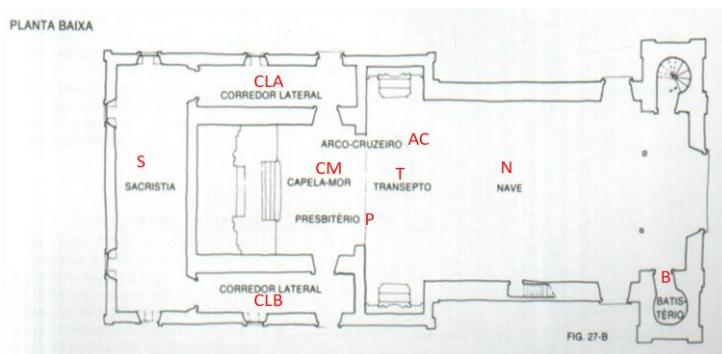
P - Presbitério

CM- Capela-Mor

CLA – Corredor Lateral Direito (referência do observador)

CLB – Corredor Lateral Esquerdo (referência do observador)

S – Sacristia



Fonte: Ávila; Gontijo e Machado, 1996, p. 75.

Figura 1: Planta baixa de arquitetura religiosa.

Em qualquer outro cômodo deve-se tomar como referência o objeto de maior caracterização. No caso de um museu ou instituição cultural, devem ser registrados os locais nos quais se encontra o objeto a exemplo das salas de exposição, reserva técnica dentre outros. JUNTAREx: na sacristia a referência é o arcaz, a partir do qual deve-se descrever as

paredes laterais(esquerda e direita) e parede oposta. Na reserva técnica registrar o número da gaveta e da mapoteca ou estante quando for o caso¹⁹.

Proprietário/Titularidade/Endereço – Nome e endereço completos da pessoa ou entidade à qual pertence o objeto em processo de inventariação. Informar ainda a natureza da propriedade, isto é, se a mesma é pública, privada ou comunitária.

Responsável Imediato/Endereço - Nome e endereço completos da pessoa responsável pela guarda do objeto; especificar se é pároco, sacristão, zelador, particular, isto é, qual a particularidade de colaboração do indivíduo com a instituição que abriga o objeto em processo de inventariação.

¹⁹ Para gestão patrimonial recomendamos elaboração de mapeamento gráfico de localização do acervo através de plantas baixas do edifício contendo a listagem das obras por número de inventário para viabilizar a conferência do mesmo.

CAMPO 2 - IDENTIFICAÇÃO

2 IDENTIFICAÇÃO		
ACERVO:		
CATEGORIA PATRIMONIAL: <input type="checkbox"/> -BEM MÓVEL <input type="checkbox"/> -BEM INTEGRADO <input type="checkbox"/> -interno <input type="checkbox"/> externo		
CLASSE / GÊNERO: <input type="checkbox"/> - CONSTRUÇÃO <input type="checkbox"/> - ARTES VISUAIS <input type="checkbox"/> - INTERIORES <input type="checkbox"/> - OBJETOS CERIMONIAIS <input type="checkbox"/> - OBJETOS PESSOAIS		
SUBCLASSE/ESPÉCIE: <input type="checkbox"/> FRAGMENTO DE CONSTRUÇÃO _____ <input type="checkbox"/> EQUIPAMENTO HIDRÁULICO _____ <input type="checkbox"/> DESENHO _____ <input type="checkbox"/> ESCULTURA _____ <input type="checkbox"/> PINTURA _____ <input type="checkbox"/> ESTAMPA _____ <input type="checkbox"/> ACESSÓRIO DE ESCULTURA _____ <input type="checkbox"/> ACESSÓRIO DE INTERIORES _____ <input type="checkbox"/> - OBJETOS DE ILUMINAÇÃO _____ <input type="checkbox"/> - PEÇA DE MOBILIÁRIO _____ <input type="checkbox"/> - INSÍGNIAS _____ <input type="checkbox"/> - OBJETOS DE CULTO _____ <input type="checkbox"/> - OBJETO FUNERÁRIO _____ <input type="checkbox"/> - OBJETO DE DEVOÇÃO PESSOAL _____ <input type="checkbox"/> - PEÇA DE INDUMENTÁRIA _____		
NOME/DESIGNAÇÃO:	TÍTULO/TEMA:	
COLEÇÃO:	MODO DE AQUISIÇÃO/ DATA:	
ORIGEM:	PROCEDÊNCIA:	
ÉPOCA/DATA:	AUTORIA:	DOCUMENTAÇÃO FOTOGRÁFICA Foto: Contato/copião: Operador: Data:
ASSINATURA/INSCRIÇÃO/LEGENDA/MARCA		

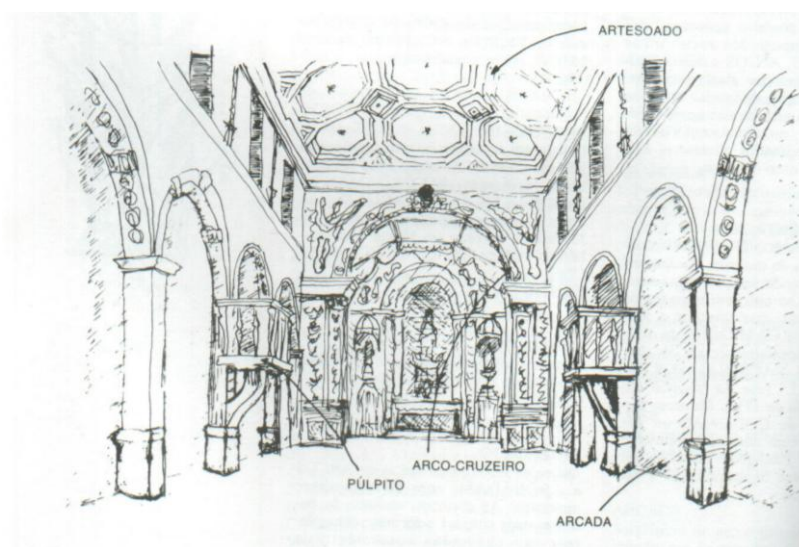
Informações de identificação/tipologia: acervo, categoria patrimonial, classe/gênero, sub-classe/espécie, título/designação, coleção, modo de aquisição/data, origem, procedência, época/data, autoria, assinatura/inscrição/ legenda/marca.

Neste campo devem ser inseridas informações capazes de identificar imediatamente o bem cultural inventariado, ou seja, informações essenciais para a recuperação da informação referente á origem, atribuição, designação, bem como os seus registros visuais, de forma a dar condições ao reconhecimento imediato para a gestão patrimonial.

Instruções para preenchimento

Acervo – Este campo é importante, sobretudo, quando estão sendo implantadas outras tipologias de inventário. Especificar a natureza genérica do acervo cuja listagem deverá constar no manual de preenchimento. No caso dos bens moveis e integrados consideramos importante registrar o acervo como: histórico-Artístico ou arquitetônico (fragmento).

Categoria patrimonial - Corresponde à tipologia do bem cultural classificada como bem cultural móvel e bem cultural integrado a um determinado monumento ou edificação²⁰. Desta forma, os bens móveis e integrados de uma igreja incluem entre outras, as seguintes classes:



Fonte: Ávila; Gontijo e Machado, 1996, p. 128.

Figura 2: Parte interna de um monumento religioso no qual se encontram bens culturais moveis e integrados.

□ **Bens móveis** – bens culturais que subsidiam as práticas culturais, neste caso, religiosas e que apresentam mobilidade, a exemplo de:

- imaginária (inteiriças ou de roca, santos, anjos e demais personagens religiosos), pinturas, esculturas, gravuras, objetos litúrgicos e de culto (sacras, estantes de missal, custódia, cruz, salva, turíbulo, castiçais, campainha), indumentária (alfaias e paramentos).



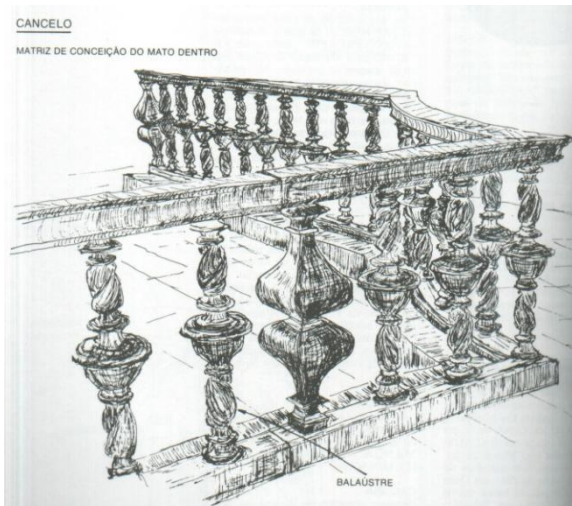
Fonte: Coleção de Arte Sacra do Museo Nacional del Artes Decorativas – MMAD, Madri/Espanha.

Figura 3: Sant'ana.

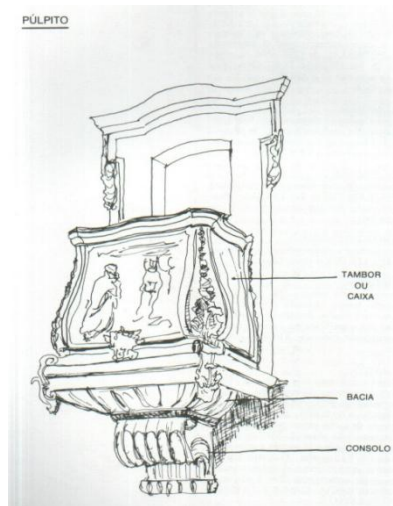
²⁰ Esta categorização procede do Inventário Nacional de Bens Móveis e Integrados – INBMI do IPHAN, cuja utilização nesta proposta de inventário otimizará a integração desse inventário com outros inventários implantados pelo governo federal.

□ **Bens integrados** – bens culturais que integram arquitetonicamente o monumento:

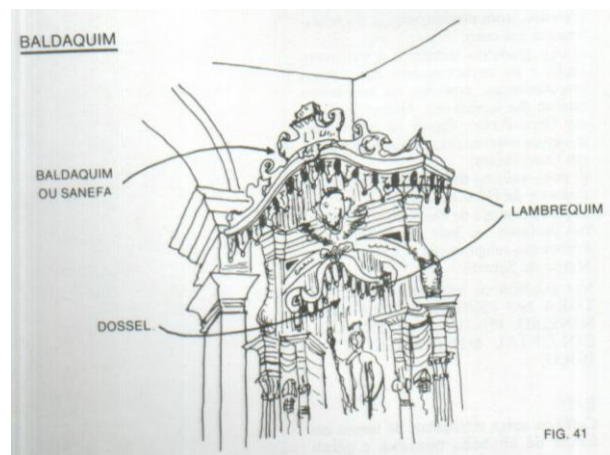
- **Interno** - painéis de talha, painéis de pintura (fixos ou móveis), altares, sanefas, tribunas, púlpitos, repositórios, cancelos, oratórios, gradis, grades, arcades, baldaquinos), pias batismais, lavabos, forros, revestimentos (azulejaria e cantaria).



Fonte: Ávila; Gontijo e Machado, 1996, p. 134.
Figura 4: Cancelo.

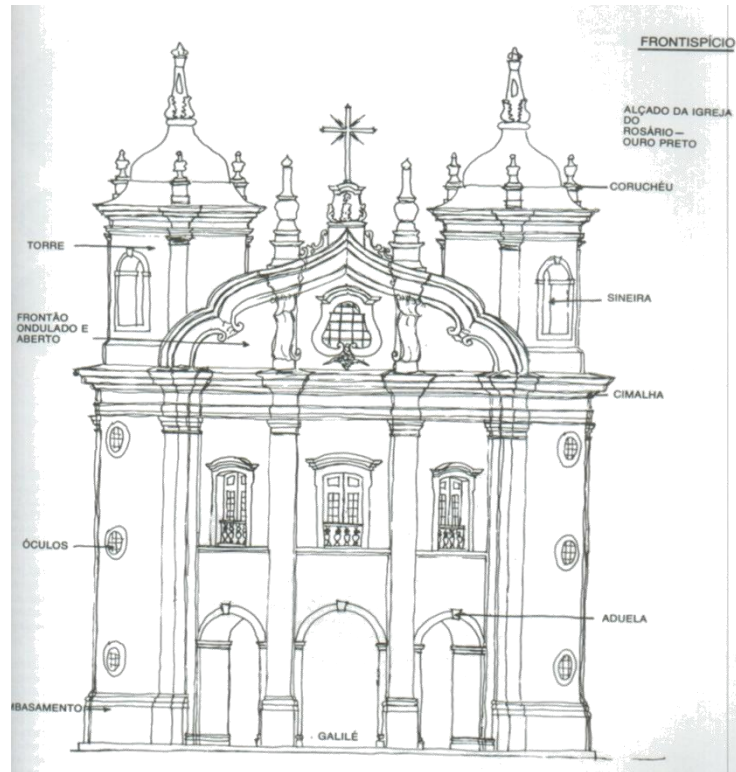


Fonte: Ávila; Gontijo e Machado, 1996, p. 168.
Figura 5: Púlpito.



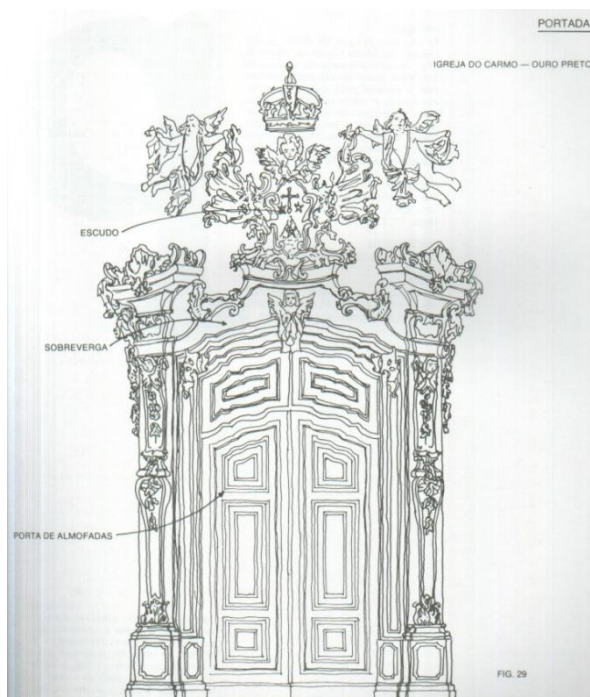
Fonte: Ávila; Gontijo e Machado, 1996, p. 132.
Figura 6: Baldaquim.

- **Externo** – portadas com relevos escultóricos, frontões decorados, esculturas em pedra, cantaria, cruzeiro e demais fragmentos de construção integrados externamente.



Fonte: Ávila; Gontijo e Machado, 1996, p. 47.

Figura 7: Frontispício da igreja do Rosário – Ouro Preto/MG no qual se encontram bens culturais integrados.



Fonte: Ávila; Gontijo e Machado, 1996, p. 77.

Figura 8: Portada.



Fonte: Ávila; Gontijo e Machado, 1996, p. 139.

Figura 9: Cruzeiro.

Classe / Gênero – Este campo refere-se ao plano de classificação dos bens culturais móveis e integrados do inventário, conforme indicado nos procedimentos metodológicos²¹. Deve ser preenchida a quadrícula das classes/gêneros abaixo:

- CONSTRUÇÃO
- ARTES VISUAIS
- INTERIORES
- OBJETOS CERIMONIAIS
- OBJETOS PESSOAIS

Sub-Classe / Espécie – Deve ser preenchida a quadrícula das sub- classes/espécies abaixo:

- FRAGMENTO DE CONSTRUÇÃO
- EQUIPAMENTO HIDRÁULICO
- DESENHO
- ESCULTURA
- PINTURA
- ESTAMPA
- ACESSÓRIO DE INTERIORES
- OBJETOS DE ILUMINAÇÃO
- PEÇA DE MOBILIÁRIO
- INSÍGNIAS
- OBJETO DE CULTO
- OBJETO FUNERÁRIO
- OBJETO DE DEVOÇÃO PESSOAL
- PEÇA DE INDUMENTÁRIA

Designação - termo genérico de identificação do objeto em representação. Invocação, nome pelo qual o objeto é conhecido. Caso o indexador não conheça o objeto (imagem, forro, pintura entre outros), deverá registrar um atributo, descrição de cena representada ou tipo do vestuário ou ordem religiosa, ou seja, alguma característica visual de maneira a permitir uma pesquisa mais aprofundada para identificação.

²¹ No manual de preenchimento a ser elaborado para implantação da presente proposta de inventário deverá constar o plano de classificação do acervo, bem como um glossário de bens culturais móveis e integrados.

Título/Tema – Deve-se sempre considerar o título original da obra dado pelo autor, mencionando o título e se possível a fonte (SANTOS, 2000, p. 59)²². Para registrar os títulos de outros objetos consultar Santos (2000) e de obras artísticas deve ser consultado o Thesaurus para acervos museológicos²³. Quando não for possível mencionar o título, registra-se: Sem título. No entanto, durante o inventário devem ser observados, no próprio objeto e em fontes documentais, a existência de inscrições, etiquetas, catálogos de exposições ou leilões, livros, fichas técnicas de museus, documentos administrativos (SANTOS, 2000, p. 59). Orientamos inserir o tema da representação. No caso do recorte cronológico dessa pesquisa, ou seja, o período colonial torna-se imperativa a pesquisa nos livros de tombo das ordens religiosas.

Coleção – Citar entre parênteses o nome da coleção da qual faz parte o objeto. (SANTOS, 2000, p.76).

Ex.: (Coleção Português Nacional)

Modo de aquisição/Data – Informar se possível se o objeto foi encomenda, doação, compra, legado, permuta, custódia, transferência, coleta, empréstimo, depósito e outros, indicando a data.

Origem – Indicar país, estado ou cidade de execução ou de fabricação do objeto, ressaltando que quando não existir mais o local de origem, mencionar o nome antigo e sua atual denominação (SANTOS, 2000, p. 71-72). Quando o local de origem é uma cidade no exterior, menciona-se entre parênteses, o nome do país. Quando não for possível determinar o local de origem do objeto menciona-se: Não identificada

Percurso – Indicar o nome de particular ou instituição a que o objeto pertenceu, se possível registrando sua trajetória da sua origem até o último destino pelo qual passou o objeto, isto é, país, estado ou cidade, ou ainda, a última instituição, local e/ou acervo a que esteve vinculada, cujo registro deverá ser iniciado pelo nome do atual proprietário, especificando as respectivas datas do seu percurso.

Época – Identificar época exata ou aproximada de produção do objeto. Posteriormente remeter ao item Análise Estilística.

²² Outros exemplos de títulos e suas respectivas fontes documentais a exemplo de livros, depoimentos, dentre outras devem constar no manual de preenchimento.

²³ FERREZ, H. D.; BIANCHINI, M. H. S. *Thesaurus para acervos museológicos*. Fundação Nacional Pró-Memória, Rio de Janeiro: 1987. v 1 e 2

Autoria – Identificar o nome completo do autor e/ou artista que concebeu o objeto, Colocar a palavra atribuição em caso de dúvida ou indicar se é de autor ainda desconhecido. Caso o autor seja conhecido por pseudônimo ou apelido, registrá-lo em seguida e entre parênteses. Posteriormente remeter ao item Analise Estilística. Outra forma indicada é entrar pelo último sobrenome do autor em caixa alta, incluindo os sobrenomes compostos. Se tiver título de nobreza, colocá-lo entre parênteses (SANTOS, 2000, p. 60-61).

Assinatura/Inscrição/Legenda/Marca - Registrar a presença de quaisquer assinaturas, inscrições, legendas e marcas. Registra-se ainda, o fabricante do objeto especificando-se sua localização (SANTOS, 2000, p.70-71). Vale ressaltar que cada tipologia artística tem especificidade própria quanto ao formato, técnica e localização das assinaturas sendo, portanto, fundamental observar detalhadamente os objetos durante o inventário²⁴. No caso de objetos de prata e porcelana, observar as marcas e consultar os manuais especializados²⁵. As assinaturas deverão ser transcritas entre aspas, exatamente como se encontram nas obras e, nos casos de obras bidimensionais, seguindo o Quadro de Localização que se encontra no item descrição conforme a seguir: Assinatura / Inscrição/Legenda/Marca: Canto inferior esquerdo: “Castagneto – 1889”. Quando a assinatura, a data ou parte delas estiverem ilegíveis, pouco nítidas ou encobertas, coloca-se entre parênteses a parte ilegível, a exemplo de: Assinatura / Inscrição/Legenda/Marca: Canto direito: “Navo da Cos (ta) – 1913”. Quando a assinatura acompanha uma dedicatória ou uma inscrição, deve-se transcrever todo o bloco de informações, ou seja, a dedicatória ou inscrição e a assinatura, a exemplo de: Assinatura: Abaixo da inscrição: “J. Rocha Ferreira – 1950”. Inscrições: Metade inferior direita: “Festa de S. Pedro 12.10.1950 J. Rocha Ferreira 1950”. Nos itens de estilística, iconografia e dados históricos realizar descrição detalhada ou complementação de informações, caso seja necessário.

Documentação Fotográfica/Localização – Registrar dados sobre a localização e especificidade da documentação fotográfica levantada e executada durante o inventário para facilitar a localização e preservação da matriz do registro. Deverá constar na ficha de inventário uma fotografia colorida do objeto na posição frontal e com plaqueta numérica contendo o número de inventário. Recomenda-se efetuar outras fotografias coloridas do objeto para registrá-lo em posições diversas a exemplo de: frente, verso, lateral direita, lateral

²⁴ Consultar SANTOS, F.H. dos. Metodologia Aplicada Em Museus. Editora Mackenzie: São Paulo, 2000.

²⁵ *Les Poinçons d' Argent. 11 ed. Paris, 1975, POCHE, Emanuel. Les Marques de Porcelaine. Paris: Ed. Artia. 1975 (SANTOS, 2000, P.63).*

esquerda, detalhe, assinatura/data e outros detalhes importantes. As demais deverão ser organizadas em arquivo fotográfico para pesquisa e gestão patrimonial²⁶.

Número da Foto: seguirá a numeração correspondente á da ficha e será registrada através de placa de plástico colocada diante do objeto durante o registro fotográfico.

Arquivo/Formato: Informar nome e formato do arquivo, isto é, encontra-se em JPG, GIF ou em outros formatos.

Operador: Identificar e registrar o nome e sobrenome do fotógrafo que efetuou o registro.

Data: Registrar o ano de execução da documentação fotográfica:

CAMPO 3 - PROTEÇÃO

3 PROTEÇÃO
PROTEÇÃO LEGAL:
<input type="checkbox"/> - FEDERAL <input type="checkbox"/> - ESTADUAL <input type="checkbox"/> - MUNICIPAL <input type="checkbox"/> - NENHUMA
<input type="checkbox"/> - TOMB. INDIVIDUAL <input type="checkbox"/> - TOMB. CONJUNTO
CONDIÇÕES DE SEGURANÇA:
<input type="checkbox"/> - BOA <input type="checkbox"/> - RAZOÁVEL <input type="checkbox"/> - RUIM
OBSERVAÇÃO:
<input type="checkbox"/> - VIGILÂNCIA <input type="checkbox"/> - EQUIPAMENTO CONTRA-INCENDIO
INSTALAÇÕES FÍSICAS:
<input type="checkbox"/> - BOA <input type="checkbox"/> - RAZOÁVEL <input type="checkbox"/> - RUIM
ESTADO DE CONSERVAÇÃO:
<input type="checkbox"/> - BOM <input type="checkbox"/> - REGULAR <input type="checkbox"/> - RUIM <input type="checkbox"/> - PÉSSIMO <input type="checkbox"/> - RESTAURADO

²⁶ Documentação cartográfica, fotográfica ou audiovisuais levantadas sobre o objeto e de formato analógico deverão ser digitalizadas e agrupadas em arquivo específico.

Instruções para preenchimento

Informações de segurança: Proteção Legal e Tipologia do Tombamento, Condições de Segurança, Instalações Físicas e Estado de conservação.

Proteção Legal – Preencher quadrícula indicando o nível do tombamento ou proteção. Em observações discriminar se o objeto tem outro tipo de proteção além dos indicados nas quadrículas.

Condições de Segurança – Preencher quadrícula indicando o nível das condições de segurança em relação à vulnerabilidade do objeto considerando-se sobretudo o seu entorno.

Observações - Discriminar se o objeto tem proteção de serviços de vigilância e de equipamentos contra incêndio.

Instalações Físicas – Preencher a quadricula, indicando o estado de conservação das instalações físicas do prédio.

Estado de Conservação – Preencher a quadrícula indicando as condições do estado de conservação do objeto cujo detalhamento será efetuado no item seguinte²⁷.

Bom: quando o objeto encontra-se em estado de conservação satisfatório tanto no seu aspecto visual quanto estrutural, ou seja, quando visualmente observa-se que o mesmo não necessita de tratamento especial ou intervenções urgentes.

Regular: quando o objeto apresenta algumas deteriorações superficiais e pontuais na sua visibilidade ou estrutura a exemplo de sujidades, abrasões parciais (arranhões) e necessita de intervenções superficiais como limpeza da camada pictórica, ou seja, da pintura.

Ruim: quando objeto apresenta deteriorações mais profundas e graves em várias partes do mesmo, apresentando graves danos tanto na sua superfície, camada pictórica, quanto na sua estrutura a exemplo de ataques de xilófagos, fissuras, perdas de base de preparação e da pintura, manchas e outras alterações cromáticas. Nestes casos observa-se a necessidade de intervenções emergenciais de forma a viabilizar a sua conservação e restauração.

Péssimo: quando o objeto apresenta sua integridade física e estética comprometida devido à presença de deteriorações na estrutura e na aparência (aspecto visual)

²⁷ Como referencia deve-se preencher a ficha de estado de conservação em anexo para posterior seleção da quadrícula. No manual de preenchimento deverá constar uma Ficha de Identificação do Estado de Conservação.

necessitando de intervenções urgentes para interromper a ação dos agentes de deterioração.

Restaurado: quando o objeto estiver sido submetido a um tratamento de restauração. O preenchimento destas duas ultimas quadrículas sinaliza de imediato a fragilidade do objeto, o qual necessita de cuidados especiais no manuseio, armazenagem e exposição ou limpeza.

2 INFORMAÇÃO SUPORTE E ARTÍSTICA

Informações de suporte e artística – relativa à materialidade como descrição, material/técnica, dimensões, características técnicas (tecnologia de construção), e características estilísticas (organização da materialidade), as quais encontram-se localizadas na frente e no verso da ficha de inventário, respectivamente nos campos 4 e 5. Esta informação também é relativa à análise formal-estilística da obra, ou seja, à materialidade e sua respectiva organização/estruturação, cuja percepção se dá pela sensorialidade e inteligibilidade, que no caso da obra de arte indicamos como referências a obra de Henrich Wölfflin, 1989 que desenvolveu o método da visualidade pura para análise formal.

Neste caso, em se tratando de uma análise de uma massa documental como é o acervo religioso utilizaremos também como referência a proposta de Rudolf, A. (1980) *Arte & Percepção Visual*.

CAMPO 4 - MATERIALIDADE

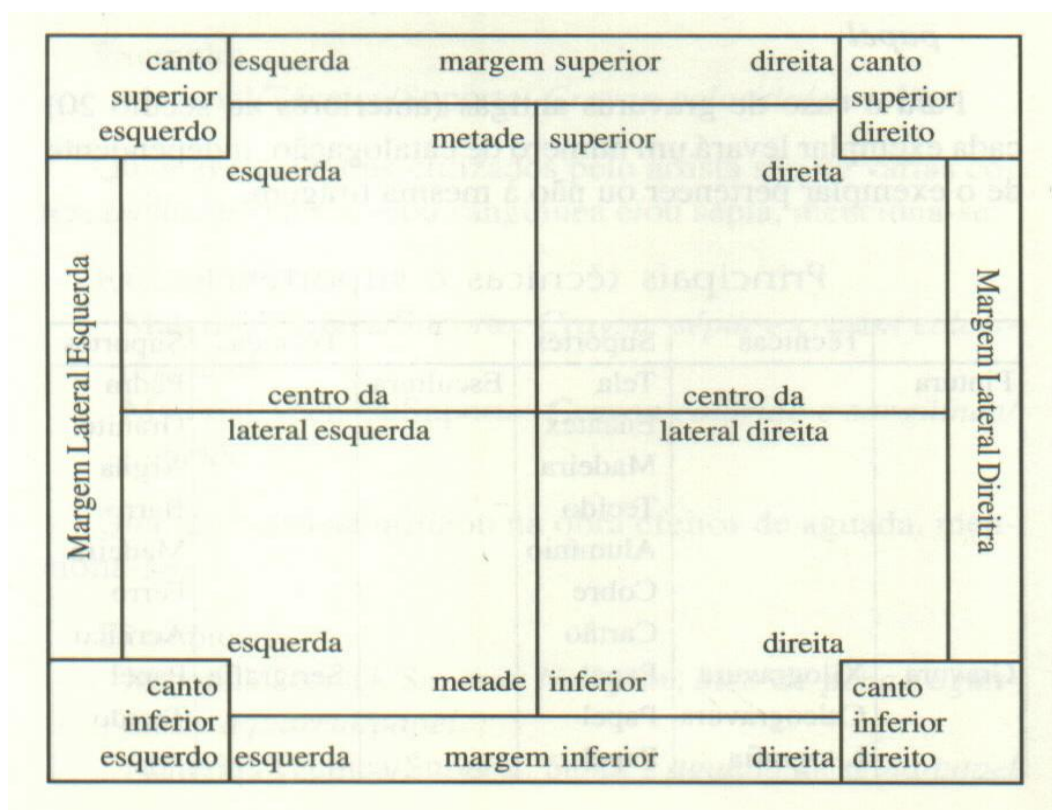
4 MATERIALIDADE:	
DESCRIÇÃO	
SUPORTE/TÉCNICA:	
DIMENSÕES:	
ALTURA: COMPRIMENTO: DIÂMETRO: CIRCUNFERÊNCIA:	LARGURA: PROFUNDIDADE: PESO (G):

Instruções para preenchimento

Descrição – Fornecer elementos objetivos que possibilitem identificar o objeto. A descrição deve ser desenvolvida partindo do geral para o particular, efetuada através de um pequeno texto descritivo, sucinto e, direto. Recomenda-se também evitar a utilização de artigos, adjetivos e julgamentos de valor.

O texto deve localizar os elementos e contextos representados utilizando-se o seguinte referencial:

QUADRO DE LOCALIZAÇÃO PARA DESCRIÇÃO DE OBRAS BIDIMENSIONAIS



Fonte: Santos, 2000, p. 68.

Desta forma, a descrição deve ser iniciada pela síntese de idéia de conjunto da composição, levando-se em consideração a seguinte ordem: do geral para o particular; do primeiro plano para o fundo; e de cima para abaixo; da esquerda para direita.

Após a descrição do conjunto da composição, deve-se então iniciar a caracterização dos elementos representados individualmente e situando-os em relação ao conjunto da representação, isto é, o detalhamento das partes que compõem o todo.

A descrição dos elementos poderá ser ordenada pela seguinte seqüência: forma, espaço (linhas e contornos), cores, textura, linhas, descrição propriamente dita²⁸ (SANTOS, 2000, p.78).

No que se refere à descrição do aspecto cromático dos objetos, apresenta convenções para terminologia das cores: branco, preto, cinza, azul, amarelo, ocre (do areia ou creme até o café-com-leite), terra (do café-com-leite escuro ao marrom escuro), laranja, vermelho, verde, violeta (roxo escuro) e lilás (roxo claro). A ordem de entrada das cores será determinada pela composição do objeto. No caso dos desenhos mencionar se são confeccionado em preto e

²⁸ ARNHEIM, Rulldolf. Arte & Percepção Visual. São Paulo: EDUSP, 1980

branco ou colorido. E em relação à pintura descrever a textura, ou seja, se é lisa, áspera, fina ou espessa (SANTOS, 2000, p. 78-79).

No que concerne à presença de inscrições no campo de representação, recomenda-se registrá-la fielmente na descrição, e se remeter ao item assinatura/inscrição/legenda/marca, para o detalhamento individual.

Consideramos importante também descrever os acessórios do objeto, ou seja, moldura/base/estojo – este item indica o tipo de acessório de montagem/armazenamento que o acompanha devendo ser descrito segundo a orientação anterior a exemplo do material do qual é feito (dourado, decapê, gesso, pátina, marmorizado), a forma, a cor, a textura e os ornamentos (frisos, caneluras, entalhes, torneados) que o compõem²⁹.

Suporte/Técnica – Informar material(s) e técnica(s) empregados na fabricação do objeto. Indicar o principal material do qual o objeto é feito ou citar aqueles mais evidentes, por ordem de predominância. Em seguida mencionar as técnicas empregadas na sua confecção e especificar o suporte (madeira, metal, tecido, papel, pedra, dentre outros). Remeter ao item de características técnicas para o detalhamento³⁰. Quando não for possível identificar o material utilizado na confecção do objeto, deve-se registrar a classificação genérica no qual o material está inserido. O mesmo se indica para precisar a técnica utilizada pelo artista, registrar uma das técnicas consideradas prováveis, com um ponto de interrogação entre parênteses a seguir, fazendo-se remissão ao item características técnicas (SANTOS, 2000, p. 65).

Dimensões/Peso – Este item registra as dimensões e o peso do objeto. A medição dos objetos é importante para sua identificação e, segurança na gestão museográfica e/ou patrimonial no que se refere ao seu manuseio, armazenamento, traslado e exposição³¹. Esta operação deve preferencialmente ser realizada com equipamentos padrão a exemplo de: compassos, esquadros, metros flexíveis ou eletrônicos, trenas, balanças e paquímetro (SANTOS, 2000, P.72).

Deve-se tomar as medidas do objeto primeiro a lápis e depois transferir para o registro permanente, no caso a ficha de inventário. Todas as medidas devem seguir a mesma ordem a

²⁹ No Manual de Preenchimento a ser elaborado deverão constar exemplos de descrição de algumas tipologias artísticas como: desenho, escultura, pintura, retábulo, sacrário dentre outros. Também recomendamos apresentar tabelas de suportes e técnicas artísticas.

³⁰ Consultar bibliografia especializada.

³¹ O manuseio dos objetos deve ser efetuado pelo restaurador ou por técnico com capacitação em conservação, sendo necessária a prévia avaliação do seu estado de conservação.

exemplo de: altura e comprimento; altura, comprimento e profundidade; diâmetro e profundidade; altura e profundidade; e diâmetro e espessura.

As medidas devem ser expressas em metros, centímetros e milímetros, seguidas de suas abreviaturas “m”, “cm” e “mm”. No caso dos objetos com menos de um centímetro, usam-se as dimensões em milímetros; para objetos com menos de um metro, usar as dimensões em centímetros, e para objetos com mais de um metro, usar as dimensões em metros. Caso haja referências originais de medidas, deve-se registrá-las³².

No caso de escultura incluir, a base ou peanha. No caso de Nossa Senhora ou imagens de Santos, deve-se tomar as medidas dos meninos Jesus separadamente e também dos atributos individualmente. No caso do cristo crucificado, medir o cristo na cruz tomando as medidas máximas e depois medir separadamente o cristo, a cruz e o resplendor.

Quando o objeto tem formato irregular, registra-se a dimensão de maior altura e maior comprimento.

A medida do peso só deverá ser registrada para casos de moedas, jóias e demais objetos de metal nobre. Vale ressaltar que, em se tratando de objetos com menos de um quilo, a medida será registrada em gramas. Para objetos com mais de um quilo, a medida será em quilogramas (SANTOS, 2000, p. 74).

CAMPO 5 – CATEGORIZAÇÃO ESPECÍFICA

O foco da análise será referente aos aspectos técnicos, históricos, estéticos, conteúdísticos e de contexto histórico-cultural de produção do objeto e do inventário estruturados nos seguintes categorias ou campos indexais: estado de conservação, restauração, características técnicas, características estilísticas, características iconograficas/ornamentais, características iconológicas, dados históricos, referências bibliográficas, observações e dados referentes a responsabilidade técnica e institucional de execução do inventário.

³² No referido Manual de Preenchimento devem estar exemplificadas medidas de algumas tipologias de objetos a exemplo de: têxteis, porcelana, mobiliário, desenho, escultura, pintura, retábulo, sacrário dentre outros.

INVENTÁRIO (VERSO)

5 CATEGORIZAÇÃO ESPECÍFICA	
INFORMAÇÃO CONTEXTUAL	
ESPECIFICAÇÃO DO ESTADO DE CONSERVAÇÃO	
INTERVENÇÕES	RESTAURADORES DATA:
INFORMAÇÃO SUPORTE E ESTÉTICA	
CARACTERÍSTICAS TÉCNICAS	
CARACTERÍSTICAS ESTILÍSTICAS	
INFORMAÇÃO SEMÂNTICA	
CARACTERÍSTICAS ICONOGRAFICAS/ORNAMENTAIS Representação:	
CARACTERÍSTICAS ICONOLÓGICAS Histórico da Invocação: Padroeiro (a) / Protetor (a): Festa ou Celebração:	
INFORMAÇÃO HISTÓRICA E DOCUMENTAL	
DADOS HISTORICOS	
REFERÊNCIAS DOCUMENTAIS	
OBSERVAÇÕES	
PREENCHIMENTO TÉCNICO	REVISÃO TÉCNICA
RESP. INSTITUIÇÃO: MATRICULA: DATA: ASS.: _____	RESP. INSTITUIÇÃO: MATRICULA: DATA: ASS.: _____
COORDENAÇÃO TÉCNICA DO INVENTÁRIO	
RESP. MATRÍCULA: DATA:	

Instruções para preenchimento

CAMPO 5 – CATEGORIZAÇÃO ESPECÍFICA – INFORMAÇÃO CONTEXTUAL/PROTEÇÃO

Especificação do estado de conservação - Especificar o grau de conservação no qual se encontra o objeto. Deverá ser analisado o estado de conservação levando-se em consideração os aspectos estrutural e visual do objeto, bem como o ritmo do processo de deterioração e degradação. Deve-se analisar o estado de conservação de cada estrato de constituição do objeto a exemplo de: suporte, base de preparação, camada pictórica e camada de proteção. Os referenciais para definição do estado de conservação são os aspectos qualitativo e quantitativo das deteriorações bem como a sua extensão e diversidade tipológica. Portanto, deverá ser informado o ataque de cupins, fungos, se há fissuras, perdas de suporte, da base de preparação e da camada pictórica, e a perda de resistência estrutural. Também é fundamental observar a legibilidade do objeto em função da alteração do seu aspecto visual, razão pela qual deve ser relatado se há a existência de alteração cromática da superfície do suporte e da superfície, se há presença de repinturas, ou se apresenta pintura original, e se houve restaurações anteriores, apontando se há necessidade eminente de restauração e de conservação.

Intervenções – Especificar intervenções de conservações, restaurações e procedimentos institucionais realizadas no objeto, e se possível, informar técnicas e materiais utilizados. Também deve ser informado se apresenta intervenções inadequadas e descaracterizadoras que comprometam a integridade material e estética do objeto. Se houver ficha de restauração, relatório técnico ou outro documento sobre a restauração anotar neste campo o número do documento e demais informações relevantes.

Restauradores/Datas – Especificar a pessoa que realizou as intervenções de conservação e restauração, informando o nome completo e em seguida a data da execução.

CAMPO 5 – CATEGORIZAÇÃO ESPECÍFICA – INFORMAÇÃO SUPORTE E ARTÍSTICA

Características Técnicas – Detalhamento do item (suporte/técnica). Informar os materiais e processos técnicos utilizados na fabricação do objeto. Deverá ser efetuada a especificação do

material constitutivo do objeto a exemplo de: madeira, pedra, metais, tecidos, porcelana, dentre outros.



Fonte: Ávila; Gontijo e Machado, 1996.

Figura 10: Tarja do arco Cruzeiro.

Escultura em madeira policromada e dourada

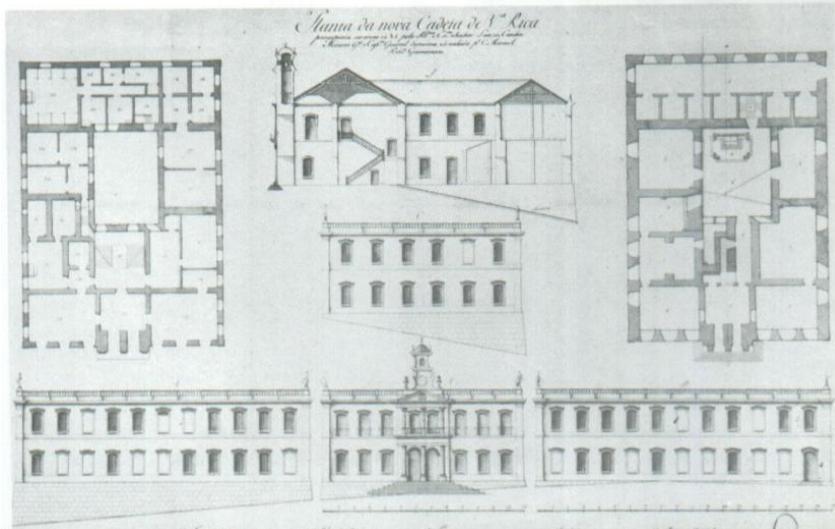
Informar também demais materiais e processos técnicos quando houver, a exemplo de: olhos de vidro, cabelos naturais, roupas de tecidos, incrustações de pedras etc.

Características Estilísticas - Detalhamento dos itens (origem, época e autoria). Neste item deve ser informado como se organiza a materialidade do objeto, o qual é condicionado historicamente. Como a produção da arte colonial brasileira tem forte relação com a arte européia, orientamos desenvolver a mencionada análise situando os elementos referenciais procedentes da Europa e que constituem pressupostos conceituais para concepção e produção da arte colonial brasileira. Portanto, deve ser realizada uma análise do contexto de produção do objeto, para o qual é necessário recorrer a fontes documentais diversas a exemplo do próprio objeto (tecnologia de construção, tipologia de representação, forma de representação, padrões ornamentais) de fontes bibliográficas, cartográficas, audio-visuais e da memória oral a exemplo de depoimentos, entrevistas com moradores antigos.



20. DIAMANTINA — Passadiço da rua da Glória
(Colégio Nossa Senhora das Dores)

21. OURO PRETO — Riscos da antiga Casa de Câmara e Cadeia
(atual Museu da Inconfidência) — Início da construção-1784
(Original do Arquivo Histórico Ultramarino — Lisboa)

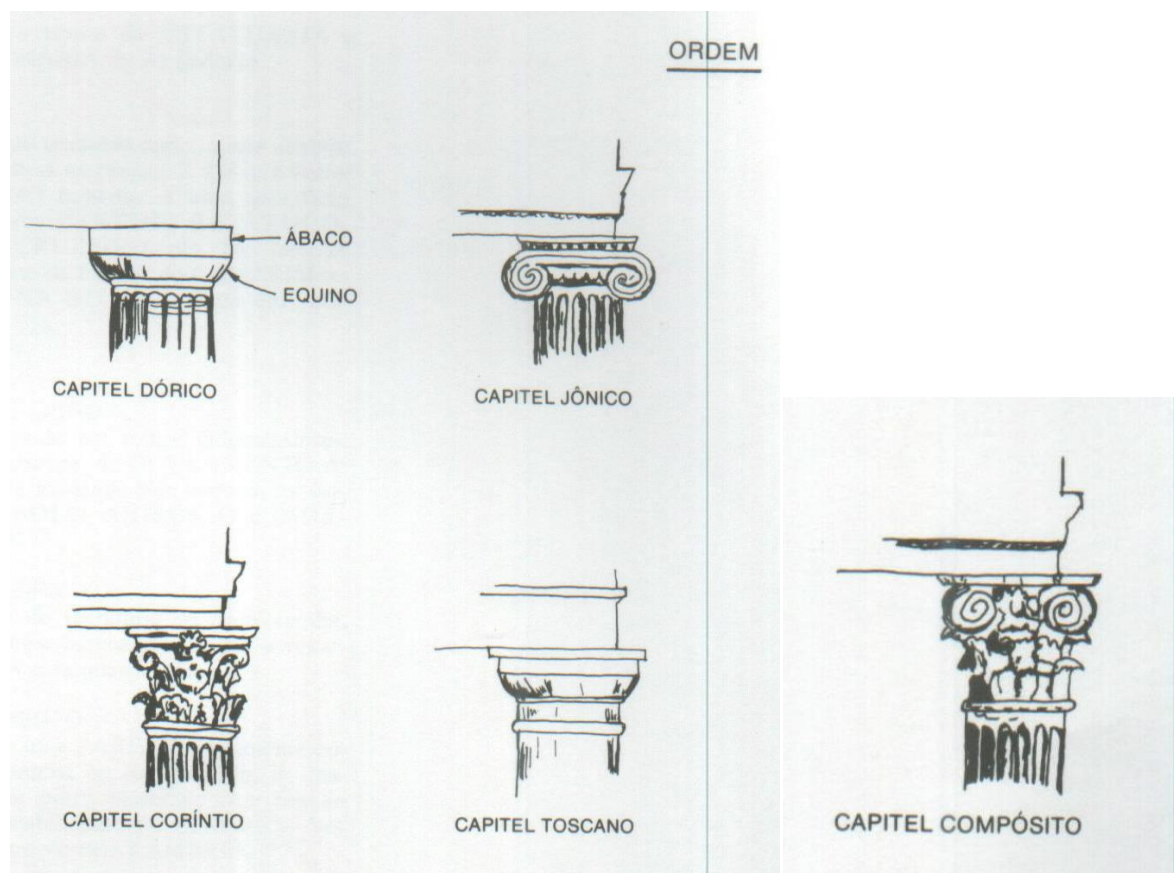


Fonte: Ávila; Gontijo e Machado, 1996.

Figura 11: Fontes documentais - iconografia

Estas informações são fontes documentais importantes para a análise histórica, que deverá ser efetuada levando-se em consideração o estilo da época, o estilo da nação ou região e o estilo pessoal do artista, quando for o caso, isto é, identificando a corrente estilística a que pertence, ou que inspirou a sua concepção e produção. A análise deve concluir se a obra tem feitura erudita ou popular, especificando suas características. A execução das análises mencionadas acima poderão contribuir para inserir informações referentes à época no qual se insere o objeto, podendo também ser efetuada a análise de maneira inversa, nos casos onde os

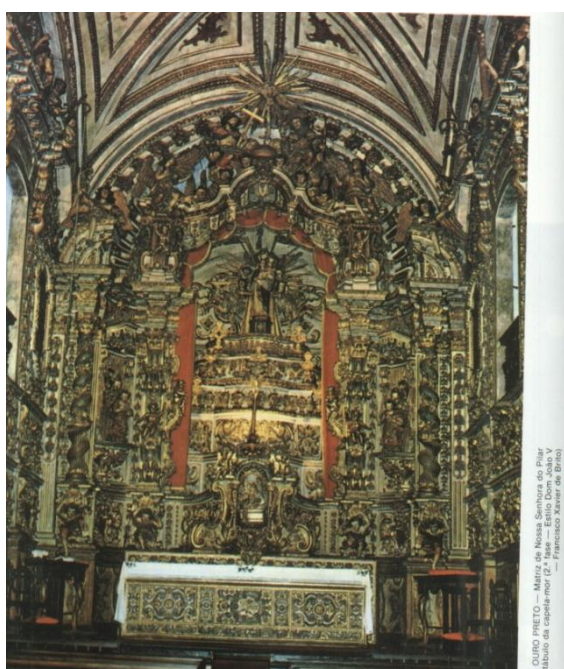
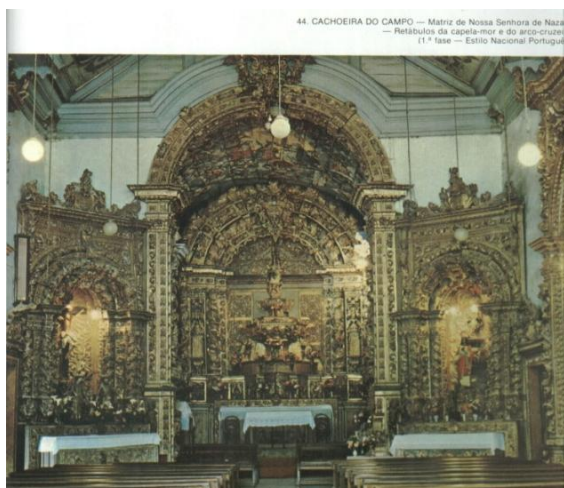
objetos são datados, podendo inclusive ter a contribuição de outros estudos já desenvolvidos³³. A seguir apresentamos alguns exemplos de ordens e fases estilísticas.



Fonte: Ávila; Gontijo e Machado, 1996, p. 161.

Figura 12: As tipologias estilísticas das ordens referentes aos capitéis.

³³ Este item também tem forte relação com a análise iconográfica, uma vez que em determinados momentos históricos são consolidadas algumas representações temáticas.



Fonte: Ávila; Gontijo e Machado, 1996.
 Figura 13: Tipologias estilísticas de retábulos coloniais no Brasil

CAMPO 5 – CATEGORIZAÇÃO ESPECÍFICA – INFORMAÇÃO SEMÂNTICA

Esta informação é relativa às questões representacionais e simbólicas do objeto cuja abordagem teórica utilizada é o método de análise dos significados da obra de arte desenvolvido por Panofsky, Erwin 1986. Nessa perspectiva, a análise começa com o estudo pré-iconográfico que corresponde à descrição, devendo ser aprofundada e identificada a representação neste item de análise iconográfica e concluída por uma terceira etapa do método referente ao estudo do conteúdo simbólico do objeto, através da análise iconológica, isto é, à análise dos significados do objeto cuja construção baseia-se nos contextos histórico e cultural de sua produção.

Análise Iconográfica - Este campo destina-se à análise ou descrição da representação mais detalhada do objeto em processo de inventário. Concerne ao estudo da representação no que se refere aos temas iconográficos e ornamentais. Assim, é necessário identificar os atributos que qualificam o objeto, o tema iconográfico bem como o momento da representação e o seu vocabulário ornamental, os quais devem ser registrados em texto descritivo partindo do geral para o particular. A identificação da iconografia, isto é, do estudo da representação do objeto deve contribuir para justificar a designação/nome pelo qual a peça é conhecida, e caso não esteja correta deverá ser corrigida.

Análise Iconológica - Neste item deverá ser desenvolvida a análise do conteúdo simbólico do objeto, isto é, a interpretação dos símbolos e discursos produzidos pela visualidade do objeto, ou seja, o texto não-verbal bem como pelos processos de re (significação) através das práticas religiosas.³⁴ É necessário analisar os significados produzidos pelos elementos individuais representados a exemplo de personagens, atributos, ornamentos, e contextos físicos representados, bem como os discursos ou significados produzidos pelo conjunto dos mesmos, nos quais se encontram inseridos os referidos pressupostos ideológicos, históricos, filosóficos e estéticos³⁵. A análise se complementa com o preenchimento das informações: histórico de invocação, padroeiro(a) /protetor(a) e a data da festa ou celebração. Desta forma, o conjunto das análises pré-iconográfica, iconográfica e iconológica possibilitará o tratamento, transferência e recuperação da informação semântica do objeto, através da análise e registro do discurso textual e intertextual que o mesmo representa e veicula, cuja construção e consolidação se efetiva no processo semiótico no qual a cultura e a histórica tem o seu peso.

CAMPO 5 – CATEGORIZAÇÃO ESPECÍFICA – INFORMAÇÃO HISTÓRICA E DOCUMENTAL

Dados históricos – Neste item transcrever as informações de documentos (citações de livros, documentos de arquivos, fotografias, vídeos, dentre outros) referentes ao objeto. Todos os documentos e informações são fundamentais para contribuir com a datação ou atribuição de autoria a um artista, inserção em uma escola ou corrente estilística.

³⁴ Neste sentido, torna-se relevante conhecer alguns pressupostos filosóficos da contra-reforma, da teologia, do contexto colonial luso-brasileiro bem como investigar algumas questões referentes à hagiografia e semiótica.

³⁵ Recomenda-se incorporar na análise iconológica aspectos do sincretismo religioso brasileiro.

Referências Documentais - Neste item registrar as indicações bibliográficas, arquivísticas ou outras fontes documentais orais, cartográficas, entre outras, referentes ao item anterior, de acordo com as normas da Associação Brasileira de Normas Técnicas - ABNT.

CAMPO 5 – CATEGORIZAÇÃO ESPECÍFICA – INFORMAÇÃO CONTEXTUAL – LOCALIZAÇÃO/IDENTIFICAÇÃO

Observação – Este item é destinado para a complementação das informações que não se enquadrem nos itens especificados.

Preenchimento Técnico - Registrar o nome completo da pessoa responsável pelo preenchimento da ficha de inventário, bem como a instituição a que pertence, o número de matrícula, a data de execução. É preciso ainda que o responsável técnico assine no espaço delimitado na ficha utilizando caneta esferográfica na cor azul. Este item somente será preenchido após a conclusão do preenchimento da ficha de inventário pelo seu responsável.

Revisão Técnica - Registrar o nome completo da pessoa responsável pela revisão da ficha de inventário, bem como a instituição a que pertence, o número de matrícula, a data de execução e assinar no espaço delimitado na ficha utilizando caneta esferográfica na cor azul do trabalho. Este item somente será preenchido após a revisão da ficha de inventário na etapa de editoração, pelo revisor textual.

Coordenação Técnica do Inventário - Registrar o nome completo do coordenador(a) técnico(a) do inventário, bem como a instituição a que pertence, o número de matrícula, a data de execução e assinar no espaço delimitado na ficha utilizando caneta esferográfica na cor azul do trabalho. Este item somente será preenchido pelo coordenador.

4 APLICAÇÃO DO INVENTÁRIO DO PATRIMÔNIO RELIGIOSO PARAÍBANO COLONIAL

A amostragem da pesquisa amostragem para aplicação da metodologia desenvolvida foi resultante da seleção de bens culturais móveis e integrados, referentes ao período colonial, de monumentos religiosos de alguns municípios paraibanos protegidos por legislação patrimonial estadual.

Os critérios para a seleção do acervo a ser inventariado foram:

1. a pertinência dos bens ao período colonial com indícios de tecnologia de construção, representação iconográfica, vocabulário ornamental e/ou materiais utilizados durante os primeiros séculos de colonização respectivamente, séculos XVI, XVII, XVIII e XIX (Barroco tardio);
2. a excelência técnica, artística e iconográfica do acervo em investigação que, de acordo com o inventário preliminar mencionado, constituem obras remanescentes sem estudo aprofundado dos seus aspectos material e conteudístico, embora componentes do inventário de bens patrimoniais do IPHAEP;
3. a localização em monumentos paraibanos de municípios de uma das mesoregiões Zona da Mata, Agreste, Borborema e Sertão Paraibanos;
4. a disponibilidade do acesso os bens a serem inventariados e a relação da pesquisadora com os responsáveis pelos objetos em foco; e
5. a condição de estarem em municípios tombados pelo IPHAEP e/ou IPHAN, o que reafirma a importância dos bens a comporem o *corpus*.

Assim sendo, selecionamos para aplicação da metodologia de inventário, algumas obras do acervo de imaginária religiosa da cidade de Barra de Santana. Vejamos a constituição da *amostragem* do estudo a seguir.

Constituição da Amostragem Para Aplicação da Metodologia Desenvolvida

MESOREGIÃO	MUNICÍPIOS	MONUMENTO	ESTUDOS DE CASO
Borborema	Barra de Santana	Igreja de Santana (1875)	Imaginária: <ul style="list-style-type: none"> • Sant'ana • Nossa Senhora do Livramento • Nossa Senhora da Conceição
Total Geral: 01	01	01	03

Definido o acervo para aplicação da ficha de inventário com utilização da linguagem de especialidade, aplicamos o **Inventário do Patrimônio Religioso Paraibano** através da realização de ações de coleta, categorização, interpretação e representação da informação para análise da qualidade do instrumento desenvolvido nesta pesquisa no processo de quantificação e qualificação do acervo religioso colonial da Igreja de Santana do Município de Barra de Santana ³⁶.

A representação das diversas tipologias de informação neste inventário foi pilotada no acervo selecionado.

A representação ocorre através da linguagem, e neste inventário, utilizando-se de fichas de identificação individual desenvolvidas através da representação indexal: descritiva, imagética, interpretativa, cujo modelo de indexação em implantação é manual e semi-automático.

A seguir podemos observar a aplicação da metodologia proposta em 03 exemplos representados:


³⁶Como vimos, a seleção dos bens culturais móveis e integrados para constituição da amostragem de aplicação do inventário construído nesta pesquisa considerou a continuidade do processo de inventário desenvolvido no IPHAEP no período de 2005 a 2008. No caso da Igreja de Santana, segundo Targino, (2003) apesar de ter sofrido modificações conserva maior parte da edificação original datada de (1875). (TARGINO, 2003, p. 239).

INVENTÁRIO

UFPB Universidade Federal da Paraíba		INVENTÁRIO DE BENS MÓVEIS E INTEGRADOS	
CATEGORIZAÇÃO GERAL			
1 LOCALIZAÇÃO		3 PROTEÇÃO	
NÚMERO	N. DE INVENTÁRIO ANTERIOR/ANO	PROTEÇÃO LEGAL:	
UF/MUNICÍPIO Barra de Santana	LOCALIDADE	<input type="checkbox"/> - Federal <input type="checkbox"/> - Estadual <input type="checkbox"/> - Municipal <input checked="" type="checkbox"/> - Nenhuma	
ENDEREÇO: Praça da Matriz		<input type="checkbox"/> - Tomb. Individual <input type="checkbox"/> - Tomb. Conjunto	
MONUMENTO: Igreja Matriz de Sant'ana		CONDIÇÕES DE SEGURANÇA:	
INSERÇÃO ESPACIAL: Capela-Mor		<input type="checkbox"/> - BOA <input checked="" type="checkbox"/> - RAZOÁVEL <input type="checkbox"/> - RUIM	
PROPRIETÁRIO/TITULARIDADE/ENDEREÇO: Diocese de Campina Grande (PRIVADO) Rua da Floresta, 126 – Centro – Campina Grande - PB		OBSERVAÇÃO:	
RESPONSÁVEL IMEDIATO/ENDEREÇO Padre Luis Souza Igreja de Sant'ana – Barra de Sant'ana -PB		<input type="checkbox"/> - VIGILÂNCIA <input type="checkbox"/> - EQUIPAMENTO CONTRA-INCENDIO	
2 IDENTIFICAÇÃO		4 MATERIALIDADE:	
ACERVO: Religioso		DESCRIÇÃO: Figura feminina de pé, em posição frontal, com o menino Jesus sustentado por sua mão esquerda (referencia do observador) e segurando á mão direita o cetro dourado. Veste túnica, manto e véu sobre a cabeça, ambos policromados e dourados. A túnica é na cor branca e tem ornatos dourados com motivos de estrela de seis pontas tendo como arremate uma pala com vira em três níveis ornada com listas diagonais delicadas douradas e verdes que se alternam. Nas extremidades das mangas observa-se o mesmo tratamento. Na parte central da pala observa-se botão de rosas centralizado dourado e vermelho. Toda a sua extensão é delimitada por um farto barrado dourado com motivos fitomorfos. Sobre sua túnica encontra-se manto sustentado na altura do seu peitoral que transpassa o seu ombro direito. O referido manto é azul na face externa e rosa claro na face interna. A sua face externa é delimitada por um farto barrado dourado com motivos fitomorfos que lembram conchas. Na parte interna do manto observam-se os mesmos ornatos dourados regularmente distribuídos. A face interna do manto rosa claro apresenta motivos orgânicos e nas bordas das mangas duas barras douradas, uma grossa e outra fina na parte inferior. O véu é na cor branca e, apresenta ornatos dourados florais em forma de losangos regularmente distribuídos, tendo uma faixa dourada em toda sua extremidade. Na parte inferior da imagem encontra-se a peanha em forma de nuvens amarelas e brancas onde se encontra o suporte da imagem. O suporte é em madeira policromada e dourada.	
CATEGORIA PATRIMONIAL: <input checked="" type="checkbox"/> -BEM MÓVEL <input type="checkbox"/> -BEM INTEGRADO <input type="checkbox"/> -interno <input type="checkbox"/> externo		INSTALAÇÕES FÍSICAS:	
CLASSE / GÊNERO: <input type="checkbox"/> - CONSTRUÇÃO <input checked="" type="checkbox"/> - ARTES VISUAIS <input type="checkbox"/> - INTERIORES <input type="checkbox"/> - OBJETOS CERIMONIAIS <input type="checkbox"/> - OBJETOS PESSOAIS		<input type="checkbox"/> - BOA <input type="checkbox"/> - RAZOÁVEL <input checked="" type="checkbox"/> - RUIM	
SUBCLASSE/ESPÉCIE:		ESTADO DE CONSERVAÇÃO:	
<input type="checkbox"/> FRAGMENTO DE CONSTRUÇÃO <input type="checkbox"/> - EQUIPAMENTO HIDRÁULICO <input type="checkbox"/> - DESENHO <input checked="" type="checkbox"/> - ESCULTURA <input type="checkbox"/> - PINTURA <input type="checkbox"/> - ESTAMPA <input type="checkbox"/> ACESSÓRIO DE ESCULTURA <input type="checkbox"/> ACESSÓRIO DE INTERIORES <input type="checkbox"/> - OBJETOS DE ILUMINAÇÃO <input type="checkbox"/> - PEÇA DE MOBILIÁRIO <input type="checkbox"/> - INSÍGNIAS <input type="checkbox"/> - OBJETOS DE CULTO <input type="checkbox"/> - OBJETO FUNERÁRIO <input type="checkbox"/> - OBJETO DE DEVOÇÃO PESSOAL <input type="checkbox"/> - PEÇA DE INDUMENTÁRIA		<input type="checkbox"/> - BOM <input type="checkbox"/> - REGULAR <input checked="" type="checkbox"/> - RUIM <input type="checkbox"/> - PÉSSIMO <input type="checkbox"/> - RESTAURADO	
NOME/DESIGNAÇÃO: Nossa Senhora do Livramento		TÍTULO/TEMA:	
COLEÇÃO: Arte Sacra		MODO DE AQUISIÇÃO/ DATA: desconhecido	
ORIGEM: desconhecida		PERCURSO: desconhecido	
ÉPOCA/DATA: Segunda metade do século XVIII		AUTORIA: desconhecida	
ASSINATURA/INSCRIÇÃO/LEGENDA/MARCA Inexistente		DOCUMENTAÇÃO FOTOGRÁFICA Foto: 0000050 Arquivo/Formato: JPG Operador: Francisco Pereira Data: 24/09/2010	


5 CATEGORIZAÇÃO ESPECÍFICA	
INFORMAÇÃO CONTEXTUAL	
ESPECIFICAÇÃO DO ESTADO DE CONSERVAÇÃO Apresenta espesso estrato de sujidades, excrementos de insetos, respingos de materiais e abrasões parciais. Observam-se fissuras e desprendimentos da base de preparação e perdas da camada pictórica.	
INTERVENÇÕES Apresenta douramento e verniz procedentes de restauração anterior, interferindo negativamente na estética do objeto.	RESTAURADORES: Desconhecido DATA: Desconhecida
INFORMAÇÃO SUPORTE E ARTÍSTICA	
CARACTERÍSTICAS TÉCNICAS A escultura é de madeira policromada e dourada. A madeira é cedro rosa e sua estrutura é formada por: um bloco central único que constitui a parte central do corpo da imagem; dois blocos complementares que constituem a cabeça e as mãos; e um terceiro bloco que constitui a peanha da imagem. A junção possivelmente foi efetuada com cravos. Os olhos são de vidro. No que se refere à camada pictórica apresenta base de preparação, camada de pintura, folha metálica e veladura. A pintura do panejamento foi efetuada em têmpera protéica e douramento à base de cola protéica. A carnação da face e das mãos foi executada com tinta à óleo. As técnicas ornamentais utilizadas foram: o esgrafito, a punção e a pintura à pincel.	
CARACTERÍSTICAS ESTILÍSTICAS A imagem apresenta características estilísticas da linha de produção da imaginária luso-brasileira da segunda metade do século XVIII. Observa-se a sinuosidade e assimetria de suas linhas, a expressão fisionômica concentrada em atitude de contemplação, com certa ausência de dramática, e volumetria concentrada, sobretudo, pelo eixo central do corpo da imagem. A configuração espacial da obra é reforçada, sobretudo pela localização dos membros inferiores (pés) que se encontram expostos. Desta forma, as características referidas nos remetem ao estilo rococó, que chega ao Brasil a partir da segunda metade do século XVIII. O requinte da policromia pode nos indicar que a imagem pode proceder da escola de imaginária pernambucana. Podemos inferir que a representação fisionômica de traços caboclos sugere a classificação de uma autoria mais popular de um artista local.	
INFORMAÇÃO SEMÂNTICA	
CARACTERÍSTICAS ICONOGRAFICAS/ORNAMENTAIS Representação: Nossa Senhora encontra-se representada de pé, vestida com uma túnica e um manto curto, que lhe cinge o corpo, segura com o braço esquerdo o Menino Deus e, tem na mão direita estendida, um cetro. A virgem e o menino usam coroa real.	
CARACTERÍSTICAS ICONOLÓGICAS Invocação: A invocação a Nossa Senhora do Livramento relaciona-se ao triste episódio de Alcácer-Quibir, onde perdeu a vida D. Sebastião, e o reino de Portugal foi invadido pelas tropas de Filipe II, que se julgava herdeiro legítimo da coroa portuguesa. O Duque de Alba enviado pela Espanha para manter a ordem no país conquistado, mandou prender todos aqueles que não rendessem homenagens aos invasores, e dentre os presos estava Rodrigo Homem de Azevedo, um defensor da pátria portuguesa. Sua esposa devota de Nossa Senhora recorreu à Rainha do Céu, neste momento de angústia, no qual temia pela vida do marido. A referida esposa sonhou durante nove noites com a Virgem Maria que lhe apareceu dizendo: <i>“Não te agastes, eu, que tudo posso, o livrarei. Se puderes, em algum tempo. Edificar-me-ás uma casa”</i> . Terminada a novena, entre todos os detidos somente Rodrigo Homem recebeu ordem de voltar para casa, graça concedida pela Mãe de Deus. Em agradecimento, o fidalgo mandou fazer uma imagem de Nossa Senhora do tamanho e forma da visão que sua esposa tivera em sonho, isto é, vestida de branco, com os cabelos soltos e o Menino Jesus no colo. Devido às palavras da Virgem: -“Eu o livrarei”, deu-lhe o título de Senhora do Livramento. Esta nova devoção de Maria Santíssima foi trazida para o Brasil e localizou-se em vários Estados, especialmente, no Maranhão e em Mato Grosso. (MEGALE, 2001, P.259-260) Padroeiro (a) / Protetor (a): Festa ou Celebração: Celebra-se a festa do livramento, em dezembro, na semana da lua cheia. (MEGALE, 2001, P.260)	
INFORMAÇÃO HISTÓRICA E DOCUMENTAL	
DADOS HISTÓRICOS	
REFERÊNCIAS DOCUMENTAIS	
OBSERVAÇÕES	
PREENCHIMENTO TÉCNICO	REVISÃO TÉCNICA
RESP. Silvia Regina da Mota Rocha INSTITUIÇÃO: Universidade Federal da Paraíba - PPGCI MATRÍCULA: DATA: 24/09/2010 ASS.: _____	RESP. INSTITUIÇÃO: MATRÍCULA: DATA: ASS.: _____
COORDENAÇÃO TÉCNICA DO INVENTÁRIO	
RESP: MATRÍCULA: DATA:	

INVENTÁRIO

UFPB		INVENTÁRIO DE BENS MÓVEIS E INTEGRADOS	
Universidade Federal da Paraíba			
CATEGORIZAÇÃO GERAL			
1 LOCALIZAÇÃO		3 PROTEÇÃO	
NÚMERO	N. DE INVENTÁRIO ANTERIOR/ANO	PROTEÇÃO LEGAL:	
UF/MUNICÍPIO Barra de Santana	LOCALIDADE	<input type="checkbox"/> - Federal <input type="checkbox"/> - Estadual <input type="checkbox"/> - Municipal <input checked="" type="checkbox"/> - Nenhuma	
ENDEREÇO: Praça da Matriz		<input type="checkbox"/> - Tomb. Individual <input type="checkbox"/> - Tomb. Conjunto	
MONUMENTO: Igreja Matriz de Sant'ana		CONDIÇÕES DE SEGURANÇA:	
INSERÇÃO ESPACIAL: Capela-Mor		<input type="checkbox"/> - BOA <input checked="" type="checkbox"/> - RAZOÁVEL <input type="checkbox"/> - RUIM	
PROPRIETÁRIO/TITULARIDADE/ENDEREÇO: Diocese de Campina Grande Rua		OBSERVAÇÃO:	
RESPONSÁVEL IMEDIATO/ENDEREÇO Padre		<input type="checkbox"/> - VIGILÂNCIA <input type="checkbox"/> - EQUIPAMENTO CONTRA-INCENDIO	
2 IDENTIFICAÇÃO		4 MATERIALIDADE:	
ACERVO: Religioso			
CATEGORIA PATRIMONIAL: <input checked="" type="checkbox"/> -BEM MÓVEL <input type="checkbox"/> -BEM INTEGRADO <input type="checkbox"/> -interno <input type="checkbox"/> externo		DESCRIÇÃO: Figura feminina de pé, em posição frontal e com mãos orantes. Veste túnica, manto e véu integralmente dourado sobre a cabeça. A túnica é na cor branca ornamentada com retângulos dourados e motivos florais, nas cores cinza, rosa e azul. Toda a sua extensão é delimitada por um barrado dourado. Sobre sua túnica encontra-se manto sustentado na altura do seu peitoral que transpassa o seu ombro direito (referencia do observador). O referido manto é azul na face posterior e vermelho na inferior, e apresenta barrado dourado delimitando toda a sua extensão e contém flores douradas distribuídas regularmente na sua parte central. Na parte inferior encontra-se a peanha ladeada por duas luas crescentes e quatro querubins de pele clara envoltos por nuvens. Os querubins das extremidades apresentam cabelos pretos e asas vermelhas e brancas e, os localizados no centro tem cabelos castanhos claros e asas nas cores amarela e azul. A base é retangular com os cantos chanfrados composto por dois planos e pintura marmorizada nas cores verde e ocre.	
CLASSE / GÊNERO: <input type="checkbox"/> - CONSTRUÇÃO <input checked="" type="checkbox"/> - ARTES VISUAIS <input type="checkbox"/> - INTERIORES <input type="checkbox"/> - OBJETOS CERIMONIAIS <input type="checkbox"/> - OBJETOS PESSOAIS		INSTALAÇÕES FÍSICAS:	
SUBCLASSE/ESPÉCIE:		<input type="checkbox"/> - BOA <input type="checkbox"/> - RAZOÁVEL <input checked="" type="checkbox"/> - RUIM	
<input type="checkbox"/> FRAGMENTO DE CONSTRUÇÃO <input type="checkbox"/> EQUIPAMENTO HIDRÁULICO <input type="checkbox"/> DESENHO <input checked="" type="checkbox"/> - ESCULTURA <input type="checkbox"/> - PINTURA <input type="checkbox"/> - ESTAMPA <input type="checkbox"/> ACESSÓRIO DE ESCULTURA <input type="checkbox"/> ACESSÓRIO DE INTERIORES <input type="checkbox"/> - OBJETOS DE ILUMINAÇÃO <input type="checkbox"/> - PEÇA DE MOBILIÁRIO <input type="checkbox"/> - INSÍGNIAS <input type="checkbox"/> - OBJETOS DE CULTO <input type="checkbox"/> - OBJETO FUNERÁRIO <input type="checkbox"/> - OBJETO DE DEVOÇÃO PESSOAL <input type="checkbox"/> - PEÇA DE INDUMENTÁRIA		ESTADO DE CONSERVAÇÃO:	
		<input type="checkbox"/> - BOM <input checked="" type="checkbox"/> - REGULAR <input type="checkbox"/> - RUIM <input type="checkbox"/> - PÉSSIMO <input type="checkbox"/> - RESTAURADO	
NOME/DESIGNAÇÃO: Nossa Senhora da Conceição		TÍTULO/TEMA:	
COLEÇÃO: Arte Sacra		MODO DE AQUISIÇÃO/ DATA: desconhecido	
ORIGEM: desconhecida		PERCURSO: desconhecida	
ÉPOCA/DATA: Segunda metade do século XVIII		AUTORIA: Desconhecida	
ASSINATURA/INSCRIÇÃO/LEGENDA/MARCA Inexistentes		DIMENSÕES:	
		ALTURA: 1,65 COMPRIMENTO: 0,45 DIÂMETRO: CIRCUNFERÊNCIA:	
		LARGURA: PROFUNDIDADE: 0,13 PESO (G): 40 kg	
DOCUMENTAÇÃO FOTOGRÁFICA			
Foto: Arquivo/Formato: JPG Operador: Francisco Pereira Data: 24/09/2010			

5 CATEGORIZAÇÃO ESPECÍFICA	
INFORMAÇÃO CONTEXTUAL	
ESPECIFICAÇÃO DO ESTADO DE CONSERVAÇÃO Apresenta espesso estrato de sujidades, excrementos de insetos, respingos de materiais e abrasões parciais. Observam-se algumas fissuras nas extremidades do manto e na carnação da face.	
INTERVENÇÕES Apresenta verniz procedente de restauração anterior, interferindo negativamente na estética do objeto.	RESTAURADORES: Desconhecido DATA: Desconhecida
INFORMAÇÃO SUPORTE E ARTÍSTICA	
CARACTERÍSTICAS TÉCNICAS A escultura é de madeira policromada e dourada. A madeira é cedro rosa e sua estrutura é formada por: um bloco central único que constitui a parte central do corpo da imagem; dois blocos complementares que constituem a cabeça e as mãos; e um terceiro bloco que constitui a peanha da imagem. A junção possivelmente foi efetuada com cravos. Os olhos são de vidro. No que se refere à camada pictórica apresenta base de preparação, camada de pintura, folha metálica e veladura. A pintura do panejamento foi efetuada em tempera protéica e douramento à base de cola protéica. A carnação da face e das mãos foi executada com tinta à óleo. As técnicas ornamentais utilizadas foram: o esgrafito, a punção e a pintura à pincel.	
CARACTERÍSTICAS ESTILÍSTICAS A imagem apresenta características estilísticas da linha de produção da imaginária luso-brasileira da segunda metade do século XVIII: sua qualidade técnica e estética, as relações de proporcionalidade anatômica, a sinuosidade e assimetria de suas linhas, a expressão fisionômica concentrada conferida pela atitude de contenção. Contribuem para análise estilística o aspecto fisionômico sem maior dramaticidade, característica tipológica do barroco e como resquício desse movimento observa-se a preponderância da volumetria conferida, sobretudo, pelo eixo central do corpo da imagem. As características mencionadas acima nos remetem ao estilo rococó, que chega ao Brasil a partir da segunda metade do século XVIII. O requinte e erudição do tratamento formal, da policromia e do douramento nos remete à escola de imaginária pernambucana.	
INFORMAÇÃO SEMÂNTICA	
CARACTERÍSTICAS ICONOGRAFICAS/ORNAMENTAIS Representação: Coelho, (1997, p.3) revela que Suzanne Stratton, (1983) afirmou que dois tipos iconográficos medievais foram selecionados na Espanha no século XVI para compor a síntese que viria a ser identificada como a Imaculada conceição, ou seja, a mulher do apocalipse e a virgem das Litanias. Procedem da exegese dos livros de Gênesis 3, Apocalipse 12 e o Cântico dos Cânticos que na contra-reforma salientou predestinação e pureza como atributos para a idéia da concepção imaculada de Maria. A ausência do pecado original em Maria é evocada essencialmente pela beleza corporal - reveladora da pureza da alma. (Coelho, 1997, p.3). Encontra-se representada com semblante jovem, tendo as mãos unidas (postas) em oração, que herdou da Virgem das Litanias. Posiciona-se de pé sobre as nuvens entre os cornos da lua crescente, os quais são circundados por querubins. O símbolo da lua provém da ladainha – pura como a lua. Esse elemento astral procede da Mulher do apocalipse (Coelho, 1997, p.3). Sobre sua cabeça ela tem a coroa real, porque é a rainha do céu. Encontra-se representada com véu, cobrindo seus cabelos.	
CARACTERÍSTICAS ICONOLÓGICAS Invocação: Antes mesmo de a Igreja Católica proclamar o dogma da Imaculada Conceição, o povo já reconhecia a pureza da Mãe de Deus, concebida sem a mancha do pecado original. Émile Mâle (1932) considerou o início do século XVI como o berço da iconografia de Imaculada Conceição. No Brasil a imagem da Virgem da Conceição chegou em uma das naus de Pedro Álvares Cabral. Invocação relacionada às lutas contra a dominação Filipina e à Restauração Portuguesa em 1640, cujos propagadores dessa devoção foram os Frades Franciscanos. O significado de imaculada é a ausência de mancha do pecado original no instante da concepção da Virgem. O véu cobrindo seus cabelos é a representação simbólica da pureza. Assim como a lua guarda seu seio os raios de sol, Maria guarda em seu ventre a luz divina, que é Cristo. Padroeiro (a) / Protetor (a): Foi proclamada por D. João IV, Rei de Portugal, padroeira de Portugal e das Colônias do Além-Mar. Festa ou Celebração: 08 de Dezembro	
INFORMAÇÃO HISTÓRICA E DOCUMENTAL	
DADOS HISTÓRICOS	
REFERÊNCIAS DOCUMENTAIS	
OBSERVAÇÕES	
PREENCHIMENTO TÉCNICO	REVISÃO TÉCNICA
RESP. Silvia Regina da Mota Rocha INSTITUIÇÃO: Universidade Federal da Paraíba - PPGCI MATRICULA: DATA: 24/09/2010 ASS.: _____	RESP. INSTITUIÇÃO: MATRICULA: DATA: ASS.: _____
COORDENAÇÃO TÉCNICA DO INVENTÁRIO	
RESP: MATRÍCULA: DATA:	

INVENTÁRIO

UFPB		INVENTÁRIO DE BENS MÓVEIS E INTEGRADOS	
Universidade Federal da Paraíba			
CATEGORIZAÇÃO GERAL			
1 LOCALIZAÇÃO			
NÚMERO	N. DE INVENTÁRIO ANTERIOR/ANO		
UF/MUNICÍPIO Barra de Santana	LOCALIDADE		
ENDEREÇO: Praça da Matriz			
MONUMENTO: Igreja Matriz de Sant'ana			
INSERÇÃO ESPACIAL: Capela-Mor			
PROPRIETÁRIO/TITULARIDADE/ENDEREÇO: Diocese de Campina Grande Rua			
RESPONSÁVEL IMEDIATO/ENDEREÇO Padre			
2 IDENTIFICAÇÃO		3 PROTEÇÃO PROTEÇÃO LEGAL: <input type="checkbox"/> - Federal <input type="checkbox"/> - Estadual <input type="checkbox"/> - Municipal <input checked="" type="checkbox"/> - Nenhuma <input type="checkbox"/> - Tomb. Individual <input type="checkbox"/> - Tomb. Conjunto CONDIÇÕES DE SEGURANÇA: <input type="checkbox"/> - BOA <input checked="" type="checkbox"/> - RAZOÁVEL <input type="checkbox"/> - RUIM OBSERVAÇÃO: <input type="checkbox"/> - VIGILÂNCIA <input type="checkbox"/> - EQUIPAMENTO CONTRA-INCENDIO INSTALAÇÕES FÍSICAS: <input type="checkbox"/> - BOA <input type="checkbox"/> - RAZOÁVEL <input checked="" type="checkbox"/> - RUIM ESTADO DE CONSERVAÇÃO: <input type="checkbox"/> - BOM <input checked="" type="checkbox"/> - REGULAR <input type="checkbox"/> - RUIM <input type="checkbox"/> - PÉSSIMO <input type="checkbox"/> - RESTAURADO	
ACERVO: Religioso			
CATEGORIA PATRIMONIAL: <input checked="" type="checkbox"/> -BEM MÓVEL <input type="checkbox"/> -BEM INTEGRADO <input type="checkbox"/> - interno <input type="checkbox"/> externo			
CLASSE / GÊNERO: <input type="checkbox"/> - CONSTRUÇÃO <input checked="" type="checkbox"/> - ARTES VISUAIS <input type="checkbox"/> - INTERIORES <input type="checkbox"/> - OBJETOS CERIMONIAIS <input type="checkbox"/> - OBJETOS PESSOAIS			
SUBCLASSE/ESPÉCIE: <input type="checkbox"/> FRAGMENTO DE CONSTRUÇÃO <input type="checkbox"/> - EQUIPAMENTO HIDRÁULICO <input type="checkbox"/> - DESENHO <input checked="" type="checkbox"/> - ESCULTURA <input type="checkbox"/> - PINTURA <input type="checkbox"/> - ESTAMPA <input type="checkbox"/> ACESSÓRIO DE ESCULTURA <input type="checkbox"/> - ACESSÓRIO DE INTERIORES <input type="checkbox"/> - OBJETOS DE ILUMINAÇÃO <input type="checkbox"/> - PEÇA DE MOBILIÁRIO <input type="checkbox"/> - INSÍGNIAS <input type="checkbox"/> - OBJETOS DE CULTO <input type="checkbox"/> - OBJETO FUNERÁRIO <input type="checkbox"/> - OBJETO DE DEVOÇÃO PESSOAL <input type="checkbox"/> - PEÇA DE INDUMENTÁRIA			
4 MATERIALIDADE: DESCRIÇÃO: Figura feminina adulta de pé, em posição frontal, com a nossa senhora criança sustentada por sua mão esquerda (referencia do observador) e segurando a mão direita o livro, que detém a observação de ambas. Sant'ana usa esplendor e nossa senhora criança usa coroa real. Santana apresenta pele clara, olhos e cabelos castanhos divididos ao meio, sobrancelhas arqueadas e usa brincos. Veste túnica e manto dourados e véu sobre a cabeça. A túnica dourada apresenta pregas verticais na frente e tem ornatos com motivos florais dourados, rosa claro e verde tendo como arremate uma pala com vira na cor vermelha cuja parte central da pala tem botão de rosas centralizado dourado e vermelho. A manga direita de cor vermelha tem vira dourada. Sobre sua túnica encontra-se manto dourado com vira verde, preso na altura do seu peitoral pelo movimento do seu ante-braço direito, na atitude de segurar e mostrar o livro á nossa senhora. O véu dourado e verde cobre sua cabeça deixando a mostra uma mecha de cabelos castanhos escuros com estrias finas que cai sobre seu ombro direito. Nossa Senhora encontra-se representada com pouca idade, tem pele clara, olhos e cabelos castanhos e toca o livro com as duas mãos. Traja túnica dourada com ornatos florais dourados, rosa claro e verde claro e, apresenta como arremate uma pala dourada e presa na altura da cintura, cuja parte central tem botão de rosas centralizado dourado e azul. Em toda extremidade da túnica encontra-se uma barra na cor verde clara. A base é retangular com os cantos chanfrados e, apresenta dois planos com pintura marmorizada nas cores verde e ocre.			
SUPORTE/TÉCNICA: madeira policromada e dourada			
NOME/DESIGNAÇÃO: Sant'ana	TÍTULO/TEMA: Sagrada Família		
COLEÇÃO: Arte Sacra	MODO DE AQUISIÇÃO/ DATA: desconhecido	ALTURA: 1,60 COMPRIMENTO: 0,50 DIÂMETRO: CIRCUNFERÊNCIA:	LARGURA: PROFUNDIDADE: 0,20 PESO (G): 45 kg
ORIGEM: desconhecida	PERCURSO: desconhecida	DOCUMENTAÇÃO FOTOGRÁFICA	
ÉPOCA/DATA: Segunda metade do século XVIII	AUTORIA: desconhecida	Foto: Arquivo/Formato: JPG Operador: Francisco Pereira Data: 24/09/2010	
ASSINATURA/INSCRIÇÃO/LEGENDA/MARCA Inexistentes			

5 CATEGORIZAÇÃO ESPECÍFICA	
INFORMAÇÃO CONTEXTUAL	
ESPECIFICAÇÃO DO ESTADO DE CONSERVAÇÃO Apresenta espesso estrato de sujidades, e aspecto visual comprometido devido à presença de profundas abrasões. Observa-se algumas fissuras nas extremidades do manto e na carnação da face.	
INTERVENÇÕES Apresenta verniz e estrato de repintura procedente de restauração anterior e intervenções inadequadas que estão interferindo, negativamente, na estética do objeto.	RESTAURADORES: Desconhecido DATA: Desconhecida
INFORMAÇÃO SUPORTE E ARTÍSTICA	
CARACTERÍSTICAS TÉCNICAS A escultura é de madeira policromada e dourada. A madeira é cedro rosa e sua estrutura é formada por: dois blocos centrais que constituem as figuras humanas representadas, Sant'ana e Nossa Senhora. No que se refere à Sant'ana a parte central do seu corpo é formada por um bloco central único, e dois outros blocos complementares que constituem a cabeça e as mãos. Um terceiro bloco constitui a base da imagem. A junção possivelmente foi efetuada com cravos. No que concerne à estrutura de Nossa Senhora, é formada por um bloco independente, no qual o livro foi enxertado através de cravos e, ambos incorporados à estrutura da imagem maior, no caso, ao bloco central da Sant'ana. A junção possivelmente foi efetuada com cravos. Os olhos de ambas são de vidro. No que se refere à camada pictórica, apresenta base de preparação, policromia, folha metálica e veladura. A pintura dos panejamentos foi efetuada em têmpera protéica e douramento à base de cola protéica. As carnações das faces e das mãos foram executadas com tinta à óleo. As técnicas ornamentais utilizadas em ambas foram: o esgrafito, a punção, a pintura à pincel, e colocação dos acessórios metálicos: brincos, resplendor e coroa real com a utilização de cravos ou pregos.	
CARACTERÍSTICAS ESTILÍSTICAS A imagem apresenta características estilísticas da linha de produção da imaginária luso-brasileira da segunda metade do século XVIII: sua qualidade técnica e estética, as relações de proporcionalidade anatômica, sinuosidade, assimetria de suas linhas compositivas, como também, a expressão fisionômica concentrada conferida pela atitude de contenção. Contribuem para localização estilística o aspecto fisionômico sem maior dramaticidade, característica tipológica do barroco e como resquício desse movimento observa-se a preponderância da volumetria conferida, sobretudo, pelo eixo central do corpo da imagem. As características mencionadas acima nos remetem ao estilo rococó, que chega ao Brasil a partir da segunda metade do século XVIII.	
INFORMAÇÃO SEMÂNTICA	
CARACTERÍSTICAS ICONOGRAFICAS/ORNAMENTAIS Representação: Encontra-se representada de Pé, flaqueando a imagem da imaculada, ou seja, nossa senhora criança. Nossa Senhora Menina encontra-se no colo de Sant'Ana que está ensinando-a a ler com o livro.	
CARACTERÍSTICAS ICONOLÓGICAS Invocação: A invocação surgiu no Oriente, e passou a Europa onde se desenvolveu com intensidade singular no final da Idade Média, para decair no século XVI, em decorrência da atitude revisionista do Concílio de Trento, que proibiu a legenda dos três matrimônios de Santana. Apesar do referido declínio, as pinturas e imagens isoladas são numerosas nos países da América colonizados pela coroa espanhola, onde forma dedicadas algumas igrejas. A devoção da Mãe da Virgem foi propagada também por religiosos carmelitas, sobretudo os calçados, pela relação de Emerenciana, mãe da Santa, com os eremitãos do Monte Carmelo. Os Evangelhos Apócrifos e as tradições medievais popularizadas por Santa Coleta informam sobre os três casamentos de Santa Ana e várias contradições sobre a sua esterilidade. Soma-se a isso as versões dos pais de Santa Ana, transmitida entre outros autores por São Cirilo de Alexandria. Emerenciana ou Emerencia, virgem de Belém, da casa de David, portanto de nobre cuna, se distingui por sua honestidade, tendo se aconselhado com os monjes do Monte Carmelo, porque seus pais haviam decidido casá-la com Estolano, apesar dos seus propósitos de permanecer em estado de virgindade. Os monges rezaram e tiveram visão em extase “uma árvore que surgia com duas ramas povoadas de flores diferentes e entre elas sobressaía uma pela beleza e esplendor”. A visão foi acompanhada por uma voz que dizia: “Esta é nossa Emerenciana, destinada a dar uma descendência insigne”. Emerenciana teve duas filhas, uma delas foi a mãe da Virgem, Ana e outra de nome, Ismeria ou Esmeria, teve Santa Isabel que foi avó de São João Batista. Assim, Sant'ana, filha de Emerenciana, foi casada com São Joaquim, é a mãe de Nossa Senhora, ou seja, da Virgem Maria e avó materna de Jesus Cristo, segundo os Evangelhos Apócrifos da Natividade, pois os Evangelhos Canônicos nada dizem sobre a família de Maria. Os Evangelhos Apócrifos informam que São Joaquim, rico e temente a Deus, era sempre humilhado pelos companheiros porque não tinha filhos. Sua mulher Ana era estéril. Cansado de tanta humilhação, se isolou no deserto, razão pela qual Ana achou que ele havia morrido e lamentava-se pela viuvez e esterilidade. Certo dia enquanto rezava em seu jardim, apareceu-lhe um anjo de Deus, dizendo: <i>Ana, o Senhor escutou sua súplica. Conceberás e darás à luz uma menina, que se chamará Maria, e de tua prole falar-se-á em todo mundo.</i> Ana então prometeu a Deus oferecer sua filha ao Senhor. Na mesma ocasião, o mensageiro celestial apareceu a Joaquim dizendo-lhe para voltar para casa, pois sua mulher dar-lhe-ia descendência. Santana é um dos Santos mais verenados no Brasil, ou seja, de grande popularidade, tendo sido muito comum no período colonial. No Candomblé é sincretizada como Nanã ou Anambucuru, a mais velha das iabás e orixá feminino da chuva, por isso sendo também evocada, nas regiões secas do Nordeste, por trazer chuva. No entanto, uma interpretação mais coerente segundo alguns autores é a de que Ana encarna o ensi no cristão no seio da família e q que dar bons conselhos. Neste sentido, Maria representa humildade e modéstia, mas o elemento preponderante é o livro, pois nele aprende a ler orações e a conhecer o projeto de Deus no Antigo Testamento. Padroeiro (a) / Protetor (a): Mulheres casadas, grávidas, estereis Festa ou Celebração: Somente no século XVI foi instituída sua festa pelo papa Gregório XIII, em 26 de Julho.	
INFORMAÇÃO HISTÓRICA E DOCUMENTAL	
DADOS HISTÓRICOS	
REFERÊNCIAS DOCUMENTAIS	
OBSERVAÇÕES	
PREENCHIMENTO TÉCNICO	REVISÃO TÉCNICA
RESP. Silvia Regina da Mota Rocha INSTITUIÇÃO: Universidade Federal da Paraíba - PPGCI MATRICULA: DATA: 24/09/2010 ASS.: _____	RESP. INSTITUIÇÃO: MATRICULA: DATA: ASS.: _____
COORDENAÇÃO TÉCNICA DO INVENTÁRIO	
RESP: MATRÍCULA: DATA:	

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O inventário constitui instrumento técnico nos processos de patrimonialização dos bens culturais móveis e integrados, razão pela qual é importante a sua investigação científica, nesta e em pesquisas futuras.

No processo de patrimonialização dos bens culturais verifica-se um campo de tensão institucionalizador do patrimônio cultural presente, sobretudo na relação entre Igreja Católica enquanto proprietária de grande parte do patrimônio religioso e o Estado como instância legal de proteção do patrimônio cultural, através das legislações patrimoniais municipais, estaduais e federais.

Observa-se um campo de tensão, disputas e defesas de idéias na construção de discursos e atribuição de significados ao patrimônio cultural e à memória, pelos diversos segmentos sociais, muitas vezes sem coerência histórica.

Neste contexto, não há informações suficientemente sistematizadas para o acesso ao patrimônio cultural, cujas fontes documentais são muito escassas, conjuntura que apresenta muitas barreiras informacionais, quer seja para gestão patrimonial, quer seja para a pesquisa científica e para o usuário.

O desenvolvimento desta pesquisa, possibilitou verificar que o processamento, socialização e (re)significação da cultura material pode ocorrer potencialmente, entre outras formas, através da representação da informação voltadas para a sistematização de inventários cuja elaboração interpretativa efetuada no universo informacional agrega aos bens culturais novas disposições, propriedades e atributos todos inseridos em sistemas de representação pretendidos como aptos a organizar narrativas e conjuntos discursivos.

Desta forma, a relação entre patrimônio cultural e ciência da informação constitui condição imprescindível e eficiente estratégia de acesso aos bens culturais materiais, conferindo papel crucial na preservação e construção da memória social, das identidades, e dos processos patrimoniais. Nessa direção, os conhecimentos aqui produzidos podem ser incorporados por Políticas de Preservação do Patrimônio Cultural balizadas no direito da sociedade à memória e aos bens culturais.

Nesta investigação, o inventário tem se constituído como fonte documental para preservação do patrimônio cultural, em órgãos patrimoniais e culturais para gestão de bens culturais e acesso da sociedade à memória e construção de identidades. Tem se configurado importante instrumento de representação de informação patrimonial, em uma primeira instância para o gestor especializado mas, como potencial instrumento na elaboração de novas fontes de informação patrimonial para o conhecimento e a análise científica dos diversos segmentos da sociedade.

Desta forma, constatamos que o inventário configura-se como uma fonte ilimitada de informação, enquanto processo e produto, podendo agregar ao acervo patrimonial, novos usos, significados, valores e informação, como base para compreensão e (re)construção da memória social, tendo a informação como representação social.

Neste sentido ressaltamos que, o inventário pode se constituir também em um importante instrumento para estruturação de “lugares de Memória” responsáveis pela salvaguarda de bens simbólicos numa perspectiva democrática e de diversidade cultural para otimização do acesso ao patrimônio cultural, reduzindo a opacidade informacional decorrentes das barreiras de acesso aos bens culturais na conflituosa relação existente entre as instituições culturais e memorialísticas, os gestores e os cidadãos, favorecendo a transparência informacional para o democrático acesso aos bens culturais em suas dimensões histórica e estética.

No que concerne às políticas de preservação consideramos que, os inventários continuam se consolidando como instrumentos estratégicos de registro, gestão e difusão da informação patrimonial, conforme Galindo (2005), porque viabilizam a percepção topográfica e semântica dos conteúdos dos acervos e permitem que usuários, historiadores e administradores articulem de forma sistêmica, o processo de busca, recuperação e o uso mais social da informação.

Ressaltamos ainda que, na presente pesquisa temos identificado que o inventário tem permitido o tratamento da informação estética, religiosa, técnica, cultural etc. inerentes às diversas expressões dos bens culturais móveis e integrados, podendo se constituir em uma fonte de informação patrimonial em potencial, isto é, uma ponte entre o acervo e o usuário, para ações de educação patrimonial e de preservação da memória.

Neste contexto, mencionamos como uma contribuição desta pesquisa a amplitude e interdisciplinaridade da análise do artefato no contexto religioso e da concepção e metodologia para representação da informação patrimonial, através de uma articulação conceitual de vários campos científicos, em contraposição a concepção de inventário enquanto técnica nominativo-descritiva. A colaboração na construção de uma linguagem de especialidade, ou seja, de uma terminologia referente á bens culturais móveis e integrados, constitui valor adicional desta pesquisa³⁷.

Neste sentido, a linguagem de especialidade significa o repertório lingüístico usado pelos especialistas de áreas técnicas, científicas, artesanais e ocupacionais que contribui para á comunicação especializada e partilha das características do sistema lingüístico denominado língua geral, contribuindo significativamente para a gestão e investigação científica integrada de fundos documentais.

Ressaltamos a importante função social do inventário enquanto instrumento de preservação, e acreditamos ter contribuído para a preservação cultural, no que se refere ao conhecimento, proteção e comunicação e valorização dos bens culturais móveis e integrados. É necessário que se implantem políticas de preservação, a partir de políticas de documentação voltadas para a sistematização dos registros na forma de inventários, uma vez que possibilitam a construção de mecanismos estratégicos para registro, gestão, comunicação e educação patrimonial.

Portanto, consideramos que os conhecimentos produzidos e expressos nesta pesquisa poderão colaborar para a construção de políticas efetivas de registro do nosso patrimônio cultural material, por sua vez, instrumento imprescindível para a implementação políticas de preservação que visem à recuperação material e conteudística dos bens móveis e integrados religiosos no Estado. Construimos uma proposta de inventário do patrimônio religioso paraibano para representação da informação patrimonial pelo gestor especialista, como forma de subsidiar ações patrimoniais de identificação, registro, proteção e comunicação do patrimônio religioso paraibano colonial, sobretudo, porque consideramos o inventário como importante fonte de informação patrimonial especializada, fundamental para a preservação da memória social.

³⁷ Mencionamos anteriormente a eminente necessidade de elaboração do manual de preenchimento e, indicamos também, a construção de um glossário, os quais constituirão recursos didáticos essenciais para o treinamento dos recursos humanos envolvidos na implantação da presente proposta.

Finalmente, sugerimos que em pesquisas futuras sejam investigados processos de implantação de inventários nessa perspectiva interdisciplinar, bem como, a formação de profissionais para representação da informação patrimonial nas Políticas de Preservação.

REFERÊNCIAS INVENTÁRIO IPHAN

AGUILAR, Nelson (Org.) Mostra do Redescobrimento: **Arte Barroca**. Fundação Bienal de São Paulo. – São Paulo: Associação Brasil 500 Anos artes visuais, 2000.264p.: il.; CM.

AQUINO, Mirian de Albuquerque. **Ciência e Método**: texturas, rupturas e possibilidades para pensar a pesquisa na ciência da informação. 2009

ÁVILA, Affonso; GONTIJO, João Marcos Machado; MACHADO, Reinado Guedes. **Barroco Mineiro Glossário de Arquitetura e Ornamentação**. 3. ed. Rev. e Ampliada. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro. Centro de Estudos Históricos e Culturais, 232p. : (Coleção Mineiriana), 1996.

AZEVEDO NETTO, C. X. de. **A arte rupestre no Brasil**: questões de transferência e representação da informação como caminho da interpretação. Tese para obtenção do título de Doutor em Ciência da Informação, PPG-UFRJ/IBICT, defendida em 08 de março de 2001.

BARBOSA, Cônego Florentino. **Monumentos Históricos e Artísticos da Paraíba**. 2 ed. Editora: A União, 1994.

BECKER, Anna Maria. **Terminologia, Linguagem de especialidade e dicionários**. V Congresso Brasileiro de Linguística Aplicada, Porto Alegre, UFRGS, 31/08 -04/09/ 1998.

BOGDAN, Robert C.; BIKLEN, Sari Knopp. **Investigação qualitativa em Educação**: uma introdução à teoria e aos métodos. Portugal: Porto Editora, 1994.

CAMPOS, M. Luiza de Almeida; SOUZA, Roseli F. de; CAMPOS, M. Luiza Machado. **Organização de unidades de conhecimento em hiperdocumentos**: o modelo conceitual como espaço comunicacional para a realização da autoria. Ciência da Informação. Brasília. V. 32, n.2 p.7-16. Maio ago 2003. Disponível em <http://scielo.br/pdf/civ32n217029.pdf>. Acesso em 22 jul. 2009

CAPURRO, R. A epistemologia e Ciência da Informação. V ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO – informação, conhecimento e transdisciplinaridade. **Anais...** UFMG, 2003.

CASSIRER **El Problema Del Conocimiento em La filosofia y em La ciência modernas**, Ernest.. México: Wenceslao Roces, 1986.

CATROSA, Fernando. **Memória, história e historiografia**. Lisboa: Quarteto, 2001. 65p.

CHARTIER, R. As relações do passado: história e memória. In: _____. **A história ou a leitura do tempo**. Belo Horizonte: Autêntica, 2009.

COELHO, Beatriz. **A História da Preservação do Patrimônio Cultural**. Belo Horizonte, 1996.

FERREZ, H. D.; BIANCHINI, M. H. S. **Thesaurus para acervos museológicos**. Fundação Nacional Pró-Memória, Rio de Janeiro: 1987. v 1 e 2

FOUCAULT, Michel. **As palavras e as coisas**: Uma arqueologia das ciências humanas. Cap. I – Las Meninas. São Paulo: Martins Fontes, 2000.

FREIRE, Gustavo Henrique. **Ciência da Informação**: Temática, História e Fundamentos. 1996.

FUGERI, Sérgio. **Representação de informação e conhecimento: estudo das diferentes abordagens entre a ciência da informação e a ciência da computação**. 2006. Dissertação (Mestrado em Ciência da informação) – Pontifícia Universidade Católica de Campinas

FURTADO, Celso. **Reflexão Sobre a Cultura Brasileira**: cultura e desenvolvimento em época de crise, Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984.

GALINDO, Marcos. **Tragédia da Memória**. Massangana, Recife, v. 2, n. 1, p. 57-62, 2005.

GOMÉZ, M. N. González. **A pesquisa em ciência da informação: da epistemologia à política do conhecimento**. Workshop em ciência da informação. Data Zero – **Revista de Ciência da Informação**. Niterói/ANCIB/UFF, 2004.

GOMÉZ, M. N. González. **A representação do conhecimento e o conhecimento da representação: algumas questões epistemológicas**. Ci. Inf., Brasília, v.22, n.3, p. 217-222, set./dez. 1993.

GÓMEZ, M. N. González. **Metodologia de pesquisa no campo da Ciência da Informação**. DataGramaZero - Revista de Ciência da Informação - v.1 n.6 dez/00. Disponível em: http://www.dgz.org.br/dez00/Art_03.htm. Acesso: 13 maio. 2009.

HALBAWACHS, Maurice. **A memória coletiva**. São Paulo: Centauro, 2006. Disponível em: <www.4shared.com>. Acesso em: 10/09/2009.

HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. Tradução Tomaz T. da Silva, Guacira L. Louro. 10. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2005.

ICOM. Disponível em: < http://www.icom.museum/hist_def_eng.html> Acesso: 08set2008.

KRIEGER, Maria da Graça. **O termo:** questionamentos e configurações. CITRAT/FFICH - USP, São Paulo, 2000.

KRIEGER, Maria da Graça. **Terminologia Revisada. D.E.L.TA**, São Paulo, v. 16, n. 2, p. 209-228, 2000.

LOUREIRO, José Mauro Matheus; LOUREIRO, Maria Lucia de Niemeyer Matheus; SILVA, Sabrina Damasceno. **Apontamentos sobre objetos técnicos como documentos**. X Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação, João Pessoa, 2009. Museu de Astronomia e Ciências Afins – MAST/ Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro – UNIRIO,

LOUREIRO, José Mauro Matheus; LOUREIRO, Maria Lúcia de Niemeyer Matheus; SILVA, Sabrina Damasceno. **Museus, informação e cultura material:** o desafio da interdisciplinaridade. Comunicação oral apresentada ao IX ENANCIB, 2007. Disponível em:<<http://www.enancib2008.com.br>>. Acesso em: 05nov2008.

MEGALE, Nilza Botelho. **Invocações da Virgem Maria no Brasil**. 6 ed. Petrópolis: Vozes. 2001.

MEGALE, Nilza Botelho. **O livro de Ouro dos Santos:** vidas e milagres dos santos mais venerados no Brasil. Rio de Janeiro: Ediouro, 2003.

MINAYO, M. C. de S. Ciência, técnica e arte: o desafio da pesquisa social. In: DESLANDES, Suely Ferreira. **Pesquisa Social:** teoria, método e criatividade. Petrópolis: Vozes, 1994.

MORAES, Nilson Alves de Moraes; SILVEIRA, Carlos Eduardo. **Fragmentos Urbanos:** o patrimônio e a construção das paisagens simbólicas nas cidades contemporâneas. X Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação, João Pessoa, 2009. Comunicação oral submetida ao GT9: Museologia, patrimônio e informação. Dissertação para obtenção do título de Mestre em Museologia e Patrimônio, PPG-PMUS, UNIRIO/MAST.

MOTA ROCHA, S. R. da. **O processo de alfabetização e o folclore infantil:** o caso de três alfabetizadoras de Campina Grande – PB. (Dissertação de Mestrado apresentada à Universidade Federal do Rio Grande do Sul), 1993.

OLIVEIRA, Bernardina Maria Juvenal Freire de Oliveira. **Conversas sobre normalização de trabalhos acadêmicos**. João Pessoa: Editora Universitária/UFPB, 2007. 210p..

PANOFSKY, Ervin. **Significado das artes visuais**. 2. ed. São Paulo : Perspectiva, 1979. (Debates, n. 99).

PAREYSON, Luigi. **Estética**: Teoria da Formatividade. Petrópolis: Vozes, 1993.

PÊCHEUX, Michel. Papel da Memória. In: ACHARD, Pierre (et.al.) **Papel da Memória**. Trad.: José Horta Nunes. Campinas, SP: Pontes, 1999.

PEIRCE, Charles Sanders. **Semiótica**. 4.ed. São Paulo: Perspectiva, 2008, p. 5-76.

PEIRCE, C. S. **Collected papers of C. S. Peirce**, ed. By C. Hartshorne, P. Weiss, & A. Burks, Harvard University Press, Cambridge, KA, 1931-1958.CP2, CP5, CP7.

PINTO, Virgínia Bentes. **A contribuição peirciana para a representação indexal de imagens visuais**. Enc. Bibli. R. Eletr. Bibliotecon. Ci. Inf., Florianópolis, n. 25, 1º sem. 2008 17, 2008.

RIBEIRO, Renilson Rosa. **Nos jardins do tempo**: memória e história na perspectiva de Pierre Nora. Disponível em: <<http://www.historiaehistoria.com.br/materia.cfm?tb=historiadores=id-11>>, 2000.

SALUSTIANO, Dorivaldo Alves. Os referenciais teórico-metodológicos do estudo. In: SALUSTIANO, Dorivaldo Alves. **Nas entrelinhas da notícia**: jornal escolar como mediador do ensino da língua materna. 2006. Tese (Doutorado em Educação) Faculdade de Educação, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza.

SANTAELLA, Lúcia. **O que é semiótica**. Editora Brasiliense. Coleção 103 primeiros passos, 2008.

SANTOS, F.H. dos. **Metodologia Aplicada em Museus**. São Paulo: Mackenzie, 2000.

SARACEVIC, Tefko. **Ciência da Informação**: origem, evolução e relações, Belo Horizonte. Editora Perspectiva, 1996.

SILVA, Armando Malheiro da; RIBEIRO, Fernanda. **Das ciências documentais à ciência da informação**: Ensaio epistemológico para um novo modelo curricular: Santa Maria da Feira, Editora Afrontamento, 2002.

TARGINO, Itapuan Botto. **Patrimônio Histórico da Paraíba – 2000/2002**. João Pessoa: Idéia, 2003.

Temas de Terminologia / organizador por Maria da Graça Krieger; Anna Maria Becker Maciel. – Porto Alegre/São Paulo: Ed. Universidade/UFRGS/Humanitas/USP, 2001 – 1. Terminologia – Terminologia Jurídica – Terminografia. I. Krieger, Maria da Graça. II. Maciel, Anna Maria Becker. III. Título.

WOLFFLIN, Heinrich. **Conceitos Fundamentais da História da Arte**. São Paulo: Martins Fontes, 1989.

ZEMAN, Jiri. Significado Filosófico da noção de informação. In: **O Conceito de informação na ciência contemporânea** – colóquios de Royamunt, Paz e Terra – Rio de Janeiro, 1990.